



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANUEL BECKMAN
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA



ANO LII - Nº 046 - SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2025. EDIÇÃO DE HOJE: 43 PÁGINAS
190º ANIVERSÁRIO DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
17.ª SESSÃO ORDINÁRIA (HÍBRIDA) DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES.....	03	SESSÃO SOLENE.....	26
ORDEM DO DIA.....	03	PARECERES.....	36
PAUTA.....	03	ADITIVO.....	40
SESSÃO ORDINÁRIA.....	05	APOSTILA.....	41
PROJETO DE LEL.....	05	ATA DE REGISTRO DE PREÇO.....	41
PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA.....	09	AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE.....	42
REQUERIMENTO.....	10	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA.....	42
INDICAÇÃO.....	12	PORTARIAS.....	43
ATA.....	25	OFÍCIO.....	43

MESA DIRETORA

Deputada Iracema Vale

Presidente

- | | |
|---|--|
| 1.º Vice-Presidente: Deputado Antônio Pereira (PSB) | 1.º Secretário: Deputado Davi Brandão (PSB) |
| 2.º Vice-Presidente: Deputada Fabiana Vilar (PL) | 2.º Secretário: Deputado Glalbert Cutrim (PDT) |
| 3.º Vice-Presidente: Deputado Hemetério Weba (PP) | 3.º Secretário: Deputado Osmar Filho (PDT) |
| 4.º Vice-Presidente: Deputada Andreia Martins Rezende (PSB) | 4.º Secretário: Deputado Guilherme Paz (PRD) |

BLOCO PARLAMENTAR JUNTOS PELO MARANHÃO

- | | |
|--|------------------------------------|
| 01. Deputado Adelmo Soares (PSB) | 10. Deputado Dalton Arruda (PSD) |
| 02. Deputada Andreia Martins Rezende (PSB) | 11. Deputado Dr. Yglésio (PRTB) |
| 03. Deputado Antônio Pereira (PSB) | 12. Deputado Florêncio Neto (PSB) |
| 04. Deputado Ariston (PSB) | 13. Deputado Francisco Nagib (PSB) |
| 05. Deputado Arnaldo Melo (PP) | 14. Deputado Hemetério Weba (PP) |
| 06. Deputado Carlos Lula (PSB) | 15. Deputada Iracema Vale (PSB) |
| 07. Deputado Catulé Júnior (PP) | 16. Deputado Júnior França (PP) |
| 08. Deputada Daniella (PSB) | 17. Deputada Mical Damasceno (PP) |
| 09. Deputado Davi Brandão (PSB) | |

Líder: Deputado Florêncio Neto

1º Vice-Líder:

2º Vice-Líder:

BLOCO PARLAMENTAR UNIDOS PELO MARANHÃO

- | | |
|-------------------------------------|--|
| 01. Deputada Cláudia Coutinho (PDT) | 07. Deputado Júnior Cascaria (Podemos) |
| 02. Deputada Dr.ª Vivianne (PDT) | 08. Deputado Kekê Teixeira (MDB) |
| 03. Deputada Edna Silva (PRD) | 09. Deputado Leandro Bello (Podemos) |
| 04. Deputado Glalbert Cutrim (PDT) | 10. Deputado Neto Evangelista (UNIÃO) |
| 05. Deputado Guilherme Paz (PRD) | 11. Deputado Osmar Filho (PDT) |
| 06. Deputada Janaina (Republicanos) | 12. Deputado Ricardo Arruda (MDB) |

Líder: Deputado Ricardo Arruda

Vice-Líder: Deputado Júnior Cascaria

BLOCO PARLAMENTAR PARLAMENTO FORTE

- | | |
|--|--|
| 01. Deputada Ana do Gás (PCdoB) | 04. Deputado Othelino Neto (Solidariedade) |
| 02. Deputado Fernando Braide (Solidariedade) | 05. Deputado Rodrigo Lago (PCdoB) |
| 03. Deputado Júlio Mendonça (PCdoB) | 06. Deputado Ricardo Rios (PCdoB) |

Líder: Deputado Rodrigo Lago

Vice-Líder: Deputado Júlio Mendonça

PARTIDO LIBERAL

- | | |
|----------------------------------|--|
| 01. Deputado Aluízio Santos (PL) | 04. Deputado João Batista Segundo (PL) |
| 02. Deputado Cláudio Cunha (PL) | 05. Deputado Pará Figueiredo (PL) |
| 03. Deputada Fabiana Vilar (PL) | 06. Deputada Solange Almeida (PL) |

Líder: Deputado Aluízio Santos

Vice - Líder: Deputado João Batista Segundo

NOVO

01. Deputado Wellington do Curso (NOVO)

LICENCIADO

Deputada Abigail Cunha (PL) - Secretária de Estado da Mulher
Deputado Eric Costa
Deputado Edson Araújo

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Neto Evangelista (UNIÃO)

Vice-Líder:



COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

(de acordo com o art. 30 da Resolução Legislativa n.º 599/2010)

I - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Titulares

Deputado Ariston
Deputado Arnaldo Melo
Deputado Florêncio Neto
Deputado João Batista Segundo
Deputado Júlio Mendonça
Deputado Neto Evangelista
Deputado Ricardo Arruda

Suplentes

Deputada Mical Damasceno
Deputado Dr. Yglésio
Deputado Aluizio Santos
Deputado Fernando Braide
Deputada Cláudia Coutinho
Deputado Júnior Cascaria

PRESIDENTE

Dep. Florêncio Neto
VICE-PRESIDENTE
Dep. Neto Evangelista

REUNIÕES:

Terças-feiras | 14:30
SECRETÁRIAS
Dulcimar e Célia

II - Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle

PRESIDENTE:

Dep. Neto Evangelista
VICE-PRESIDENTE
Dep. Florêncio Neto

REUNIÕES:

Quartas-feiras | 14:30
SECRETÁRIA
Leibe Barros

Titulares

Deputado Catulé Júnior
Deputada Daniella
Deputado Florêncio Neto
Deputado Neto Evangelista
Deputado Ricardo Arruda
Deputado Rodrigo Lago
Deputada Solange Almeida

Suplentes

Deputado Adelmo Soares
Deputada Mical Damasceno
Deputado Arnaldo Melo
Deputada Cláudia Coutinho
Deputada Janaína
Deputado Othelino Neto
Deputado Aluizio Santos

III - Comissão de Educação, Desporto, Ciência e Tecnologia

Titulares

Deputado Arnaldo Melo

Deputada Janaína
Deputado Kekê Teixeira
Deputada Mical Damasceno
Deputado Ricardo Rios
Deputada Solange Almeida

Suplentes

Deputado Adelmo Soares
Deputado Catulé Júnior
Deputada Edna Silva
Deputado Júnior Cascaria
Deputado Júnior França
Deputado Rodrigo Lago
Deputado Aluizio Santos

PRESIDENTE

Dep. Arnaldo Melo
VICE-PRESIDENTE
Dep. Janaína

REUNIÕES:

Quartas-feiras | 08:00
SECRETÁRIO
Antonio Guimarães

IV - Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho

PRESIDENTE

Dep. Ricardo Arruda
VICE-PRESIDENTE
Dep. Florêncio Neto

REUNIÕES:

Terças-feiras | 14:00
SECRETÁRIA
Nadja Silva

Titulares

Deputado Adelmo Soares
Deputado Fernando Braide
Deputado Florêncio Neto
Deputado Neto Evangelista
Deputado Ricardo Arruda
Deputada Solange Almeida

Suplentes

Deputada Mical Damasceno
Deputado Júnior França
Deputado Ricardo Rios
Deputado Ariston
Deputada Cláudia Coutinho
Deputada Janaína
Deputado Cláudio Cunha

V - Comissão de Saúde

Titulares

Deputado Aluizio Santos
Deputado Arnaldo Melo
Deputada Cláudia Coutinho
Deputado Adelmo Soares
Deputado Júnior França
Deputado Júnior Cascaria
Deputado Júlio Mendonça

Suplentes

Deputada Solange Almeida
Deputada Daniella
Deputado Ricardo Arruda
Deputado Ariston
Deputado Florêncio Neto
Deputado Kekê Teixeira
Deputado Othelino Neto

PRESIDENTE

Dep. Cláudia Coutinho
VICE-PRESIDENTE
Dep. Arnaldo Melo

REUNIÕES:

Quartas-feiras | 14:30
SECRETÁRIA
Valdenize Dias

VI - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

REUNIÕES:

SECRETÁRIO
Francisco Carvalho

Titulares

Deputado Carlos Lula
Deputado Cláudio Cunha
Deputado Dr. Yglésio
Deputado Francisco Nagib
Deputado Júnior Cascaria
Deputado Leandro Bello
Deputado Rodrigo Lago

Suplentes

Deputado Júnior França
Deputado Pará Figueiredo
Deputado Ariston

Deputada Edna Silva
Deputada Cláudia Coutinho
Deputada Ana do Gás

VII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Titulares

Deputada Ana do Gás
Deputado Ariston
Deputada Cláudia Coutinho
Deputado Adelmo Soares
Deputada Edna Silva
Deputada Mical Damasceno
Deputado Pará Figueiredo

Suplentes

Deputado Júlio Mendonça
Deputado Carlos Lula
Deputada Janaína
Deputado Francisco Nagib
Deputado Neto Evangelista

Deputado Cláudio Cunha

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

REUNIÕES:

Quintas-feiras | 08:00
SECRETÁRIA
Silvana Almeida

VIII - Comissão de Obras e Serviços Públicos

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

REUNIÕES:

Terças-feiras | 08:30
SECRETÁRIA
Dulcimar Cutrim

Titulares

Deputado Claudio Cunha
Deputada Daniella
Deputada Edna Silva
Deputado Dr. Yglésio
Deputado Francisco Nagib
Deputado Júnior Cascaria
Deputado Othelino Neto

Suplentes

Deputado João Batista Segundo
Deputado Adelmo Soares
Deputado Ricardo Arruda
Deputado Ariston
Deputado Florêncio Neto
Deputado Leandro Bello
Deputado Fernando Braide

IX - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Titulares

Deputado Aluizio Santos
Deputada Daniella

Deputado Júlio Mendonça
Deputado Júnior França
Deputada Janaína
Deputado Leandro Bello

Suplentes

Deputado Pará Figueiredo
Deputado Carlos Lula
Deputado Arnaldo Melo
Deputada Ana do Gás
Deputado Wellington do Curso
Deputado Júnior Cascaria
Deputado Neto Evangelista

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

REUNIÕES:

Terças-feiras | 08:30
SECRETÁRIA
Eunes Borges

X - Comissão de Ética

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

REUNIÕES:

SECRETÁRIA
Célia Pimentel

Titulares

Deputado Arnaldo Melo
Deputado Florêncio Neto
Deputada Janaína
Deputado João Batista Segundo
Deputado Kekê Teixeira
Deputada Mical Damasceno
Deputado Rodrigo Lago

Suplentes

Deputada Daniella

Deputado Neto Evangelista
Deputado Cláudio Cunha
Deputado Ricardo Arruda
Deputado Adelmo Soares
Deputado Ricardo Rios

XI - Comissão de Assuntos Econômicos

Titulares

Deputado Ariston
Deputado Carlos Lula
Deputado Catulé Júnior
Deputada Cláudia Coutinho
Deputada Edna Silva
Deputado João Batista Segundo
Deputado Othelino Neto

Suplentes

Deputado Francisco Nagib
Deputado Wellington do Curso
Deputado Júnior França
Deputada Janaína
Deputado Kekê Teixeira
Deputada Solange Almeida
Deputado Júlio Mendonça

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

REUNIÕES:

Quartas-feiras | 08:30
SECRETÁRIA
Lúcia Lopes

XII - Comissão de Segurança Pública

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

REUNIÕES:

SECRETÁRIO
Carlos Alberto

Titulares

Deputado Francisco Nagib
Deputado Júnior França
Deputado Kekê Teixeira
Deputado Leandro Bello
Deputado Pará Figueiredo
Deputado Ricardo Rios
Deputado Wellington do Curso

Suplentes

Deputado Carlos Lula
Deputada Mical Damasceno
Deputado Neto Evangelista
Deputado Ricardo Arruda
Deputado João Batista Segundo
Deputado Fernando Braide
Deputado Dr. Yglésio

XIII - Comissão de Turismo e Cultura

PRESIDENTE

Dep. Doutor Yglésio

VICE-PRESIDENTE

Dep. Catulé Júnior

REUNIÕES:

SECRETÁRIO:
Leonel Mesquita Costa

Titulares

Deputada Ana do Gás
Deputado Catulé Junior
Deputado Carlos Lula

Deputado Dr. Yglésio

Deputada Edna Silva
Deputado Pará Figueiredo
Deputado Wellington do Curso

Suplentes

Deputado Rodrigo Lago
Deputado Francisco Nagib
Deputado Ariston

Deputado Florêncio Neto

.... Deputado Leandro Bello
Deputada Solange Almeida
Deputado Kekê Teixeira

**SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 / 03 / 2025 5ª FEIRA****TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES**

1. BLOCO PARLAMENTO FORTE.....09 MINUTOS
2. PARTIDO LIBERAL.....09 MINUTOS
3. BLOCO PARL. UNIDOS PELO MARANHÃO.....17 MINUTOS
4. BLOCO PARL. JUNTOS PELO MARANHÃO.....25 MINUTOS
5. ESCALA RESERVA ART.87,§5º C/C ART. 116 § DO R.ISEM APARTES 5 MINUTOS)
- NOVO (DEP.WELLINGTON DO CURSO).....05 MINUTOS

ORDEM DO DIA**SESSÃO ORDINÁRIA (HÍBRIDA) 20/03/2025 – (QUINTA - FEIRA)**

I - PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
2º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 131/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO, QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO SENHOR SÉRVIO TÚLIO DOS SANTOS. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO FLORÊNCIO NETO.

[HTTP://SAPL.AL.MA.LEG.BR:8080/SAPL/SAPL_DOCUMENTOS/MATERIA/54467_TEXTO_INTEGRAL](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/54467_texto_integral)

II - PROJETO DE LEI EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
1º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

2. PROJETO DE LEI Nº 380/2024, DE AUTORIA DA DEPUTADA CLÁUDIA COUTINHO, QUE “ESTABELECE DIRETRIZES PARA O ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO DE FAMILIARES QUE CONVIVEM COM USUÁRIOS DE DROGAS E ENTORPECENTES, NO ÂMBITO DO ESTADO DO MARANHÃO. COM PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO ARISTON E DE SAÚDE – RELATOR DEPUTADO FLORÊNCIO NETO.

http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/52611_texto_integral

III - PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
1º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

3. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 004/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO JÚNIOR CASCARIA, QUE CONCEDE A MEDALHA DO MÉRITO LEGISLATIVO MANUEL BECKMAN AO DR. BRUNO LOBO. COM PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA.

http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/55087_texto_integral

4. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 013/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO CATULÉ JÚNIOR, QUE CONCEDE A MEDALHA DO MÉRITO LEGISLATIVO MANUEL BECKMAN À ENFERMEIRA JOYCE SANTOS LAGES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO FLORÊNCIO NETO.

http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/55472_texto_integral

5. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 116/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO NETO EVANGELISTA, QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO SR. JOSÉ ALMEIDA DE SOUSA. COM PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR

DEPUTADO GLALBERT CUTRIM.

http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/54277_texto_integral

IV - PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
1º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
VOTAÇÃO NOMINAL (ART.86, IV DO R.L.)

6. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 023/2025, ORIUNDO DO PARECER Nº 217/25, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, QUE DISPÕE SOBRE A SUSTAÇÃO DE PROCESSO CRIMINAL MOVIDO EM FACE DE DEPUTADO, NOS TERMOS DOS §§ 3º e 4º do ART. 36 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. COM PARECER FAVORÁVEL À SUSTAÇÃO DO PROCESSO EMITIDO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - RELATOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA

http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=55782

IV – REQUERIMENTOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

7. REQUERIMENTO Nº 088/2025, DE AUTORIA DA DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA, SOLICITANDO QUE SEJA TRAMITADO EM REGIME DE URGÊNCIA O PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 018/2025, DE SUA AUTORIA, QUE “CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO “SR. AURELIO PEREIRA DE SOUSA”.

http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/materia/55757_texto_integral

8. REQUERIMENTO Nº 093/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO NETO EVANGELISTA, SOLICITANDO QUE SEJA SUBMETIDO AO REGIME DE TRAMITAÇÃO DE URGÊNCIA, PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM UMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, LOGO APÓS A PRESENTE SESSÃO, O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/25, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=55783

PAUTA DE PROPOSTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS

DATA: 20/03/2025 – QUINTA-FEIRA
ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 164/2025, DE AUTORIA DA DEPUTADA CLÁUDIA COUTINHO, QUE ESTABELECE ACESSO PRIORITÁRIO A PROGRAMAS DE DOAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SANGUE PARA PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM TALASSEMIA.

2. PROJETO DE LEI Nº 165/2025, DE AUTORIA DA DEPUTADA CLÁUDIA COUTINHO, QUE DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE NO ATENDIMENTO DE PESSOAS IMUNOSSUPRIMIDAS EM SERVIÇOS DE SAÚDE E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

3. PROJETO DE LEI Nº 166/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO, QUE INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL E PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL, INCLUINDO VIOLÊNCIA VIRTUAL, PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

4. PROJETO DE LEI Nº 167/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DE HOMICIDAS DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

5. PROJETO DE LEI Nº 168/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO JOÃO BATISTA SEGUNDO, QUE CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO LUMINENSE ATLÉTICO CLUBE - LAC, NO ÂMBITO DO ESTADO DO MARANHÃO, E DÁ



OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

6. **PROJETO DE LEI Nº 169/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO JOÃO BATISTA SEGUNDO**, QUE CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BRIGADA BOMBEIRO MIRIM POETA SOUSÂNDRADE DE GUIMARÃES - MA, NO ÂMBITO DO ESTADO DO MARANHÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

7. **PROJETO DE LEI Nº 170/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO RODRIGO LAGO**, QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO NOME DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO PARA MUNICÍPIO DE RIBEIRÃOZINHO DO MARANHÃO, MODIFICANDO DISPOSITIVOS DA LEI Nº 6.194, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

8. **PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 021/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO NETO EVANGELISTA**, QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO “SENHOR PAULO DE TARSO GUEDES CARVALHO”.

9. **PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 022/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO NETO EVANGELISTA**, QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO “SENHOR DEVANIR GARCIA.

ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. **PROJETO DE LEI Nº 157/2025, DE AUTORIA DA DEPUTADA FABIANA VILAR**, QUE DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO HUMANIZADO E EM CONJUNTO DE “PAI OU MÃE SOLO”, EM COMPANHIA DE FILHO (S) MENOR (ES) DE IDADE, EM UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DE SAÚDE, NO ÂMBITO DO ESTADO DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

2. **PROJETO DE LEI Nº 158/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA**, QUE “INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO À PRÁTICA DE ESPORTES PARA IDOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

3. **PROJETO DE LEI Nº 159/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA**, QUE INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO À LITERATURA MARANHENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

4. **PROJETO DE LEI Nº 160/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA**, QUE RECONHECE AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E POVOS TRADICIONAIS DO ESTADO DO MARANHÃO COMO AGENTES AMBIENTAIS, FORTALECENDO SUAS ATUAÇÕES NA PRESERVAÇÃO DO BIOMA CERRADO.

5. **PROJETO DE LEI Nº 161/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA**, QUE INCENTIVO A POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS PESCADORES E MARISQUEIRAS, QUE EXERÇAM A ATIVIDADE DE MODO ARTESANAL NO ESTADO DO MARANHÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

6. **PROJETO DE LEI Nº 162/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO DALTON ARRUDA**, QUE DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO NO ESTADO DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

7. **PROJETO DE LEI Nº 163/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO DALTON ARRUDA**, QUE DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO GRATUITO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS À CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES, DOS BOMBEIROS MILITARES E POLÍCIAS CIVIS DO ESTADO DO MARANHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

8. **PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 018/2025, DE AUTORIA DA DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA**, QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO “SR. AURÉLIO PEREIRA DE SOUSA”.

9. **PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 019/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO CARLOS LULA**, QUE

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO SR. ANTÔNIO JOSÉ CLEMENS SABOIA.

10. **PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 020/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO DALTON ARRUDA**, QUE CONCEDE A MEDALHA DO MÉRITO LEGISLATIVO JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA “CANHOTEIRO”, AO DESPORTISTA WAGNER DA CONCEIÇÃO MARTINS CONHECIDO COMO “ZULUZINHO”.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. **PROJETO DE LEI Nº 149/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO DALTON ARRUDA**, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INCLUSÃO DO NOME E DO NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA – CRECI, RESPONSÁVEL PELA INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS NOS TÍTULOS DE PROPRIEDADE DE IMÓVEIS NO ESTADO DO MARANHÃO.

2. **PROJETO DE LEI Nº 150/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO NETO EVANGELISTA**, QUE ESTABELECE MEDIDAS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE MARINHO E CONTROLE DE POLUIÇÃO DAS ÁGUAS POR NAVIOS E EMBARCAÇÕES EM ATIVIDADE NOS PORTOS DO ESTADO DO MARANHÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

3. **PROJETO DE LEI Nº 151/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO CLÁUDIO CUNHA**, QUE INSTITUI O PASSE LIVRE NOS TRANSPORTES DE CONCESSÃO ESTADUAL AOS INSCRITOS NO VESTIBULAR NOS DIAS DAS PROVAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO – UEMA.

4. **PROJETO DE LEI Nº 152/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO CLÁUDIO CUNHA**, QUE INSTITUI O PASSE LIVRE NOS TRANSPORTES DE CONCESSÃO ESTADUAL AOS INSCRITOS EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) DURANTE OS DIAS DE REALIZAÇÃO.

5. **PROJETO DE LEI Nº 153/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO RICARDO ARRUDA**, QUE DISPÕE SOBRE OS PODERES ESTABELECIDOS AO ADVOGADO CONSTITUÍDO DE AUTENTICAR CÓPIAS REPROGRÁFICAS DE DOCUMENTOS, NO PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

6. **PROJETO DE LEI Nº 154/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO CLÁUDIO CUNHA**, QUE INSTITUI A CRIAÇÃO DA LISTA DO IMPOSTO ZERO E MENOS IMPOSTOS ESTADUAIS DOS ALIMENTOS.

7. **PROJETO DE LEI Nº 155/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO CLÁUDIO CUNHA**, QUE INSTITUI A CRIAÇÃO DA LISTA DO IMPOSTO ZERO E MENOS IMPOSTOS ESTADUAIS DOS PRODUTOS HIGIENIZAÇÃO ESSENCIAL.

8. **PROJETO DE LEI Nº 156/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO**, QUE DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE CARGA TRIBUTÁRIA ZERO AO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS INCIDENTE SOBRE A CESTA BÁSICA MARANHENSE.

ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. **PROJETO DE LEI Nº 144/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO NETO EVANGELISTA**, QUE CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA AO “INSTITUTO DEFESA OCULAR” COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS NO ESTADO DO MARANHÃO.

2. **PROJETO DE LEI Nº 145/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO ARISTON RIBEIRO**, QUE INSTITUI, NO ÂMBITO DO ESTADO DO MARANHÃO, O PROGRAMA ESTADUAL “PRAIA PARA TODOS”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



3. **PROJETO DE LEI Nº 146/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO RICARDO ARRUDA, QUE DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E IMAGENS DE PESSOAS DESAPARECIDAS NOS SITES OFICIAIS DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO.**

4. **PROJETO DE LEI Nº 147/2025, DE AUTORIA DA DEPUTADA MICAL DAMASCENO, QUE CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO AMA – ACOLHIMENTO, MENTORIA E ASSISTÊNCIA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, NO ESTADO DO MARANHÃO.**

DIRETORIA GERAL DA MESA, PALÁCIO MANUEL BECKMAN, EM 20 DE MARÇO DE 2025.

Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em dezanove de março de dois mil e vinte cinco.

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Davi Brandão

Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Florêncio Neto

Segunda Secretária, em exercício, Senhora Deputada Mical Damasceno

Às nove horas e trinta minutos, presentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Adelmo Soares, Aluizio Santos, Ana do Gás, Andreia Martins Rezende, Ariston, Arnaldo Melo, Carlos Lula, Catulé Júnior, Cláudia Coutinho, Cláudio Cunha, Dalton Arruda, Daniella, Davi Brandão, Doutor Yglésio, Edna Silva, Fabiana Vilar, Fernando Braide, Florêncio Neto, Francisco Nagib, Glalbert Cutrim, Guilherme Paz, Hemetério Weba, João Batista Segundo, Júlio Mendonça, Júnior Cascaria, Junior França, Kekê Teixeira, Leandro Bello, Mical Damasceno, Neto Evangelista, Osmar Filho, Othelino Neto, Pará Figueiredo, Ricardo Arruda, Ricardo Rios, Rodrigo Lago, Solange Almeida e Wellington do Curso. Ausentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Antônio Pereira, Doutora Vivianne, Iracema Vale (em missão oficial) e Janaína.

I – ABERTURA.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Senhora 2.^a Secretária para fazer a leitura do texto bíblico e da Ata da Sessão anterior.

A SENHORA 2.^a SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO DEPUTADA MICAL DAMASCENO (lê texto bíblico e Ata) - Ata lida, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Ata lida e considerada aprovada. Com a palavra, o Senhor 1.^o Secretário para fazer a leitura do Expediente.

O SENHOR 1.^o SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO FLORÊNCIO NETO – (lê Expediente).

II – EXPEDIENTE.

PROJETO DE LEI Nº 164 /2025

Estabelece acesso prioritário a programas de doação e distribuição de sangue para pacientes diagnosticados com talassemia.

Art. 1.^o Fica garantido aos pacientes diagnosticados com talassemia o acesso prioritário aos programas de doação e distribuição de sangue nas unidades públicas e em estabelecimentos privados de saúde que atuem com doação de sangue.

Art. 2.^o A prioridade no atendimento para doação de sangue será concedida aos pacientes diagnosticados com talassemia, considerando a necessidade de transfusões regulares que a condição requer.

Art. 3.^o Será criado um sistema de identificação para pacientes com talassemia, com registro no prontuário médico e em sistemas de gestão de doação de sangue, a fim de garantir que sejam reconhecidos como prioritários para transfusões de sangue, especialmente em situações de emergências.

§ 1.^o O sistema de identificação poderá incluir a criação de um cartão de saúde físico, digital ou outro documento oficial que comprove o diagnóstico de talassemia e o número estimado de transfusões necessárias por ano.

§ 2.^o O documento de identificação será emitido pelo serviço de saúde responsável pelo acompanhamento médico do paciente, como hospitais, sejam estes públicos ou privados, e centros de hemoterapia ou unidades de saúde conveniadas.

Art. 4.^o O Governo do Estado, em parceria com a HEMOMAR – Centro de Hematologia e Hemoterapia, poderá desenvolver campanhas periódicas de sensibilização para incentivar a doação de sangue, com o foco nas necessidades de pacientes com talassemia.

Parágrafo único. Caso realizadas, as campanhas deverão enfatizar a importância da doação regular para garantir o abastecimento adequado de sangue para os pacientes diagnosticados com talassemia, que necessitam de transfusões periódicas.

Art. 5.^o Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Deputado “Nagib Haickel”, em São Luís, 17 de março de 2025. **CLAUDIA COUTINHO** - Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente e Senhores(as) Deputados (as).

A presente proposição tem por objetivo estabelecer o acesso prioritário a programas de doação e distribuição de sangue para pacientes diagnosticados com talassemia. Tal medida demonstra-se de extrema importância e encontra amparo no art. 24, inciso XII da CF/88, que dispõe sobre a competência concorrente da União, estados e Distrito Federal para legislar sobre matérias que versem sobre a proteção e defesa da saúde.

O presente projeto de lei encontra-se respaldado também no art. 6.^o da Constituição Federal, e, além de atender as diretrizes constitucionais, encontra amparo no art. 4.^o da Constituição do Estado do Maranhão.

Desse modo, constata-se a importância deste projeto para promover a saúde das pessoas diagnosticadas com talassemia, posto que se trata de uma doença genética hematológica, condição esta que se caracteriza por uma produção anormal de hemoglobina, resultando em uma forma grave de anemia crônica, o que implica, na maioria dos casos, na necessidade constante de transfusões de sangue para garantir a sobrevivência e a qualidade de vida dos pacientes.

A talassemia, especialmente em suas formas mais graves, como a talassemia maior, demanda transfusões periódicas para repor a hemoglobina deficiente e controlar as complicações associadas à anemia severa. Essa necessidade constante coloca os pacientes em situação de vulnerabilidade, já que as transfusões de sangue são limitadas e, em situações emergenciais, pode ocorrer escassez de sangue compatível, comprometendo o tratamento adequado e colocando em risco a saúde e a vida dos pacientes.

Por isso, a implementação de um sistema de acesso prioritário à doação e distribuição de sangue para esses pacientes se mostra crucial. O Art. 1.^o deste projeto de lei busca assegurar que os pacientes diagnosticados com talassemia recebam atendimento prioritário nas unidades de saúde, tanto públicas quanto privadas, que participam de programas de doação de sangue. Esta prioridade no atendimento é essencial para garantir que os pacientes recebam transfusões contínuas, sem interrupções, prevenindo complicações graves e a deterioração de seu estado clínico.

A importância deste projeto de lei é, portanto, indiscutível, pois oferece uma resposta direta às necessidades de saúde de uma população vulnerável, ao mesmo tempo que atua de maneira preventiva, proporcionando maior segurança e dignidade aos pacientes com talassemia. Ao assegurar que o acesso às transfusões de sangue



seja uma prioridade, o Estado contribuirá não só para a sobrevivência desses pacientes, mas também para a redução das complicações clínicas associadas à doença, como a sobrecarga de ferro e a insuficiência cardíaca, frequentemente observadas em casos graves de talassemia.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta proposição, com o objetivo de garantir que a vida e a saúde das pessoas com talassemia sejam tratadas com a urgência e o respeito que sua condição exige, contribuindo para um sistema de saúde mais eficiente.

Dessa forma, por todo o exposto, ante a relevância da matéria, esperamos a colaboração do Egrégio Plenário para que este projeto venha a ser aprovado.

Plenário Deputado “Nagib Haickel”, em São Luís, 17 de março de 2025. **CLAUDIA COUTINHO** - Deputada Estadual

PROJETO DE LEI Nº 165 /2025

Dispõe sobre a prioridade no atendimento de pessoas imunossuprimidas em serviços de saúde e outras providências.

Art. 1º Esta Lei estabelece a prioridade no atendimento em serviços de saúde para pessoas imunossuprimidas no estado do Maranhão, com o intuito de oferecer maior proteção e cuidados a esses indivíduos, que possuem um maior risco de infecções e complicações em relação à população geral.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se pessoa imunossuprimida aquele indivíduo cujo sistema imunológico esteja enfraquecido devido a:

I - Tratamentos médicos, como quimioterapia, uso prolongado de medicamentos imunossuppressores ou terapias biológicas.

II – Transplantes, doenças autoimunes ou crônicas que afetem a resposta imunológica do corpo.

III - Condições resultantes de infecções virais, como o HIV/AIDS, em que o sistema imunológico esteja severamente comprometido.

IV - Outras condições médicas diagnosticadas que, conforme laudo médico, causem imunossupressão significativa.

Art. 3º Pessoas imunossuprimidas terão atendimento prioritário em unidades de saúde públicas e privadas, incluindo hospitais, postos de saúde, clínicas e centros de vacinação, em relação a outros pacientes que não estejam imunossuprimidos.

§1º A prioridade de atendimento será aplicada em todas as etapas do atendimento médico, como consultas, exames, internações e procedimentos cirúrgicos.

§2º As unidades de saúde poderão adotar procedimentos específicos para garantir que o atendimento às pessoas imunossuprimidas seja realizado de forma prioritária, conforme a urgência e gravidade de sua condição de saúde.

Art. 4º Pessoas imunossuprimidas terão prioridade no acesso às vacinas recomendadas para sua condição de saúde, como vacinas contra gripe, pneumonia, hepatite, COVID-19, entre outras que, conforme orientação médica, sejam essenciais para a sua proteção.

Art. 5º Os profissionais de saúde serão responsáveis por identificar e registrar a condição de imunossupressão dos pacientes no prontuário médico, garantindo que todos os serviços necessários sejam oferecidos com a urgência e cuidado adequados.

Art. 6º O Poder Executivo poderá realizar campanhas de conscientização pública para informar a população sobre a vulnerabilidade das pessoas imunossuprimidas e a importância de garantir a prioridade no atendimento e o respeito a essas condições.

Parágrafo Único: As campanhas deverão destacar os cuidados necessários, a importância do diagnóstico precoce e a colaboração da sociedade para a proteção das pessoas imunossuprimidas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Deputado “Nagib Haickel”, em São Luís, 17 de março de 2025. **CLAUDIA COUTINHO** - Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente e Senhores(as) Deputados (as).

A presente proposição tem por objetivo estabelecer o acesso prioritário à população imunossuprimida, que apresenta uma vulnerabilidade significativamente maior a doenças infecciosas e complicações médicas. Tal medida demonstra-se de extrema importância e encontra amparo no art. 24, inciso XII da CF/88, que dispõe sobre a competência concorrente da União, estados e Distrito Federal para legislar sobre matérias que versem sobre a proteção e defesa da saúde.

O presente projeto de lei encontra-se respaldado também no art. 6º da Constituição Federal, e, além de atender as diretrizes constitucionais, encontra amparo no art. 4º da Constituição do Estado do Maranhão.

A imunossupressão caracteriza-se pelo comprometimento do sistema imunológico, podendo ser ocasionado por diversas situações, que incluem tratamentos médicos, transplantes, doenças autoimunes, crônicas ou infecciosas, dentre outras possibilidades.

Em razão dessa deficiência imunológica, faz-se necessário assegurar o atendimento prioritário dessa população, facilitando o seu acesso aos serviços de saúde e vacinação, objetivando não somente protegê-la das complicações decorrentes da sua condição de imunossupressão, como por exemplo o contágio de outras doenças e infecções, mas visa também garantir que ela possa viver com maior qualidade de vida, sem os agravantes de uma gestão inadequada da sua saúde.

A importância deste projeto de lei é, portanto, indiscutível, pois oferece uma resposta direta às necessidades de saúde de uma população vulnerável, ao mesmo tempo que atua de maneira preventiva, proporcionando maior segurança e dignidade aos pacientes imunossuprimidos.

Ao assegurar que o acesso dos pacientes imunossuprimidos a serviços de saúde seja uma prioridade, o Estado contribuirá não só para a sobrevivência desses pacientes, mas também para a redução das complicações clínicas associadas a essa condição. Com a aprovação dessa Lei, espera-se que o sistema de saúde se torne mais justo, eficiente e sensível às necessidades dessa parcela da população, que necessita de cuidados e apoio constantes.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta proposição, com o objetivo de garantir que a saúde das pessoas imunossuprimidas seja tratada com a urgência e o respeito que essa condição exige, contribuindo para um sistema de saúde mais eficiente.

Plenário Deputado “Nagib Haickel”, em São Luís, 12 de março de 2025. **CLAUDIA COUTINHO** - Deputada Estadual

PROJETO DE LEI Nº 166 / 2025

Institui a obrigatoriedade de treinamento sobre violência sexual e prevenção ao abuso sexual, incluindo violência virtual, para profissionais que atuam com crianças e adolescentes no Estado do Maranhão e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de treinamento e capacitação para todos os profissionais que atuam, direta ou indiretamente, com crianças e adolescentes em instituições públicas e privadas no estado do Maranhão, com foco na prevenção e no combate à violência sexual e ao abuso sexual, incluindo a violência sexual virtual.

Art. 2º Os profissionais que deverão se submeter ao treinamento previsto nesta lei incluem, mas não se limitam a:

I - professores e demais funcionários de escolas públicas e privadas;

II - profissionais da saúde que atendem crianças e adolescentes;



III - agentes de segurança pública, incluindo guardas municipais, policiais civis e militares;

IV - conselheiros tutelares e profissionais de assistência social;

V - profissionais que atuem em organizações não governamentais (ONGs) e demais entidades que prestem atendimento a crianças e adolescentes; e

VI - profissionais de serviços de lazer, esportes e recreação que trabalhem diretamente com crianças e adolescentes.

Art. 3º O conteúdo do treinamento deverá abranger:

I - identificação e prevenção de violência sexual e abuso sexual infantil, incluindo sinais físicos e comportamentais de abuso;

II - mecanismos de denúncia e proteção às vítimas, com instruções claras sobre como proceder diante de suspeitas ou confirmações de abuso sexual;

III - violência sexual virtual, abordando os perigos relacionados ao uso de tecnologias digitais, como o aliciamento de menores pela internet, sexting, pornografia infantil e exploração sexual online;

IV - desenvolvimento de uma cultura de respeito e segurança no ambiente de trabalho e educacional, promovendo espaços seguros para crianças e adolescentes;

V - abordagem psicológica e pedagógica para lidar com crianças e adolescentes que possam estar em situação de risco ou já tenham sido vítimas de abuso sexual, oferecendo suporte emocional e psicológico;

VI - diretrizes sobre a comunicação apropriada e segura com crianças e adolescentes, respeitando sua autonomia, privacidade e dignidade; e

VII - legislações estaduais e federais pertinentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de outros marcos legais voltados à proteção de crianças e adolescentes.

Art. 4º O treinamento terá caráter obrigatório e deverá ser realizado:

I - no início da atuação profissional, como requisito para o exercício da função, com uma carga horária mínima de 8 (oito) horas para a capacitação inicial; e

II - reciclagem anual, com carga horária mínima de 4 (quatro) horas, para garantir a atualização dos conhecimentos sobre o tema.

Art. 5º A responsabilidade pela oferta dos treinamentos será atribuída ao Poder Executivo, que poderá, por meio das Secretarias de Educação, Saúde, Segurança Pública, Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos do Maranhão, disponibilizá-los direta ou indiretamente, em colaboração com entidades especializadas na proteção de crianças e adolescentes.

§ 1º As instituições públicas e privadas poderão optar por fornecer os treinamentos por meio de entidades ou profissionais capacitados, desde que devidamente certificados e que atendam às exigências de conteúdo estabelecidas por esta lei.

§ 2º O Poder Executivo poderá, a seu critério, oferecer cursos online ou presenciais, de forma gratuita ou mediante convênios, a fim de facilitar o acesso à capacitação.

Art. 6º As instituições que empregam os profissionais mencionados nesta lei deverão garantir que todos os seus funcionários estejam devidamente capacitados, mantendo registros dos treinamentos e reciclagens realizados.

§ 1º O descumprimento das exigências desta lei por parte das instituições públicas ou privadas poderá acarretar:

I - advertência;

II - multa, no caso de instituições privadas, cujo valor será regulamentado pelo Poder Executivo;

III - suspensão temporária das atividades da instituição até a regularização;

IV - cassação de licença de funcionamento, em casos de reincidência grave.

Art. 7º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 18 de março de 2025 - WELLINGTON DO CURSO - Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa fortalecer as políticas públicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes no Maranhão, garantindo que todos os profissionais que atuem diretamente com esse público sejam devidamente capacitados para prevenir, identificar e agir diante de casos de violência sexual, incluindo a violência virtual, que tem se tornado cada vez mais prevalente com o uso crescente da internet por crianças e adolescentes.

O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes é um problema grave no Brasil e, infelizmente, também no Maranhão. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que, em 2023, o Brasil registrou mais de 63.000 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, o que equivale a uma vítima a cada 8 minutos. A maioria das vítimas são meninas, representando 85,5% dos casos, com a maior concentração de abusos ocorrendo entre os 10 e 14 anos. No Maranhão, o relatório do Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes revelou que, em 2023, foram registrados 1.692 casos de abuso sexual infantil, evidenciando a gravidade da situação no estado.

Além disso, o Maranhão enfrenta desafios específicos relacionados à violência sexual virtual. O aumento da interação de crianças e adolescentes no ambiente digital expõe essa população a novas formas de violência, como o aliciamento online e a exploração sexual. O Disque 100, serviço nacional de denúncias de violações de direitos humanos, registra um crescimento considerável de casos envolvendo abuso sexual online, reforçando a importância de incluir a violência virtual no escopo dos treinamentos.

A maioria dos casos de violência sexual ocorre dentro do ambiente familiar, o que dificulta a denúncia e a coleta de provas. Além disso, os crimes frequentemente deixam poucos vestígios físicos, o que aumenta a importância de profissionais capacitados para identificar sinais de violência. As instituições que lidam diretamente com crianças e adolescentes precisam estar preparadas para prevenir e identificar situações de risco, além de garantir a segurança dos menores.

Comparativamente, a exigência de treinamento de brigadistas para quem trabalha em teatros públicos, por exemplo, já é obrigatória em muitas regiões do Brasil. Tal treinamento visa garantir a segurança física em caso de incêndio ou outros incidentes. Da mesma forma, o treinamento proposto neste projeto de lei objetiva proteger um público vulnerável — crianças e adolescentes — de situações igualmente, se não mais, danosas. Se temos legislação que exige a formação de brigadistas para prevenção e combate a incêndios, é coerente e necessário que profissionais que atuem com crianças e adolescentes sejam capacitados para identificar, prevenir e lidar com casos de violência sexual, tanto presencial quanto virtual, que, além de violar fisicamente, deixa cicatrizes psicológicas profundas e duradouras.

O investimento em treinamento regular é crucial, pois os profissionais capacitados estão na linha de frente para prevenir abusos e garantir um ambiente seguro. Estudos mostram que o treinamento adequado pode aumentar significativamente a capacidade dos funcionários de escolas, hospitais e outras instituições de identificar sinais de abuso precoce, evitando que a violência continue. Isso reflete o impacto direto que políticas públicas de educação e conscientização têm na prevenção de crimes contra crianças.

Portanto, a proposta de reciclagem anual não apenas garante que os profissionais estejam sempre atualizados sobre novas formas de abuso e medidas de proteção, mas também fortalece a rede de apoio e acolhimento às vítimas.

A aprovação deste projeto de lei visa ampliar a proteção de crianças e adolescentes no Maranhão, garantindo que aqueles que têm a responsabilidade de cuidar, educar e proteger também estejam preparados para agir em casos de violência sexual e virtual contra nossas crianças e adolescentes.

Por estas razões, peço aos meus pares a aprovação deste importantíssimo Projeto de Lei, que, com certeza, irá salvar e evitar muitas vítimas no futuro.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 18 de março de 2025. - WELLINGTON DO CURSO - Deputado Estadual



PROJETO DE LEI Nº 167 / 2025

Dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Homicidas de Agentes de Segurança Pública e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Art. 1º Fica instituído o Cadastro Estadual de Homicidas de Agentes de Segurança Pública, reunindo informações relativas a condenados pelo crime de homicídio cometido contra policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, policiais científicos, policiais penais, agentes de segurança socioeducativo e guardas municipais, no exercício da função ou em razão dela.

§1º Interpretam-se como homicida de agentes de segurança pública, para os fins desta Lei, aqueles que tenham sido condenados, com sentença transitada em julgado, pela prática de homicídio contra os agentes elencados no caput deste artigo, até o cumprimento e extinção da pena.

§2º O Cadastro Estadual de Homicidas de Agentes de Segurança Pública, conterà, no mínimo, os seguintes dados:

- I – nome completo;
- II – filiação;
- III – data de nascimento;
- IV – fotografia do identificado;
- V – endereço residencial;
- VI – alcunha, se houver;
- VII – sinais característicos, como tatuagens ou cicatrizes.

Art. 2º O Cadastro Estadual de Homicidas de Agentes de Segurança Pública poderá ser acessado por qualquer cidadão.

Art. 3º Caberá à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Maranhão – SSP/MA, a divulgação do cadastro em site eletrônico oficial, observadas as determinações desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 18 de março de 2025 - WELLINGTON DO CURSO - Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo criar o Cadastro Estadual de Homicidas de Agentes de Segurança Pública no Maranhão, reunindo informações sobre condenados por homicídios cometidos contra policiais militares e civis, bombeiros militares, policiais penais, agentes do sistema socioeducativo e guardas municipais, tanto no exercício da função quanto em razão dela.

A Constituição Federal, em seu artigo 144, estabelece que “a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob os valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados.”

Dentro desse contexto, nossa Carta Magna reflete o princípio da eficiência, que exige da Administração Pública e de seus agentes a busca contínua do bem-estar coletivo. No Maranhão, agentes de segurança pública desempenham um papel essencial na manutenção da ordem, na proteção das pessoas e do patrimônio, bem como na investigação e repressão de crimes. Como consequência, eles frequentemente arriscam suas vidas para garantir a segurança e justiça em nosso estado.

A atuação de proteger e garantir a ordem pública no Maranhão traz desafios únicos, pois os agentes de segurança frequentemente se tornam alvos de criminosos que enxergam nesses profissionais obstáculos para suas atividades ilícitas. Muitos desses crimes ocorrem motivados pelo enfrentamento direto ao crime organizado, que, infelizmente, é uma realidade no estado.

É alarmante saber que, em algumas regiões, os homicídios contra agentes de segurança são utilizados como estratégia de poder pelas organizações criminosas. Jovens cooptados por facções enfrentam “provas de fogo” que envolvem a execução de agentes públicos, o que não podemos tolerar. Informações noticiadas pela imprensa nacional indicam que grupos como o PCC oferecem recompensas significativas pela morte de agentes, evidenciando o nível de afronta à segurança pública e ao Estado Democrático de Direito.

O Maranhão, embora enfrente desafios, possui uma história de dedicação e competência por parte de seus agentes de segurança pública. Com esforços contínuos, estes profissionais trabalham incansavelmente para elevar os índices de segurança e reduzir a criminalidade no estado. É inadmissível que continuemos a permitir que agentes sejam alvos apenas por desempenharem suas funções.

O homicídio de agentes de segurança pública é um crime cruel e inaceitável que afeta diretamente os pilares do Estado Democrático de Direito, os direitos fundamentais e a democracia. Precisamos adotar medidas mais rigorosas para punir os infratores e prevenir essas tragédias.

Assim, a criação deste cadastro no Maranhão é essencial. Ele possibilitará não apenas a identificação pública dos responsáveis por esses crimes, mas também a coleta de informações estratégicas que auxiliem o governo estadual a formular políticas preventivas mais eficazes.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 18 de março de 2025. - WELLINGTON DO CURSO - Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 168 / 2025

Emenda: Considera de utilidade pública a Associação Luminense Atlético Clube - LAC, no âmbito do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica Considerado de Utilidade Pública a “Associação Luminense Atlético Clube - LAC” entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Paço do Lumiar no Estado do Maranhão.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 11 de março de 2025. - João Batista Gonçalves de Castro Segundo - Deputado Estadual


PROJETO DE LEI Nº 169 / 2025

Emenda: Considera de utilidade pública a Associação Comunitária Brigada Bombeiro Mirim Poeta Sousândrade de Guimarães - MA, no âmbito do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica Considerado de Utilidade Pública a “Associação Comunitária Brigada Bombeiro Mirim Poeta Sousândrade de Guimarães” entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Guimarães no Estado do Maranhão.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 11 de março de 2025.


 João Batista Gonçalves de Castro Segundo
 Deputado Estadual
 Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão



PROJETO DE LEI Nº 170 /2025

Dispõe sobre a alteração do nome do Município de Governador Edison Lobão para Município de Ribeirãozinho do Maranhão, modificando dispositivos da Lei nº 6.194, de 1º de novembro de 1994, e dá outras providências.

Art. 1º – A presente Lei altera o nome do Município de Governador Edison Lobão, que passa a ser denominado Município de Ribeirãozinho do Maranhão.

Art. 2º A alteração do nome do Município se dá após serem cumpridos os requisitos do art. 144-A da Constituição do Estado do Maranhão, notadamente vencidas as seguintes etapas:

I – prolação de decisão judicial, com trânsito em julgado material, na Ação Civil Pública sob nº 0006616-24.2013.4.01.3701, que tramitou perante a 1ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão da Justiça Federal, e que teve como autor o Ministério Público Federal e réus o Estado do Maranhão e o Município de Governador Edison Lobão, determinando a alteração do nome do Município por violação ao princípio constitucional da impessoalidade;

II – manifestação unânime da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão através de Projeto de Decreto Legislativo nº 003, de 30 de agosto de 2013, para a alteração do nome para Município de Ribeirãozinho;

III – promulgação do Decreto Legislativo nº 492, de 14 de março de 2018, publicado pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão no Diário Oficial de 21 de março de 2018, autorizando a convocação de plebiscito para consulta à população do Município de Governador Edison Lobão a fim de que se manifestasse sobre a proposta de alteração do nome do Município;

IV – realização, em 06 de outubro de 2024, de plebiscito para deliberar sobre a autorização para a alteração do nome do Município de Governador Edison Lobão para Município de Ribeirãozinho do Maranhão, tendo o voto “SIM”, para autorização popular para a mudança do nome, vencido por 83,87% (oitenta e três vírgula oitenta e sete por cento) dos votos válidos, conforme Processo nº 0600067-98.2018.6.10.0000, que tramitou perante o Tribunal Regional do Maranhão – TRE/MA.

Art. 3º - A ementa da Lei nº 6.194, de 1º de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação: “Cria o Município de Ribeirãozinho do Maranhão e dá outras providências.” (NR)

Art. 4º - O art. 1º da Lei nº 6.194, de 1º de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º - Fica criado o Município de Ribeirãozinho do Maranhão, com sede no Povoado Ribeirãozinho, a ser desmembrado do Município de Imperatriz”. (NR)

Art. 5º - O caput do art. 2º da Lei nº 6.194, de 1º de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º - O Município de Ribeirãozinho do Maranhão limita-se ao Norte com o Município de Davinópolis, a Leste com os Municípios de Buritirana e Montes Altos, a Oeste com o Estado do Tocantins e ao Sul com os Municípios de Ribamar Fiquene e Montes Altos.”. (NR)

Art. 6º – A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão deverá disponibilizar o texto compilado da Lei nº 6.194, de 1º de novembro de 1994, com as alterações feitas por esta Lei, para todos os Poderes, de todas as esferas federativas.

Parágrafo único. O Estado do Maranhão e o Município de Ribeirãozinho do Maranhão deverão garantir ampla publicidade à nova redação da Lei nº 6.194, de 1º de novembro de 1994.

Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, 19 de março de 2025. **RODRIGO LAGO** - DEPUTADO ESTADUAL - PCdoB - FE BRASIL

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei é protocolado após demanda apresentada em reunião havida entre o Deputado Estadual Rodrigo Lago, o Deputado Federal Marcio Jerry, o Prefeito Flávio Soares, o Vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal André Silva Cardoso (André do Lanche) e o Secretário de Governo e Advogado Dr. Venilson Batista Pereira.

Em 2013, o Ministério Público Federal ajuizou a Ação Civil Pública nº 0006616-24.2013.4.01.3701, que tramitou perante a 1ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão da Justiça Federal, e teve como réus o Estado do Maranhão e o Município de Governador Edison Lobão, tendo ao final determinando a alteração do nome do Município por violação ao princípio constitucional da impessoalidade.

Ainda em 2013, por manifestação unânime da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, através de Projeto de Decreto Legislativo nº 003, de 30 de agosto de 2013, foi proposto o nome para Município de Ribeirãozinho, que seria o nome original do Município que seria desmembrado de Imperatriz, e que representava o maior povoamento da cidade emancipada.

Após provocação pela Câmara Municipal e pela decisão judicial, por proposição da então Deputada Valéria Macedo, a Assembleia Legislativa aprovou e promulgou o Decreto Legislativo nº 492, de 14 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo de 21 de março de 2018, autorizando a convocação de plebiscito para consulta à população do Município de Governador Edison Lobão para que se manifestasse sobre a proposta de alteração do nome do Município.

Finalmente, em 06 de outubro de 2024, foi realizado o plebiscito para deliberar sobre a autorização para a alteração do nome do Município de Governador Edison Lobão para Município de Ribeirãozinho do Maranhão. E por 83,87% (oitenta e três vírgula oitenta e sete por cento) dos votos válidos venceu o voto “SIM”, para autorização popular para a mudança do nome para Ribeirãozinho do Maranhão, conforme Processo nº 0600067- 98.2018.6.10.0000, que tramitou perante o Tribunal Regional do Maranhão – TRE/MA.

Para melhor instruir este processo legislativo, junta-se com o presente Projeto de Lei cópia eletrônica integral da Ação Civil Pública sob nº 0006616- 24.2013.4.01.3701, que tramitou perante a 1ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão da Justiça Federal, e do Processo nº 0600067-98.2018.6.10.0000, que tramitou perante o Tribunal Regional do Maranhão – TRE/MA, e que contêm todos os elementos fáticos indicados na presente justificativa e no próprio Projeto de Lei.

Por essas motivações, respeitando as decisões judiciais, as Constituições do Brasil e do Maranhão e a vontade soberana do povo através do plebiscito, é que se apresenta o presente Projeto de Lei, esperando rápida aprovação por esta Casa e sanção pelo Governador do Estado.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, 19 de março de 2025. **RODRIGO LAGO** - DEPUTADO ESTADUAL - PCdoB - FE BRASIL

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 021 /2025

Concede o Título de Cidadão Maranhense ao “**SENHOR PAULO DE TARSO GUEDES CARVALHO**”

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Maranhense ao Senhor “**PAULO DE TARSO GUEDES CARVALHO**” natural da cidade de Natural de Floriano, no Estado do Piauí.

Art. 2º - Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data da sua publicação.

Plenário “**Deputado Nagib Haickel do Palácio “Manoel Beckham” em São Luís 18 de março de 2025. NETO EVANGELISTA** - DEPUTADO ESTADUAL – UNIÃO



PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 022 /2025

Concede o Título de Cidadão Maranhense ao “SENHOR DEVANIR GARCIA”

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Maranhense ao Senhor “DEVANIR GARCIA” natural da cidade de Porto Xavier, Rio Grande do Sul.

Art. 2º - Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data da sua publicação.

Plenário “Deputado Nagib Haickel do Palácio “Manoel Beckham” em São Luís 18 de março de 2025. NETO EVANGELISTA - DEPUTADO ESTADUAL – UNIÃO

REQUERIMENTO Nº 086 /2025

Senhora Presidente,

Nos termos do art. 158, I, do Regimento Interno, após ouvida a Mesa Diretora, requero seja convocada **AUDIÊNCIA PÚBLICA** pela Comissão de Educação, Desporto, Ciência e Tecnologia para tratar do Processo Seletivo para a contratação de pessoal para a Secretaria de Estado da Educação.

Para a referida audiência pública será convidada a Secretária de Estado da Educação, as entidades que representam docentes, discentes, grêmios estudantis, além da sociedade em geral, em especial os candidatos que alegam terem sido prejudicados no Processo Seletivo, para debater o tema.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, 24 de fevereiro de 2025. **RODRIGO LAGO -DEPUTADO ESTADUAL**

REQUERIMENTO Nº 087 /2025

Senhor Vice-Presidente,

Nos termos do que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requero a Vossa Excelência, após aprovação do Plenário, que seja realizada uma Sessão Solene, em data a ser agendada, destinada a homenagear os 40 anos da Redemocratização do Brasil, período conhecido como Nova República, que restituiu a liberdade democrática em nosso País, com avanços que culminaram com a promulgação da Constituição Federal em 1988, período esse que se iniciou com a posse de José Sarney como primeiro Presidente Civil após os Governos Militares, consolidando as instituições e garantindo direito e liberdade aos brasileiros.

PLENÁRIO DEPUTADO NAGIB HAICKEL, DO PALÁCIO MANUEL BECKMAN, EM 17 DE MARÇO DE 2025. - IRACEMA VALE - Deputada Estadual

REQUERIMENTO Nº 088 /2025

Senhora Presidente,

Nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e após a manifestação do Plenário, solicito que seja tramitado em regime de tramitação de urgência o seguinte Projeto de Resolução Legislativa de minha autoria: Projeto de Resolução Legislativa nº 018/2025- “CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO “SR. AURELIO PEREIRA DE SOUSA”.

Nestes termos, é o que se solicita.

Assembleia Legislativa do Maranhão, Plenário Deputado “Nagib Haickel”, Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 18 março de 2025. SOLANGE ALMEIDA - DEP. ESTADUAL – PL

REQUERIMENTO Nº 090 /2025

Senhora Presidente,

Nos termos do artigo 182, §4º do Regimento Interno desta dought Casa, vem-se, respeitosamente, interpor recurso ao parecer que rejeitou o Projeto de Lei nº 064/2025, que visa instituir o Programa Maranhão Construindo Destinos, com o objetivo de promover a qualificação da infraestrutura turística e o desenvolvimento do setor turístico estadual.

I. Da Natureza das Diretrizes Propostas

O projeto de lei em questão não busca criar, extinguir ou alterar órgãos da Administração Pública, mas sim estabelecer diretrizes e sugestões que podem ser originalmente incorporadas pela gestão pública no âmbito do turismo. O texto do projeto orientase por uma **visão colaborativa entre os Poderes**, oferecendo um quadro que possa ser utilizado pelo Poder Executivo, dentro de sua esfera de discricionariedade, conforme considerar oportuno, **sem obrigatoriedade imediata**.

II. Da Autonomia Administrativa do Executivo

Respeita-se, no bojo do projeto em questão, plenamente a autonomia administrativa do Chefe do Poder Executivo para decidir sobre a implementação do programa objetivado. O projeto foi delineado de forma a não impor obrigações diretas de execução, mas sim fornecer um instrumental legislativo que possa ser consultado e aplicado segundo os critérios e planejamento estratégico do Executivo. Desta forma, não há invasão de competência exclusiva, visto que a ativação e operacionalização das diretrizes caberiam ao Executivo.

III. Da Separação de Poderes

Importante ressaltar que o projeto não ofende a separação dos poderes, uma vez que apenas propõe diretrizes que o Poder Executivo poderá adotar. A previsão de encargos inerentes ao Poder Público em lei de origem parlamentar é uma prática comum que não viola o princípio da separação dos poderes, pois não se traduz em ato de gestão direta, mas em proposição de apoio ao desenvolvimento de políticas públicas.

IV. Da Interpretação Restritiva das Exceções de Iniciativa

As hipóteses constitucionais de iniciativa exclusiva formam um rol taxativo e **configuram exceção à regra geral de competência** concorrente dos Poderes Legislativo e Executivo. De acordo com a lição da hermenêutica clássica, conforme destacado por Carlos Maximiliano em “Hermenêutica e Aplicação do Direito” (Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 162 e seguintes), **as exceções devem ser interpretadas de forma restritiva**. A interpretação das competências privativas do Chefe do Executivo deve seguir esta linha para evitar uma leitura ampliada que descaracterize as funções normais do Legislativo.

V. Da Interpretação do Supremo Tribunal Federal

O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliada. Por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve derivar de norma constitucional explícita e inequívoca (STF, Pleno, ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001). Essa decisão reforça que o projeto de lei em discussão está dentro dos limites constitucionais, pois não se apoia em uma presunção de reserva de iniciativa, mas sim no fortalecimento de diretrizes legislativas legítimas.

VI. Dos Precedentes e Colaborações

Ademais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal corrobora com a constitucionalidade do projeto em espécie, visto que existem, no âmbito legislativo, diversas leis de iniciativa parlamentar que estabelecem programas sem que isso configure usurpação de competência do Poder Executivo. Um exemplo é a recente decisão sobre a Lei Municipal nº 9.979/2023 do Município de Piracicaba, que criou o Programa “Banco de Ração e Utensílios para Proteção de Animais”, validada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, na ADI 2318093-98.2023.8.26.0000, cuja ementa segue lançada *infra*:

Direta de Inconstitucionalidade – Município de Piracicaba – Lei Municipal nº 9.979/2023, de iniciativa parlamentar, que “dispõe sobre



a criação do Programa ‘Banco de Ração e Utensílios para Proteção de Animais’, no âmbito do Município de Piracicaba, e dá outras providências” – Jurisprudência deste C. Órgão Especial que já admitiu a imposição, pelo Poder Legislativo local, de obrigação genérica ao Poder Executivo relacionada à instituição de banco de ração e acessórios visando ao bem-estar e à proteção animal – Jurisprudência que apenas rejeita leis extensas e detalhadas, impondo obrigações acessórias ao Poder Executivo – Caso concreto em que a lei municipal de iniciativa parlamentar, embora tenha instituído banco de ração e de utensílios, não impôs obrigações acessórias extensas e detalhadas ao Poder Executivo, respeitando os limites de decisão política do Executivo – Constitucionalidade da norma – Improcedência da ação. (TJ-SP - Direta de Inconstitucionalidade: 2318093-98 .2023.8.26.0000 São Paulo, Relator.: Luciana Bresciani, Data de Julgamento: 06/03/2024, Órgão Especial, Data de Publicação: 08/03/2024).

Além disso, o STF, no Agravo Regimental no RE 290.549 RJ e no ARE 1.447.546 GO, reafirma que projetos de lei que definem diretrizes não invadem a competência do Executivo, confirmando o entendimento sobre os limites institucionais entre os poderes, é o que se observa da ementa do julgado *in verbis*:

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Lei de iniciativa parlamentar a instituir programa municipal denominado “Rua da Saúde”. Inexistência de vício de iniciativa a macular sua origem. 1. A criação, por lei de iniciativa parlamentar, de programa municipal a ser desenvolvido em logradouros públicos não invade esfera de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. 2. Inviável a análise de outra norma municipal para aferição da alegada inconstitucionalidade da lei. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF - RE: 290549 RJ, Relator.: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 28/02/2012, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJE-064 DIVULG 28-03-2012 PUBLIC 29-03-2012)

Importa destacar, ademais, que ainda que implicasse em despesa, o que não é o caso em debate visto que a aplicação do projeto encontra-se no âmbito de discricionariedade do Poder Executivo, há entendimento consolidado pela Corte Constitucional no sentido de que “a simples criação de despesa para a Administração, mesmo em caráter permanente, não atrai a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo correspondente”. Veja-se:

Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE APLICAÇÃO INDEVIDA DO TEMA 917 DA REPERCUSSÃO GERAL. INOCORRÊNCIA. VÍCIO DE INICIATIVA PARLAMENTAR. AUSÊNCIA. INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Não ofende a tese fixada por esta CORTE, no julgamento do Tema 917 da Repercussão Geral, decisão proferida no sentido de que as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão taxativamente previstas no art. 61 da Constituição Federal, que trata da reserva de iniciativa de lei do Chefe do Poder Executivo, não se permitindo interpretação ampliada do citado dispositivo constitucional, para abarcar matérias além daquelas relativas ao funcionamento e estruturação da Administração Pública. 2. A jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL se firmou no sentido de que “a simples criação de despesa para a Administração, mesmo em caráter permanente, não atrai a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo correspondente” (RE 1.279.725, Rel. Min. NUNES MARQUES, Redator para o acórdão Min. ROBERTO BARROSO, Plenário, DJe de 05/06/2023). 3. Agravo Interno a que se NEGA PROVIMENTO. (STF - Rcl: 61707 RJ, Relator.: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 11/03/2024, Primeira Turma, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJE-s/n DIVULG 15-03-2024 PUBLIC 18-03-2024)

VII. Da Necessidade e Benefícios do Projeto

Reforçamos a importância do Programa Maranhão Construindo Destinos para o crescimento socioeconômico do Estado. A qualificação

da infraestrutura turística e a melhoria dos produtos turísticos são essenciais para potencializar o turismo, gerando emprego e renda para a população.

Frisa-se que o turismo se destaca como um dos pilares fundamentais da economia do estado do Maranhão, sendo o setor não só responsável pelo impacto na a geração de empregos diretos e indiretos, como também impulsiona outros setores associados, como comércio, serviços, cultura e infraestrutura.

O Programa Maranhão Construindo Destinos visa alavancar ainda mais o potencial turístico do estado, fortalecendo o desenvolvimento sustentável e garantindo uma maior competitividade e atratividade do Maranhão como destino turístico. A melhoria na infraestrutura turística e na qualidade dos serviços contribuirá diretamente para a expansão da economia local, beneficiando toda a população maranhense e promovendo o bem-estar social.

VIII. Da Não Violação ao Art. 167, Inciso I, da Constituição Federal

O programa proposto não viola o art. 167, inciso I, da Constituição Federal, que veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, pois sua aprovação não implica em execução imediata, mas estabelece as bases para uma futura implementação. Desta forma, o projeto respeita integralmente o devido processo legislativo e as normas constitucionais pertinentes ao planejamento orçamentário do Estado.

A iniciativa contempla apenas a criação do programa, deixando a cargo do Poder Executivo a decisão sobre o momento mais oportuno para sua efetiva implementação. Tal execução deverá ser precedida da devida inclusão na Lei Orçamentária Anual, garantindo, assim, que o programa só será operacionalizado após a previsão orçamentária adequada e respectiva dotação de recursos, assegurando a viabilidade financeira e o alinhamento com as prioridades orçamentárias do Estado.

Deste modo, o projeto não apenas respeita o limite legal imposto pelo artigo mencionado, mas também fortalece o princípio da responsabilidade fiscal, ao assegurar que novas iniciativas serão sustentáveis e adequadamente financiadas. Esta abordagem traz flexibilidade ao Poder Executivo, permitindo que ele ajuste e implemente políticas públicas conforme o planejamento estratégico e as condições financeiras do Estado. Além disso, assegura que as políticas públicas desenvolvidas sejam consistentes e eficazes, alinhadas com as necessidades temporais e econômicas vigentes.

Consequentemente, o projeto integra-se harmoniosamente ao arcabouço jurídico e administrativo, promovendo um desenvolvimento estruturado e planejado das ações governamentais, sem que isso acarrete em compromissos não previstos ou inadequadamente financiados.

Conclusão

Desta feita, o presente recurso busca reverter o parecer da Comissão para que o projeto de lei não seja visto como uma interferência nas atribuições do Poder Executivo, mas sim como uma colaboração para o progresso do estado, respeitando o marco constitucional vigente e reiterando o entendimento consolidado por tribunais sobre a cooperação legislativa no desenvolvimento de políticas públicas.

Requer-se, portanto, a reconsideração do parecer e a consequente aprovação do Projeto de Lei nº 064/25.

Termos em que, pede deferimento.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, 18 de março de 2025. - **Catulé Júnior** - Deputado Estadual

REQUERIMENTO Nº 091 /2025

Senhora Presidente,

Nos termos do artigo 182, §4º do Regimento Interno desta douta Casa, vem-se, respeitosamente, interpor recurso ao Parecer nº 089/2025, que rejeitou o Projeto de Lei nº 063/2025, que dispõe sobre a doação de aparelhos de informática e telecomunicações apreendidos em decorrência da prática de ilícito penal ou fiscal à estudantes da Rede



Estadual de Ensino. O projeto foi rejeitado com base nos argumentos que refutamos a seguir:

1. Interferência no Destino de Bens Apreendidos e Procedimentos Penais

O parecer alega que a proposta interferiria no destino de bens previstos no Código de Processo Penal (CPP), especificamente o leilão. Contudo, é importante destacar que o CPP permite, de forma subsidiária, alternativas para o destino de bens apreendidos, especialmente quando a finalidade é servir a um interesse social relevante. O Manual de Bens Apreendidos do CNJ aconselha a destinação de bens apreendidos para fins sociais, como a ampliação da inclusão digital na educação pública, que está em consonância com o objetivo deste projeto.

A doação de bens apreendidos em processos criminais está ancorada em fundamentos legais que visam transformar ativos provenientes de atividades ilícitas em recursos disponíveis para promover o interesse público. Veja-se:

a) Base Legal no Código de Processo Penal (CPP)

O Código de Processo Penal (CPP) regula a apreensão de bens em contexto criminal. Embora ele, frequentemente, preveja o leilão como destino principal desses bens, também permite outras disposições quando há justificativa legal e social. **Após o trânsito em julgado, o Estado adquire a propriedade desses bens, podendo destiná-los de forma a atender ao interesse público.**

b) Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)

A Lei de Drogas é uma legislação específica que lida frequentemente com a apreensão de bens em decorrência do tráfico de entorpecentes. Esta lei prevê a conversão dos bens apreendidos em favor do Estado, que pode utilizá-los em ações concretas para reforçar políticas de segurança pública ou projetos sociais, como educação, saúde, e programas de combate às drogas. A lei incentiva que parte dos recursos advindos de apreensões seja direcionada para causas sociais.

c) Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

O Manual de Bens Apreendidos do CNJ orienta sobre a destinação adequada de bens apreendidos, **recomendendo que sejam usados de maneira a maximizar seu valor social e público.** As diretrizes do CNJ incentivam que, sempre que possível, bens que possam **servir a objetivos sociais sejam integrados a iniciativas públicas, particularmente nas áreas de educação e saúde.**

d) Princípio do Interesse Público

A destinação dos bens apreendidos deve sempre considerar o interesse público, que é um princípio balizador na Administração Pública. Converter bens de natureza criminosa em recursos que beneficiem a sociedade, especialmente em áreas carentes de investimentos, está em linha com os objetivos da governança pública eficiente e socialmente responsável.

e) Competência do Estado em Promoção Social

Estados têm competência para legislar sobre a destinação de bens apreendidos, conforme princípio da competência concorrente. Assim, podem estabelecer normas que regulem como os bens serão utilizados, desde que em consonância com normas gerais e respeitando competências federais específicas.

Percebe-se, assim, que um dos principais enfoques do manual é **garantir que a valoração dos bens seja feita de forma precisa para otimizar sua destinação.** A doação é considerada uma das formas adequadas para bens que atendem a uma função social ou institucional relevante.

f) Procedimentos Judiciais e Administrativos

O documento também delinea os passos processuais e administrativos necessários para efetivar a doação dos bens apreendidos, ressaltando **a necessidade de autorização judicial** e a justificativa para a escolha da entidade beneficiada, de modo que não há que se falar em alteração do destino previamente estabelecido no CPP, mas sim doação devidamente autorizada, conforme permissivo do CNJ, que, inclusive, recomenda que todos os procedimentos relacionados à doação de bens apreendidos sejam documentados e publicados para garantir a transparência e possibilitar a auditoria por partes interessadas.

2. Aplicações Práticas

Na prática, a doação de bens como computadores, tablets e equipamentos de comunicação para escolas e outras instituições comunitárias pode ajudar a diminuir desigualdades tecnológicas e promover inclusão. Esses bens, que não precisam passar pelo processo dispendioso de leilão, quando doados, têm impacto imediato e positivo na sociedade.

Portanto, a fundamentação legal para a doação desses bens combina uma estrutura jurídica bem definida com uma abordagem pragmática e socialmente responsável, garantindo que ativos de origem ilícita sejam reciclados em benefícios tangíveis para a população.

3. Interesse Público e Social

A integração desses bens ao sistema educacional não apenas auxilia na superação das desigualdades digitais, mas também atende ao princípio do interesse público, otimizando recursos que, de outra forma, seriam subutilizados se simplesmente direcionados ao leilão.

4. Competência sobre Impostos Federais e Bens Apreendidos

a) Competência da União

O parecer menciona pendências de impostos federais, sugerindo que tal questão seria de competência exclusiva da União. Entretanto, o projeto não altera, per se, a legislação tributária nem interfere na competência tributária federal. A destinação dos bens a instituições estaduais de ensino ocorrerá após o trânsito em julgado, momento em que eventuais questões tributárias já terão sido resolvidas, permitindo a doação dos bens livres de ônus fiscais.

5. Importância e Impacto Social

Integrar esses bens ao patrimônio da Rede Estadual de Ensino ampliará o acesso à tecnologia, essencial no contexto educacional atual, fazendo frente às desigualdades digitais. Isso é um uso inteligente e benéfico dos recursos públicos e é promissor para resultados positivos na educação.

6. Aplicações Práticas

Na prática, a doação de bens como computadores, tablets e equipamentos de comunicação para escolas e outras instituições comunitárias pode ajudar a diminuir desigualdades tecnológicas e promover inclusão. Esses bens, que não precisam passar pelo processo dispendioso de leilão, quando doados, têm impacto imediato e positivo na sociedade.

Portanto, a fundamentação legal para a doação desses bens combina uma estrutura jurídica bem definida com uma abordagem pragmática e socialmente responsável, garantindo que ativos de origem ilícita sejam reciclados em benefícios tangíveis para a população.

Conclusão

O Projeto de Lei nº 063/2025 é juridicamente viável e socialmente relevante, buscando promover educação e inclusão digital ao reaproveitar bens apreendidos que de outro modo não teriam destinação social tão efetiva.

Cabe destacar que, outros estados brasileiros, a saber, Espírito Santo (Lei nº 11.237/2023), Tocantins (Lei nº 4.339/2023) e Bahia (PL 25.203/2024), aprovaram projetos de lei que se assemelham a este visando contribuir para a redução de alunos sem acesso à tecnologia, combatendo, assim, as desigualdades sociais.

Diante disso, solicitamos a reconsideração do parecer nº 151/2025 e apoio para que o projeto pros siga sua tramitação para deliberação em plenário.

Termos em que, pede deferimento.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, 18 de março de 2025 - **Catulé Júnior** - Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 353 /2025

Senhora Presidente,

Nos moldes do art. 152 do Regimento Interno desta Casa, requieiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Governo do Estado do Maranhão, na pessoa do Exmo. Governador Carlos Orleans Brandão Junior, **solicitando a criação de um Núcleo**



de Apoio aos Portadores de Anemia Falciforme e Glaucoma no município de Caxias/MA.

A anemia falciforme e o glaucoma são condições de saúde que exigem cuidados específicos e contínuos, além de um grande suporte psicológico e social para os pacientes e suas famílias. A criação do Núcleo de Apoio aos Portadores de Anemia Falciforme e Glaucoma é uma medida essencial para garantir que essas pessoas tenham acesso a um atendimento especializado, que vai além do cuidado médico, incluindo também suporte educacional, psicológico e social.

A anemia falciforme é uma doença genética que causa complicações como dores intensas, infecções frequentes e até danos aos órgãos. Já o glaucoma é uma doença ocular que, se não tratada adequadamente, pode levar à cegueira irreversível. Ambas as condições têm um impacto significativo na qualidade de vida dos pacientes, o que justifica a criação de um núcleo de apoio integrado.

A implementação desse núcleo proporcionará um atendimento mais humanizado e eficiente, além de fortalecer a conscientização sobre essas doenças, incentivando o diagnóstico precoce e o tratamento adequado. Diante disso, a presente solicitação busca garantir melhores condições de vida e acesso à saúde para os portadores dessas condições, de modo que ambas sejam tratadas com a urgência e o respeito que merecem, contribuindo para um sistema de saúde mais eficiente.

Ante o exposto e com base no projeto anexado, resta demonstrada a necessidade da presente solicitação, motivo pelo qual aguardamos o acolhimento desta.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 17 de março de 2025. **CLAUDIA COUTINHO** - Deputada Estadual

NA FORMA DO ART. 152 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 354 /2025

Senhora Presidente,

Encaminho expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão, Carlos Orleans Brandão Junior e ao Senhor Secretário de Estado da Infraestrutura (SINFRA-MA), Aparício Bandeira Filho, **solicitando a recuperação urgente da rodovia MA-034 que liga o município de Coelho Neto/MA ao Povoado Descanso.**

Em razão do período chuvoso, tem-se enfrentado sérios problemas na MA-034, que liga o município de Coelho Neto ao Povoado Descanso, devido ao seu estado deteriorado, com inúmeros buracos e crateras ao longo do percurso, o que torna a viagem perigosa e causa danos aos veículos que por ali transitam regularmente.

Ressalte-se que apesar de todo o trecho mencionado necessitar de recuperação, o local conhecido como Cajulândia é o que se encontra em pior estado, necessitando de um recapeamento estrutural ou até mesmo uma reconstrução, visto que a camada asfáltica na região é estreita, inexistindo murgens na rodovia.

Em razão disso, solicitamos em caráter de urgência, que sejam providenciadas medidas para sua recuperação asfáltica, uma vez que o acesso dificultado impacta negativamente o transporte de mercadorias, o deslocamento de estudantes e trabalhadores, e o acesso a serviços básicos de saúde e educação.

Ante o exposto e com base nas imagens anexadas, resta demonstrada a necessidade da presente solicitação, motivo pelo qual aguardamos o atendimento da presente Indicação, buscando proporcionar a redução no risco de acidentes, bem como facilitar o deslocamento de nossos Maranhenses que tanto necessitam.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 17 de março de 2025. **CLAUDIA COUTINHO** - Deputada Estadual

NA FORMA DO ART. 152 DO REGIMENTO INTERNO, O

SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 355 /2025

Senhora Presidente,

Encaminho expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão, Carlos Orleans Brandão Junior e ao Senhor Secretário de Estado da Infraestrutura (SINFRA-MA), Aparício Bandeira Filho, **solicitando a recuperação urgente da rodovia MA-034 que liga o município de Caxias/MA ao Povoado Baú.**

Em razão do período chuvoso, tem-se enfrentado sérios problemas na MA-034, que liga Caxias ao Povoado Baú, devido ao seu estado deteriorado, com inúmeros buracos e crateras ao longo do percurso, o que torna a viagem perigosa e causa danos aos veículos que por ali transitam regularmente, como é possível vislumbrar nas imagens que seguem:

Em razão disso, solicitamos em caráter de urgência, que sejam providenciadas medidas para sua recuperação asfáltica, uma vez que o acesso dificultado impacta negativamente o transporte de mercadorias, o deslocamento de estudantes e trabalhadores, e o acesso a serviços básicos de saúde e educação.

Logo, com o atendimento da presente Indicação, será possível proporcionar grande redução no risco de acidentes, bem como facilitar o deslocamento de nossos Maranhenses que tanto necessitam.

Ante o exposto e com base nas imagens anexadas, resta demonstrada a necessidade da presente solicitação, motivo pelo qual aguardamos o acolhimento desta.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em 17 de março de 2025. **CLAUDIA COUTINHO** - Deputada Estadual

NA FORMA DO ART. 152 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 356 /2025

Senhora Presidente,

Na forma estabelecida no Regimento Interno desta Casa, em seu art. 152, após ouvida a Mesa, requeiro a V. Exa. que seja encaminhado ao Excelentíssimo Governador, SR. **CARLOS ORLEANS BRANDÃO JÚNIOR**, bem como ao Senhor Secretário de Infraestrutura (**SINFRA**) Aparício Bandeira Filho, solicitando 4000(quatro mil, metros quadrado) de pavimentação com bloquete intertavadado para o povoado de **LAGO REDONDO**, na cidade de **PASSAGEM FRANCA – MA**.

A pavimentação de vias é um fator essencial para o desenvolvimento regional, pois melhora a acessibilidade, impulsiona e fortalece a economia local. Com estradas em boas condições, o deslocamento se torna mais rápido, seguro e confortável, facilitando tanto o fluxo de transporte de mercadorias, insumos e principalmente a produção da agricultura familiar. Isso favorece o crescimento de setores como, alimentação e comércio, gerando empregos e estimulando novos investimentos.

Por outro lado, sabe-se do compromisso do Governo do Estado em fortalecer tais cadeias produtivas, de promover o desenvolvimento, e de facilitar a geração de emprego e renda, na fixação do homem no campo.

Deste modo, na certeza da sensibilidade e do compromisso com todo o exposto, requeiro o atendimento ao nosso pleito.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL”, DO PALÁCIO MANUEL BECKMAN, EM SÃO LUÍS, 16 DE MARÇO DE 2025. - ARISTON RIBEIRO - Deputado Estadual



NA FORMA DO ART. 152 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 357 /2025

Senhora Presidente,

Na forma estabelecida no Regimento Interno desta Casa, em seu art. 152, após ouvida a Mesa, requiro a V. Exa. que seja encaminhado ao Excelentíssimo Governador, SR. **CARLOS ORLEANS BRANDÃO JÚNIOR**, bem como à Exma. Secretária das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), Sr. Robson Paz, ao Exmo. Secretário de Estado de Governo (SEGOV), Sr. **Márcio Ribeiro Machado** e ao Exmo. Secretário de Estado de Infra Estrutura (SINFRA), Sr. **Aparício Bandeira Filho**, Ofício com Pedido de Providências para adoção das medidas legais e administrativas necessárias à Construção de 01(uma) Praças com aparelhos de ginástica no povoado **JUSSARA**, entorno com pavimentação de bloquetes intertravado, no Município de Passagem Franca – MA.

A construção dessa praça e das vias de bloquetes intertravado, trará inúmeros benefícios para a comunidade, como a promoção da saúde e do bem-estar, a valorização do espaço público e a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL”, DO PALÁCIO MANUEL BECKMAN, EM SÃO LUÍS, 16 DE MARÇO DE 2025. - ARISTON RIBEIRO - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 152 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 358 /2025

Senhora Presidente,

Na forma estabelecida no Regimento Interno desta Casa, em seu art. 152, requiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, sejam encaminhados Ofícios ao Excelentíssimo Governador, SR. **CARLOS ORLEANS BRANDÃO JÚNIOR** bem como ao Secretário de Estado da Agricultura Familiar (SAF), Sr. Bira do Pindaré e ao Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária do Maranhão (SAGRIMA), Sr. Flávio Viana, com Pedido de Providências para adoção das medidas legais e administrativas necessárias à Doação de um TRATOR AGRÍCOLA para atender os Assentamentos: Poço dos Moreiras e Inhumas no município de Passagem Franca.

Tal demanda é antiga dos produtores e trabalhadores, tendo em vista a vocação agropastoril da região e o envolvimento da maioria de sua população em atividades econômicas voltadas ao cultivo, ao extrativismo, à criação e à pesca, em especial da modalidade familiar. E ainda há um grande potencial a ser explorado, mediante a melhora dos meios de produção para o fortalecimento das cadeias produtivas lá existentes.

Por outro lado, sabe-se do compromisso do Governo do Estado em fortalecer tais cadeias produtivas, de promover o desenvolvimento, e de facilitar a geração de emprego e renda, tudo isso com o objetivo de auxiliar na fixação do homem no campo.

Deste modo, na certeza da sensibilidade e do compromisso com todo o exposto, requiro o atendimento ao nosso pleito.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL”, DO PALÁCIO MANUEL BECKMAN, EM SÃO LUÍS, 16 DE MARÇO DE 2025. - ARISTON RIBEIRO - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 152 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA

PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 359 /2025

Senhora Presidente,

Na forma estabelecida no Regimento Interno desta Casa, em seu art. 152, requiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, sejam encaminhados Ofícios ao Excelentíssimo Governador, SR. **CARLOS ORLEANS BRANDÃO JÚNIOR**, bem como ao Secretário de Estado de Saúde (SES), **Tiago José Mendes Fernandes**, venho por meio desta **INDICAÇÃO** solicitar a transformação do **HOSPITAL DA ILHA**, localizado na Av. São Luís Rei de França, 10913 - Olho D'água, São Luís - MA, 65066-620, em um **HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA A NÍVEL ESTADUAL**. Esta medida é essencial para atender à crescente demanda da população por serviços de saúde especializados e de resposta rápida a situações críticas.

A conversão do hospital garantirá que os recursos e infraestrutura sejam direcionados prioritariamente para casos de urgência e emergência, possibilitando um atendimento mais eficiente e eficaz à população. Além disso, essa medida permitirá a integração do hospital à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), ampliando e qualificando o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde.

Considerando que São Luís recebe um grande fluxo de pacientes oriundos do interior do estado em busca de atendimento médico, é fundamental dispor de um hospital de referência em urgência e emergência para suprir a alta demanda e evitar a sobrecarga de outras unidades de saúde.

Cabe destacar que o Hospital da Ilha, recentemente inaugurado, vem se consolidando como a maior estrutura de saúde do Maranhão. Equipado com especialidades cirúrgicas, automação para climatização e um heliponto para transporte emergencial de pacientes e insumos, a unidade tem sido um marco na modernização da saúde estadual. Além disso, a recente implementação da Unidade de Tratamento de Queimados representa um avanço significativo para o atendimento especializado, beneficiando centenas de pacientes anualmente.

Diante do exposto, solicitamos que Vossa Excelência analise com atenção esta demanda e viabilize as providências necessárias para a reestruturação do hospital, para atender as demandas de urgência e emergência de todo Estado.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL”, DO PALÁCIO MANUEL BECKMAN, EM SÃO LUÍS, 18 DE MARÇO DE 2025. - ARISTON RIBEIRO - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 152 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 360 / 2025

Senhora Presidente,

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão, Requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhado ofício **AO EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, SENHOR CARLOS BRANDÃO**, solicitando providências, no sentido de **DETERMINAR O AUMENTO DO EFETIVO DE POLICIAIS MILITARES DO 31º BATALHÃO PM, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE, BEM COMO DESTINAR MAIS ARMAMENTOS E VIATURAS**, reafirmando o compromisso do Governo de Vossa Excelência em ampliar investimentos na Segurança Pública do Estado do Maranhão, de modo a prevenir e estabelecer maior controle sobre a criminalidade, para que o cidadão maranhense se sinta mais seguro e protegido.

A jurisdição do 31º Batalhão PM, abarca 10 Municípios, entre eles



existem bairros com um forte índice populacional, a exemplo do bairro “Chega Tudo” e “Vila Aurizona”. A presença de destacamentos do 31 BPM, nessas comunidades, são relevantes para a sociedade. Estamos falando, *Fonte IBGE 2024*, de um universo populacional estimado em **145.227 habitantes**. Essas cidades produzem uma dinâmica econômica, social e política sem precedentes, e que, devido a esses fatores crescem paralelamente o número de crimes, como assaltos, roubos, latrocínios, homicídios, feminicídios, tráfico de drogas, inclusive crimes considerados hediondos.

A atividade de polícia ostensiva é desenvolvida intencionalmente e exerce sobremaneira ação inibidora à criminalidade. Fiscaliza comportamentos com o objetivo de manter a ordem pública, reprime criminosos, contraventores, infratores, enfim, zela pelo respeito à legislação e aos cidadãos.

As organizações públicas se modificam acompanhando o desenvolvimento político, econômico, social e populacional das cidades, a *Polícia Militar do Maranhão* deve marchar no mesmo diapasão e atenta às necessidades da população, no que tange à segurança pública ostensiva.

Portanto, nossa propositura visa exclusivamente chamar a atenção do Poder Público para a necessidade imperiosa de ampliar a infraestrutura do **31º BPM**, para enfrentar os mais diversos tipos de crimes, inclusive o crime organizado, no Município e na Região.

Assembleia Legislativa do Maranhão, Plenário Deputado “Nagib Haickel”, Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 18 de março de 2025. - FABIANA VILAR - DEP. ESTADUAL – PL - 2º VICE-PRESIDENTE

NA FORMA DO ART. 152 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 361 / 2025

Senhora Presidente,

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão, Requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhado ofício **AO EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, SENHOR CARLOS BRANDÃO**, solicitando providências, no sentido de **DESTINAR ARMAMENTOS NOVOS E PELO MENOS UMA VIATURA PARA A POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR NUNES FREIRE (MA)**, reafirmando o compromisso do Governo de Vossa Excelência em ampliar investimentos na Segurança Pública do Estado, de modo a prevenir e estabelecer maior controle sobre a criminalidade, para que o cidadão maranhense se sinta mais seguro e protegido.

O Município apresenta, *Fonte IBGE 2024*, um índice populacional estimado em **23.563 habitantes**. Está localizado às margens da **BR 316**, produzindo uma dinâmica econômica, social e política sem precedentes, e que, devido a esses fatores crescem paralelamente o número de crimes, como assaltos, roubos, latrocínios, homicídios, feminicídios, tráfico de drogas, inclusive crimes considerados hediondos.

A Polícia Civil é a principal responsável em exercer o papel de polícia investigativa. É um órgão do sistema de segurança pública que atua na investigação criminal e judiciária. Portanto, armamentos novos e mais uma viatura para a *Polícia Civil do Município de Governador Nunes Freire*, são condições necessárias para que os policiais civis possam desempenhar melhor as suas funções, no que diz respeito à coleta de indícios da prática de infração penal, cujo objeto é a identificação da autoria definido pela legislação penal.

As organizações públicas se modificam acompanhando o desenvolvimento econômico e populacional das cidades, a *Polícia Civil* deve marchar no mesmo diapasão e atenta às necessidades da população, no que tange à investigação e soluções para os mais diversos

tipos de contravenções.

Na condição de representante neste Parlamento da população do Município de Governador Nunes Freire, peço a Sua Excelência o Governador, que dê a atenção devida a nossa propositura e que ela mereça uma acolhida e execução ainda no ano de 2025.

Assembleia Legislativa do Maranhão, Plenário Deputado “Nagib Haickel”, Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 18 de março de 2025. - FABIANA VILAR - DEP. ESTADUAL – PL - 2º VICE-PRESIDENTE

NA FORMA DO ART. 152 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

O SENHOR 1.º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO FLORENCIO NETO – Expediente lido, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Expediente lido e encaminhado à publicação.

III – PEQUENO EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Oradores inscritos no Pequeno Expediente. Deputado Carlos Lula, por cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS LULA (sem revisão do orador) - Exmo. Sr. Presidente, Senhores Deputados, Senhores Deputados, eu subo hoje à Tribuna, Senhor Presidente, para fazer uma reflexão sobre um marco, que são os 40 anos de retomada da democracia em nosso País, e é importante dizer que esse marco é essencial na construção da nossa identidade, mas mais do que isso, esses 40 anos celebram coragem, esperança e resistência. A história brasileira, infelizmente, tem pouquíssimos períodos, Deputado Arnaldo Melo, de continuidade democrática. Por incrível que pareça, desde a nossa primeira Constituição, esse é o momento que a gente tem estabilidade democrática pelo maior tempo, pelo maior período, de maneira ininterrupta. E é preciso por isso, portanto, recordar que, antes desses 40 anos, a gente viveu, por mais de duas décadas, sob o peso sombrio da censura, da perseguição política e da violência sistemática dos direitos humanos. Muitos brasileiros pagaram com suas vidas, com sua liberdade, a luta contra o arbítrio, contra a injustiça e contra o autoritarismo. A gente deve honrar diariamente a memória para jamais permitir que esses horrores voltem a assombrar a nossa história; a gente não pode esquecer o período que vivemos de 1964 até 1985. Em 85, Deputado Arnaldo, eu ainda criança assisti o desabrochar de um Brasil que se recusava a aceitar o silêncio imposto pela ditadura militar. O Diretas Já simbolizou o grito coletivo pela participação popular, pela democracia plena e por eleições livres. Eu quero lembrar aqui, com gratidão, líderes como Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Leonel Brizola e tantos outros que, com coragem e determinação, desafiaram a escuridão do regime militar e pavimentaram o caminho para a reconstrução da democracia. Eu quero, inclusive, lembrar quem, apoiando o regime militar, rompeu naquele momento e entendeu que era necessário e possível fazer uma transição para a democracia. Eu posso falar de Aureliano Chaves, posso falar de Marco Maciel, posso falar inclusive de um ilustre maranhense que termina por virar Presidente àquele momento, o José Sarney, mas é importante lembrar, senhores, que aqui no Maranhão, infelizmente, a luta pela democracia plena não termina com o fim do regime militar. A nossa história, a história do nosso Estado, Deputado Rodrigo Lago, foi marcada pela persistência de práticas autoritárias, clientelistas e patrimonialistas, mantidas por grupos que, durante décadas, se perpetuaram no poder no Estado. Essa continuidade dessas práticas é que prejudica o nosso desenvolvimento social, econômico e político, mantendo nosso povo refém da pobreza, da exclusão e do atraso. Mas, ainda assim, é essencial reconhecer e celebrar os avanços nesses últimos quarenta anos. Desde 85, nossa expectativa de vida saltou dos 64 anos, àquela época, para hoje 76 anos. Esse aumento reflete, especialmente,



a melhoria do sistema de saúde com acesso ampliado a serviços básicos especializados pelo SUS, apesar de todas as dificuldades que ainda enfrentamos. A gente avançou também na redução da pobreza, da extrema pobreza e mais do que isso, hoje, os brasileiros têm mais acesso tanto ao ensino médio quanto ao ensino superior. Em 85, menos de 15% dos jovens concluíam o ensino médio e apenas 5% alcançavam o ensino superior. Hoje, no período de democracia, esses indicadores passam de 65% de conclusão do ensino médio e 25% no ensino superior. Então, eu já concluo, Senhor Presidente, peço um minuto para concluir, dizendo que combater o autoritarismo é muito mais do que superar regimes explícitos de opressão; significa desafiar diariamente estruturas históricas e políticas que perpetuam desigualdades, exclusões e privilégios injustificados. É preciso lutar contra toda e qualquer forma de coronelismo, clientelismo e nepotismo, que ainda aprisionam nosso Estado e impedem que as instituições democráticas operem plenamente em favor da população que mais precisa. Nesses quarenta anos de democracia, nós reconhecemos avanços significativos: a construção e consolidação de instituições fortes; a garantia de direitos fundamentais; a proteção da liberdade de expressão e da participação política. Mas é preciso ter constante alerta. O surgimento de novas ameaças, como discursos autoritários, movimentos extremistas, que questionam a própria existência das instituições democráticas e impõe a nós Parlamentares, representantes do povo, uma responsabilidade ainda maior, que é defender a democracia com a coragem daqueles que vieram antes de nós. A democracia não é estática; é um projeto contínuo que demanda nossa atenção permanente, nossa vigilância constante, nosso compromisso incansável. Celebrar esses quarenta anos é também reafirmar nosso dever de proteger, aprimorar e expandir os valores democráticos para as próximas gerações. Viva a democracia! Viva o estado democrático de direito! Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Agradeço, Deputado Carlos Lula. Convido o Deputado Rodrigo Lago por cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO RODRIGO LAGO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, membros da imprensa, pessoas que nos acompanham pelos canais da TV Assembleia, servidores desta Casa. Meu querido povo da cidade de Governador Edson Lobão, que agora, recentemente, aprovou a sua mudança, a mudança do seu nome para o município de Ribeirãozinho do Maranhão. E venho à Tribuna exatamente para dar a esse comunicado. No início da semana, recebemos o Prefeito, Prefeito Flávio, estava acompanhado de uma comitiva do município de Governador Edson Lobão, com o Vereador André, com o Secretário de Governo Venilson e também com o Deputado Federal Márcio Jerry, exatamente trazendo a demanda para a concretização daquilo que já vem consumindo o tempo administrativo da cidade, da gestão municipal, há mais de 10 anos. No distante ano de 2013, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação na Justiça Federal contra a União, contra o Estado do Maranhão e contra o município de Governador Edson Lobão. Sustentou o Ministério Público que havia a violação ao princípio da impessoalidade, porque, quando criado o município em 1994, ele foi batizado de município de Governador Edson Lobão, em referência ao nome de quem acabava de sair do governo, o Governador Edson Lobão, depois Senador da República. E sabemos todos que esse tipo de homenagem não é possível. É vedada pela Constituição. E, desde então, desde o ajuizamento dessa ação que o município encontra entraves exatamente em razão disso. Foi determinada a modificação do nome do município, a Câmara Municipal se manifestou e elegeram o nome de Ribeirãozinho do Maranhão, exatamente para reverenciar o maior povoamento que tinha naquela cidade, que foi desmembrada em 94 do município de Imperatriz. E aí houve um longo trâmite e a gente tem que homenagear também quem lutou por isso. A Deputada Valéria Macedo, em legislatura passada, quando ainda era Deputada desta Casa, solicitou a autorização desta Casa para a convocação de um plebiscito. O plebiscito foi autorizado ainda em 2018, mas acabou sendo realizado apenas em 2024 pela Justiça Eleitoral, e por 83% da população foi aprovada a mudança do nome de Governador Edson Lobão para município de Ribeirãozinho do

Maranhão. E é exatamente isso que eu faço neste momento, cumprido todos os requisitos constitucionais previstos na nossa Constituição do Estado, previstos na Constituição Federal, respeitada a decisão judicial da Justiça Federal e, especialmente, respeitada também a vontade popular. Finalmente, Ribeirãozinho do Maranhão receberá esse nome. Nós protocolamos aqui nesta Casa hoje, na data de hoje, um Projeto de Lei, o Projeto de Lei n.º 170/2025, que propõe, com a aprovação de todos os colegas Deputados e Deputadas desta Casa, que o nome do município de Governador Edson Lobão seja alterado finalmente para Ribeirãozinho do Maranhão, cumprindo, portanto, a determinação judicial, que já tem mais de década que está em vigor, e faltava essa concretização. Acredito que esse Projeto terá o acolhimento de todos os colegas. Eu peço urgência na sua aprovação aqui na Casa, porque, como eu disse, já houve muitos entraves administrativos causados por conta dessa decisão judicial, e o que se pretende é que as políticas públicas cheguem à população de Governador Edson Lobão, e agora, se em breve a Casa aprovar, ao município de Ribeirãozinho do Maranhão. Porque a população não tem culpa da homenagem que foi prestada, com boa vontade, é bem verdade, por Deputados de outra legislatura, legislatura passada, mas que viola a Constituição, e por isso mesmo, a gente solicita esta mudança por meio deste Projeto de Lei. Talvez, seja a última etapa a ser vencida para a alteração do nome da cidade de Governador Edson Lobão para o município de Ribeirãozinho do Maranhão. E fica aqui meu abraço a toda população do município, nesta luta, por esta causa. Muito obrigado, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Agradeço ao Deputado Rodrigo. Convido a Deputada Mical Damasceno. Inscrita, por cinco minutos.

A SENHORA DEPUTADA MICAL DAMASCENO (sem revisão da oradora) - A Deus seja a Glória! Senhor Presidente, Deputados e Deputadas, funcionários da Casa, imprensa. Mais uma vez, eu venho a esta Tribuna e me dirijo com a nobre missão de expressar a minha gratidão a Deus pela honra de, no último dia 13, celebrarmos aqui, pela terceira vez, aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, o Dia da Fundação do Círculo de Oração. Esta Casa aqui ficou repleta, lotada de pessoas, e um número maior de mulheres, onde nós exaltamos a Deus, ali, aqui, e glorificamos pela Fundação do Círculo de Oração. Uma coluna forte da Igreja de Cristo, aqui na Terra. Quero aqui agradecer a todas minhas irmãs, a todos os meus irmãos que compareceram aqui, que se fizeram presentes. Para mim, foi uma alegria, uma satisfação em recebê-los aqui. E o ano que vem, se Jesus não tiver voltado, nós vamos fazer ainda mais lindo, para a glória do Senhor Jesus. E não obstante o sentimento de gratidão, também gostaria de tratar sobre a manifestação que ocorrerá, no último dia 16, em Copacabana, pró-anistia, que, segundo a Polícia Militar, reuniu aproximadamente 400 mil pessoas. Era gente, muita gente que deu para gente observar pelas imagens. Assim, meus colegas Deputados, eu subo a esta Tribuna, com o coração apertado, e a alma inquieta, porque, diante de nós, a história se repete, mas com um viés distorcido, forjado, pela conveniência de quem hoje detém o poder. Se vê agora aí, o nosso colega Deputado Eduardo Bolsonaro. Eduardo Bolsonaro, um Deputado eleito pelo povo, se vê forçado a se licenciar do mandato, por medo de perseguição política, represálias, e até da apreensão de seu passaporte. Isso não é da democracia, isso é autoritarismo disfarçado. Então, eu venho aqui para tratar sobre que, no passado, há cerca de 45 anos, Senhores Deputados, era a esquerda, que tomava as ruas e clamava por anistia. Anistia ampla, geral e irrestrita. A mesma esquerda que, hoje, luta contra a anistia para idosos, mulheres e pais de família, foi a mesma que pediu anistia para assassinos, ladrões, sequestradores, assaltantes de bancos, terroristas e gente condenada por crimes hediondos. Tem imagem até do Presidente da República entregando folheto pedindo anistia. Entre os beneficiados por esta anistia, estavam nomes que hoje figuram nos mais altos cargos da República Federativa do Brasil. O Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi anistiado em agosto de 1979, no Governo General Figueiredo, e, hoje, ironicamente, recebe todos os meses, pasmem, Deputados, todos os meses, o Presidente atual, Luiz Inácio Lula da Silva, recebe R\$ 10 mil como anistiado político. A ex-Presidente Dilma



Roussef, que empregou grupos revolucionários armados, que assaltou bancos, sequestrou, organizou ataques ao Estado brasileiro, também foi beneficiada pela anistia e construiu sua trajetória política a partir disso. Mas o que vemos hoje, Senhores Deputados? Os mesmos que foram anistiados, que saíram às ruas para exigir o perdão do Estado, agora se recusam a estender a mão para aqueles que estiveram no dia 8 de janeiro. Um golpe que nunca aconteceu. Um golpe sem armas, sem estratégia militar, sem apoio das Forças Armadas. Um golpe cujos acusados foram pegos com bandeiras e com camisetas verdes e amarelas; outros, com a Bíblia nas mãos. Senhor Presidente, mais uns minutos aí. O Brasil de hoje prende, condena cidadãos comuns que simplesmente estavam lá se manifestando e os condena de forma desproporcional. A história prova isso: Dilma Roussef, que pegou em armas, que participou ativamente de ações violentas, cumpriu apenas 6 anos de prisão, mas uma mulher que pintou de batom uma estátua do STF foi condenada a 17 anos. A que ponto chegamos!

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Para concluir, Senhora Deputada.

A SENHORA DEPUTADA MICAL DAMASCENO - A anistia de hoje não é um favor, é um dever moral. E o que está acontecendo no Brasil não é justiça, é vingança política, e vingança não constrói uma nação, vingança não apazigua corações, não pacifica um povo. Estamos dividindo ainda mais uma nação já ferida. Eu faço um apelo aos Senhores Parlamentares desta Casa, ao povo do Maranhão, ao povo do Brasil: reflitam. A justiça não pode ter dois pesos e duas medidas. Se a anistia foi concedida a assassinos, a sequestradores, a guerrilheiros, como podemos negar a anistia a pessoas que sequer pegaram em armas? Essa é a minha pergunta. A história cobra coerência. E, um dia, aqueles que hoje negam a anistia poderão ser os que clamarão por ela. Muito obrigada, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Agradeço à Deputada Mical. Convido o Deputado Júlio Mendonça por cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO JÚLIO MENDONÇA (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, demais Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Deputadas, internautas, estamos mais uma vez aqui na tribuna, primeiro, para falar de um tema importante. Aconteceu, na semana passada, a Conferência Estadual do Meio Ambiente, onde nós tivemos vários convidados, inclusive a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. E um dos temas debatidos nessa conferência é a transição energética, as mudanças climáticas, que tanto impactam no Maranhão, no Brasil. E, Deputado Arnaldo, me chamou o número a atenção, trazido, inclusive, por um palestrante, que é o presidente do fórum do meio ambiente, ligado ao Consórcio de Governadores do Nordeste, que uma das atividades, a agropecuária, que é uma atividade reinante no nosso Estado, importantíssima para o país, era devido às alterações climáticas, Deputado Florêncio, diminuiu 3.5%, devido às intempéries climáticas. Então, a agropecuária é o setor econômico mais impactado pelas alterações climáticas. Todos nós estamos convivendo secas extremas e chuvas extremas. Quem é que não está convivendo? Quem tem propriedade sabe que tem um impacto terrível sobre a pastagem, sobre o manejo, é um impacto terrível. Então, eu aproveito isso para registrar o importante evento que aconteceu nos estados, que foi a Conferência do Meio Ambiente, registrar a presença da Ministra Marina e aproveito para fazer um apelo também aos Deputados que compõem a Comissão de Meio Ambiente, que a gente possa instalar a Comissão. Eu faço parte, a Deputada Janaína faz parte, o Deputado Eric, que fazia parte, está de licença, mas tem outros membros aqui. Eu faço um apelo, porque nós temos a COP 30 agora, no final do ano, novembro, em Belém. Nós temos vários temas, inclusive a questão da margem equatorial que precisa ser debatida, que está dando passos objetivos, significativos. Então, eu faço um apelo aos Deputados que compõem a Comissão do Meio Ambiente para que a gente possa instalar a Comissão do Meio Ambiente. Então, eu vou, inclusive, fazer um diálogo com o Líder do Governo, Deputado Neto, que não está aqui no momento, para que, de fato, ajude a mobilizar, porque nós temos que cumprir com nossas obrigações aqui. E a Comissão do Meio Ambiente

é uma das Comissões mais importante. Por fim, eu confesso que eu não queria falar desse assunto, mas falar do fiasco que foi a mobilização em prol da anistia, no Rio de Janeiro. Esse número de 400 mil é da cabeça, é fictício, não existe. Os órgãos sérios falam em menos de 20 mil. Inclusive o Governador Cláudio Castro, do Rio de Janeiro, ligando para o Comandante da Polícia Militar, Deputado Rodrigo, dizendo para Polícia Militar do Rio de Janeiro atestar 400 mil manifestantes. Pelo amor de Deus! Se não já bastasse a covardia da família Bolsonaro começando a fugir, cadê o Eduardo Bolsonaro? Está no país? Não está no país? Pelo amor de Deus, gente! Contra fatos não existem argumentos! Foi um fiasco! A sociedade brasileira já se pronunciou: é contra a anistia! Prisão para quem quis fazer balbúrdia! É necessário, de fato, rever algumas penas, e isso será feito à luz da Justiça, mas o povo brasileiro não entra nisso. Esse debate está ultrapassado, nós precisamos, de fato, fazer com que esse país nunca mais volte à ditadura. A redemocratização, a democratização é uma luta do povo brasileiro; por isso, vamos com fé, com Deus, construir esse país forte e democrático. Obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Convido o Deputado Júnior França, por 5 minutos.

O SENHOR DEPUTADO JÚNIOR FRANÇA (sem revisão do orador) – Bom dia a todos e a todas. Senhor Presidente desta Casa, Deputados e Deputadas, servidores, imprensa, galeria, muito bom dia. Eu não poderia deixar de subir hoje aqui a esta Tribuna e falar do caso da Adriana Oliveira. Quero dizer ao Presidente que Santa Luzia está de luto; no último sábado, fomos surpreendidos com um crime brutal, que comoveu o Vale do Pindaré e virou um caso de repercussão nacional: perdemos nossa saudosa blogueira Adriana Oliveira, filha do nosso saudoso Adão do Eros Bar, a quem externo as minhas condolências, aos familiares e amigos. Esse ato covarde, Senhores Deputados, não pode cair no esquecimento e virar apenas número de relatório nacional na segurança pública. Isso é mais um crime de violência contra a mulher em nosso Estado, os verdadeiros culpados devem ser punidos no rigor da Lei. Ainda sobre este caso comovente, quero parabenizar a atuação do Governador do Estado, através da segurança pública, enviando uma equipe de delegacia-geral para intensificar as investigações; a Secretaria do Estado da Mulher, através da Casa da Mulher Brasileira, com toda a rede de atendimento para prestar assistências; e a Procuradoria da Mulher desta Casa, através da Deputada Doutora Vivianne, que também se engajou nesse caso. Falando ainda de Santa Luzia, no dia 18 de fevereiro, protocolei na Secretaria de Segurança Pública, um ofício solicitando a realização de uma Audiência Pública em nosso município para que juntos, Poder Público e Sociedade Civil possamos discutir estratégia e ações para uma atuação rápida da Força Estadual Integrada de Segurança Pública. Nosso município vive momentos de medo, insegurança, diante dos inúmeros casos de homicídio, registrados nos últimos meses. Somam quase 20 mortes, com este último registro; hoje, a taxa de homicídio está acima da média nacional, levando em consideração a nossa população de 59 mil habitantes. Precisamos nos unirmos, esta Casa legislativa, Governo do Estado, demais órgãos de promoção e proteção aos Direitos Humanos e Segurança Pública, a Sociedade Civil Organizada para que possamos levar a proteção e tranquilidade ao nosso povo luziense e a todo Estado do Maranhão. Estas são minhas palavras, Sr. Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Agradeço ao Deputado Júnior França. Convido o Deputado Wellington do Curso, por cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputadas, internautas, telespectadores que acompanham por meio da TV Assembleia, nosso mais cordial, bom dia! Que Deus seja Louvado! Senhor Presidente, por meio de nosso Projeto “De Olho nas Escolas”, nós temos fiscalizado escolas na Região Metropolitana de São Luís e também no interior do Estado. Faço aqui um relato de algumas delas e o anúncio das próximas escolas que iremos visitar. Estivemos na cidade de Cachoeira Grande, aproximadamente, 100 quilômetros de São Luís, os alunos estão sem estudar, desde o ano passado que a escola foi



colocada como possibilidade de desmoroamento e a cidade está sem ter onde colocar os alunos. Absurdamente, os alunos estão estudando em loja, loja alugada, loja no centro comercial, então, à noite. Como que o aluno de 14, 15, 16 anos vai estudar à noite? Isso é um verdadeiro absurdo na cidade de Cachoeira Grande; segunda cidade é Açailândia, são três escolas em Açailândia, alunos do primeiro ano revezando segunda, quarta e sexta; segundo ano terça, quinta e sábado, cinco turmas assistindo aula no pátio e um problema que se arrasta há dois anos. Já entramos em contato com a URE de Açailândia, com a Seduc para que possa solucionar este problema. Uma escola abandonada também Imperatriz, a escola Vila Vitória, há dois anos, uma reforma que não termina, os alunos tendo aulas de forma remota. Estivemos na cidade de Monção, gerador queimado há mais de um mês que os alunos estão sem aula. Já estivemos lá, entramos em contato com a Equatorial, já entramos em contato com a Secretaria de Educação para que possa corrigir esta situação na cidade de Monção. Vou voltar a cidade de Monção, novamente; cidade de Igarapé do Meio, estivemos na cidade de Igarapé do Meio, a escola precisa de reforma, precisa de pintura, precisa de atenção, a quadra totalmente tomada pelo mato, na cidade de Igarapé do Meio, estive pessoalmente, na semana passada; cidade Satubinha, na Escola Sergipe, onde os alunos reclamam da escola totalmente deteriorada, depredada, necessitando de reforma. Vamos fazer Audiência Pública, inclusive na cidade de Satubinha. Na cidade de Viana, visitamos duas escolas: Marcelino Campelo e Nossa Senhora da Conceição. Duzentos alunos fora de sala de aula! Isso é inadmissível. Não é possível. Cidade de Santa Inês: os alunos e professores reclamam da necessidade da reforma da escola. Cidade de Penalva: na última semana, realizaram manifestação em virtude de três escolas deterioradas, depredadas. Na próxima sexta-feira, às 14h, eu estarei na cidade de Penalva. Hoje recebi denúncia da cidade de Nova Olinda acerca da Escola Terezinha Alves Rocha. Na sexta-feira, às 8 horas, eu estarei em Zé Doca e, às 10 horas, eu estarei na cidade de Nova Olinda. Em Zé Doca, a Escola Francisco de Assis, mais conhecida como Bandeirantes, mais de 300 alunos prejudicados. Na semana passada, houve a reunião que iam ficar sem aula, mas, depois da pressão dos alunos, resolveram fazer remanejamento, e alguns alunos vão ter aula remota, outros alunos vão ter aula à noite. Vejam só o absurdo: alunos do 1.º e 2.º anos, de 14, 15 e 16 anos, inclusive da zona rural de Zé Doca, ter aula à noite. Já entrei em contato com a Secretaria de Educação, já entrei em contato com a URE e, na próxima sexta-feira, às 8h, eu estarei na cidade de Zé Doca. E mais grave: vários relatos de perseguição, vários relatos contra a direção da escola. Nós estamos apurando, inclusive estamos coletando todos os dados, informações, vídeos, prints e vamos pessoalmente, já entrei em contato com o senhor Romero, se não me engano, é o nome do diretor. Já entrei em contato, mas não consegui ainda. Na sexta-feira, às 8h, eu farei visita, fiscalização e inspeção, na cidade de Zé Doca, da escola Francisco de Assis, mais conhecida como Bandeirantes. Às 10h, 11h, na cidade de Nova Olinda, na escola Terezinha Alves Rocha, e, às 14h, na cidade de Penalva. Na sexta-feira, estaremos em três cidades com nosso Projeto de Olho nas Escolas. Na última quinta-feira, realizamos Audiência Pública, em Santa Luzia, em defesa dos aprovados no concurso. Impressionante que o atual Prefeito trabalhou conosco aqui na Assembleia, é ex-Deputado, era a favor do concurso, a favor da nomeação dos aprovados, e, agora que assumiu, não quer nomear os aprovados. Deputado Juscelino, ex-Deputado Juscelino, Prefeito Juscelino, nomeie os aprovados no concurso de 2024. V. Exa. era favorável, dava todo apoio e agora só depende de V. Exa. Se o senhor me conceder um minuto, eu concluo.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Concedido, Deputado. Pode concluir.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO - Na sexta-feira, estivemos também na cidade de Pindaré Mirim para tratar sobre a nomeação dos aprovados. Da mesma forma, há nove anos se arrasta o concurso, e o Prefeito Alexandre que está na reeleição, reeleito, era a favor, era oposição, lutava pela nomeação dos aprovados, mas mudou, assim que assumiu, não defendeu mais a nomeação e bate de frente com a Justiça. Já tem decisão favorável à nomeação, já teve

inclusive audiência de conciliação e falta o quê? Falta boa vontade do gestor tanto em Santa Luzia como em Pindaré Mirim. E a luta continua pela nomeação dos aprovados em todos os concursos no Estado do Maranhão. Que Deus abençoe a todos, que Deus seja louvado. Presidente Davi, muito obrigado pelo tempo de um minuto a mais.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Agradeço, Deputado Wellington. Convido o Deputado Júnior Cascaria por cinco minutos. Registramos a presença em Plenário do Presidente da Câmara de Vereadores do município de Senador Alexandre Costa, Vereador Adriel Alves, atendendo a solicitação do Deputado Adelmo Soares. Seja muito bem-vindo, Presidente, a esta Casa. Fique à vontade em nosso meio.

O SENHOR DEPUTADO JÚNIOR CASCARIA (sem revisão do orador) - Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhor Presidente, retorno a esta Casa, mais uma vez, à Tribuna para parabenizar o nosso Governador Carlos Brandão. Agora recentemente, antontem, ele inaugurou a nova sede da AGED, Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Maranhão. Um prédio bem moderno com vários equipamentos entregues, 18 viaturas novas, notebooks, equipamentos. E a AGED tem um papel muito importante e fundamental na defesa da nossa pecuária. Agora em maio, Deputado Arnaldo, o nosso Estado, com esta nova estrutura da AGED, está preparado para receber de vez, definitivo, o certificado de zero aftosa aqui no Estado do Maranhão. Então, quero parabenizar o nosso Governador por esse grande avanço aos pecuaristas do nosso Estado. Também quero parabenizar o nosso Secretário de Segurança Pública, Maurício Martins, e a Polícia Civil pela resolução muito rápida do caso do assassinato da influenciadora Adriana Rosa, na cidade de Santa Luzia. Também quero parabenizar o nosso Governador pela entrega do Centro de Hemodiálise na cidade de Barreirinhas. Não tenho dúvida que esse avanço vai amenizar muito o sofrimento daquelas pessoas que fazem o tratamento dia após dia. Isso vai dar um custo-benefício muito grande, tanto para o Estado quanto para o município, e amenizar também o sofrimento daquele pessoal que tinha que fazer um traslado exclusivamente para capital, que é São Luís. Senhores Deputados, protocolei aqui, nesta Casa, um Projeto de Lei que dispõe a emissão de laudo permanente para pessoas com deficiência auditiva do Estado do Maranhão. Esse projeto garante o direito a serviços e benefícios públicos, promovendo inclusão social e respeito aos direitos das pessoas com deficiência. Esse é um grande projeto, um grande avanço. Isso é o Deputado Cascaria trabalhando para os maranhenses. Um forte abraço e até a próxima.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO- Agradeço ao Deputado Júnior Cascaria. E eu convido o Deputado Doutor Yglésio, o último orador do Pequeno Expediente.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO (sem revisão do orador) – Bom dia a todos, senhoras e senhores. Olha, eu fiquei muito satisfeito com pronunciamento da Deputada Mical hoje aqui, porque conseguiu resumir bem, Mical, o que está acontecendo em relação ao país. E, quando as pessoas fulanizam a discussão de direitos, de prerrogativas, de proteção a liberdades, o resultado a gente sabe qual que é. É, obviamente, o fortalecimento das instituições inquisidoras, que hoje não tem instituição de justiça no Brasil. Hoje não tem! Justiça no Brasil está condenada, está condenada ao pensamento dos Ministros do STF. Eu fico pensando: as pessoas, às vezes, falam que os Ministros do STF deveriam ter mandatos temporários. Imagina se a miscelânea jurisprudencial do país, ela já é tão grande com cargos vitalícios, imagina se de 8 em 8 anos nós trocássemos esse pessoal como se trocássemos fraldas. Cada um, a todo tempo, faria mudanças em jurisprudência e a segurança jurídica do país iria por água abaixo. Vítima de insegurança no país, o exemplo hoje que nós temos é o Eduardo Bolsonaro. Olha só, ele foi obrigado, por força das circunstâncias, por conta da perseguição do PT, processual, que encontra morada dentro do Supremo Tribunal Federal, com Alexandre de Moraes, com Flávio Dino, com Barroso, esses três especificamente, que são os perseguidores realmente do Tribunal. E fizeram ameaças em relação ao confisco do passaporte do mesmo. Veja só! Não tinha prazo, Deputado Cascaria, a PGR já tinha ultrapassado o



prazo para se manifestar em relação à apreensão do passaporte. Instado a se pronunciar sobre essa demora, o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, disse que ele tinha coisas mais importantes para tratar do que um passaporte, do que um despacho sobre um passaporte. Não bastasse a manifestação de Eduardo Bolsonaro via redes sociais – que mobilizou, que se tornou um dos *trending topics* do Twitter, do X –, Paulo Gonet, uma hora depois, coloca o parecer, dizendo, impugnando pela não recepção da peça, do pedido do PT. Dizendo “não, não somos favoráveis à apreensão do passaporte”. Ato contínuo, Alexandre de Moraes, na velocidade da luz, tremenda repercussão negativa dos fatos, impugnou também pela improcedência da ação do PT. A pergunta que eu faço é: por que que demorou tanto? Por que que esperaram o Eduardo Bolsonaro dizer que ia ficar nos Estados Unidos por medo de ter o seu direito de ir e vir, apenas por falar? O PT acusa, na peça, que Eduardo foi para os Estados Unidos conspirar contra o Brasil. Gente, Elisiane Gama, outro dia, estava em Washington, ano passado, da mesma forma, falando lá contra a questão do Bolsonaro, denunciando Bolsonaro nos Estados Unidos, e isso não causou nenhum constrangimento a ninguém. São esses dois pesos e duas medidas que nos fazem estranhar o desejo, o desiderato sem fim, interminável, da esquerda, de tentar criminalizar opinião. Tempos sombrios, nós vivemos, tempos sombrios de leituras seletivas. Lula disse recentemente, Bráulio, que queria extirpar os opositores. Em uma Democracia não se extirpa o pensamento diferente, se extirpa é assassino, que eles fomentam, que eles dizem que ladrão rouba celular para tomar uma cervejinha., isso que eles fazem. Então, eles vão na contramão do que é correto, do que é justo, do que é necessário na sociedade. Pergunta a uma pessoa que mora em uma capital hoje dos estados brasileiros quantas pessoas se sentem seguras na rua. Provavelmente, aí uma ou duas capitais, você vai ouvir uma resposta positiva, infelizmente. Pesos e medidas diferentes em relação à depredação. Quando o MST quebrou os ministérios todos, não tem nenhum preso, quando teve quebra-quebra, no 8 de janeiro, tem gente condenada a 17 anos. Isso deveria servir para dar um basta nisso, porque não tem ligação entre quem está preso e quem está sendo acusado de coordenar o movimento, porque não teve uma coordenação central ao movimento. Então, aqui, para finalizar, fazer um desagravo necessário aqui, Deputado, ao ex-Presidente José Sarney, que, ontem, foi homenageado, no Congresso, Deputado Arnaldo, em relação à importância dele na condução no processo democrático. É óbvio que o Sarney não foi um político perfeito, ao contrário, economicamente, a condução do País, o momento do país foi um momento extremamente difícil. Nós vínhamos de um milagre econômico da ditadura que, depois mostrou uma recessão gigantesca, e no ato da redemocratização, quando se viu que os militares não tinham mais condições de fazer a condução econômica do País, porque quem dita ou não uma crise, uma substituição de um Governo Central, assumiu o Sarney, claro, e sucedendo ao Tancredo, que foi vitimado, por um erro médico, àquela época, infelizmente, pelo já falecido e grande médico Henrique Valter Pinotti.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Libero para concluir, Deputado.

O SENHOR DEPUTADO DR. YGLÉSIO - Eu tive a tristeza, ontem, de toda forma, mas é inegável o papel que o Sarney teve em jamais perseguir adversários, em ser uma pessoa aberta ao diálogo, todos os tempos, que apanhou de opositores 40 anos, aqui no Maranhão, e nunca os respondeu, pouquíssimas as vezes se viu o Sarney processar alguém em Justiça, por matéria de opinião, diferentemente, de quando os comunistas governaram o Estado. Agora, pasmem V.Exas., o seu Márcio Jerry, ontem, de maneira inoportuna, e acho que, hoje, aqui, teve Deputado também alinhado a ele tentando desmerecer a participação do Sarney, na questão da Transição Democrática do País, veio dizer que o Sarney não teve importância, colocando aí, subliminarmente, como um traidor da Democracia. É estranho! Eu não ouvi um pio do senhor Márcio Jerry Saraiva Barroso, quando o Flávio Dino de Castro e Costa, nascido em 21 de abril de 1968, 30 de abril, desculpe, nascido em 30 de abril de 1968 que até já disse, nasceu na data que o Hitler morreu, só que o Hitler morreu em 45, no 30 de abril também, eu nunca vi seu

Márcio Jerry reclamando do Sarney, na época em que o Flávio precisou ser colocado como titular da Academia Maranhense de Letras. E o pior, quando Sarney conseguiu um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze votos para o Flávio Dino ser aprovado na sabatina do Senado, porque, sem o Sarney, Flávio Dino nunca seria Ministro do STF e não estaria configurada essa configuração autoritária que hoje o Supremo Tribunal Federal tem cada vez mais forte.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – 37 Deputados registraram presença. Passaremos à Ordem do Dia.

IV – ORDEM DO DIA.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Projeto de Lei em discussão e votação do 2.º turno, tramitação ordinária: Projeto de Lei n.º 506/2024, de autoria do Poder Judiciário (lê), com Parecer favorável da omissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Deputado Neto Evangelista. Em discussão. Em votação. Os Deputados e as Deputadas que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vai à sanção. Projeto de Lei em discussão e votação, 1.º turno, tramitação ordinária: Projeto de Lei n.º 160/2024, de autoria do Deputado Davi Brandão (lê), com Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, acatando Emenda, Relator Deputado Florência Neto, e da Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias, Relatora Deputada Janaina Ramos. Em discussão. Em votação. Os Deputados e as Deputadas que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. A matéria vai ao 2.º turno. Projeto de Lei n.º 307/2024, de autoria da Deputada Cláudia Coutinho (lê). Os Deputados e as Deputadas que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. A matéria vai ao 2.º turno. Projeto de Lei n.º 304/24, de autoria da Deputada Cláudia Coutinho (lê), com parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Deputado Davi Brandão, e da Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias, Relator Deputado Júlio Mendonça. Em discussão. Em votação. Os Deputados e as Deputadas que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Matéria vai ao 2.º turno. Projeto de Resolução Legislativa em discussão, em votação, 1.º turno, tramitação ordinária: Projeto de Resolução Legislativa n.º 026/24, de autoria do Deputado Francisco Nagib (lê), com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Deputado Neto Evangelista. Em discussão. Em votação.

O SENHOR DEPUTADO RODRIGO LAGO - Senhor Presidente, só para esclarecer, quem é o cidadão homenageado?

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Tio do nosso Deputado Florêncio Neto.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS LULA – Ah, não, então, esse eu vou dar dois votos, Senhor Presidente, se permitir.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Em discussão. Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovada. A matéria vai ao 2.º turno. Requerimento à deliberação da Mesa: Requerimento n.º 089/2025, de autoria do Deputado Glalbert Cutrim (lê). Como vota a Deputada Fabiana?

A SENHORA SEGUNDA SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO DEPUTADA FABIANA VILAR - Pelo requerimento, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Requerimento deferido.

V – GRANDE EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Inscrito no Grande Expediente, Deputado Arnaldo Melo, por até 30 minutos.

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO (sem revisão do orador) - Bom dia Senhor Presidente, Senhores Deputados. Hoje, gostaria de contar com a atenção de V. Exas. e dos ouvintes que participam dessa Sessão Legislativa, como também dos nossos telespectadores da TV Assembleia. Senhores Deputados, hoje é um dia



feliz aqui na Assembleia Legislativa, como tantos outros que nós temos o privilégio de participar. Ouvi alguns oradores que me antecederam aqui na Tribuna sempre com temas progressistas, temas interessantes. E eu gostaria de falar um pouquinho a vocês do que eu vejo no nosso Estado depois de andar tanto por essas estradas do Maranhão, nesse momento em que nós atravessamos um período carnavalesco com uma grandiosa festa não só na capital do Estado, mas em todo o Maranhão. Eu aproveitei a oportunidade para visitar algumas regiões e constatei as dificuldades que nós já conhecemos de governar, de administrar um Estado com a natureza do Maranhão. Um Estado com vários sistemas ambientais, vários sistemas com ecologia diferenciada. Um Estado gigantesco com trezentos e trinta e tantos mil quilômetros quadrados. Um estado com pouco mais de sete milhões de habitantes. É muita gente. Um Estado, Senhores Deputados, com uma malha rodoviária com mais de cinquenta mil quilômetros, sejam rodovias federais, rodovias estaduais e rodovias municipais. Para se ter uma ideia, no Maranhão, só de BRs, estradas federais, temos quase três mil e quinhentos quilômetros para dar manutenção e para construí-las. Nós temos mais de quatro mil e quinhentos quilômetros de estradas MAs, estradas estaduais, Senhores Deputados. É realmente uma tarefa gigantesca administrar esse Estado. Imaginem fazer uma gestão de um Estado aqui da região Norte na nossa querida Ilha de São Luís, em que habita quase um milhão e meio de maranhenses. Seja na Ilha de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, em toda essa nossa maravilhosa Ilha de São Luís, Ilha de Upaon-Açu. E analisando nesse sentido é que nós temos que ver, Senhores Deputados, com otimismo certas peculiaridades do Estado do Maranhão. Nós temos a felicidade de termos aqui esse patrimônio natural, que são os Lençóis Maranhenses, essa fartura de proteína que é a Baixada Maranhense. Lá, o meu sertão, que era tão criticado, tão desprezado, que era a região quente, a região seca, a região árida do Maranhão, hoje um potencial em nível mundial. O Maranhão, Senhores Deputados, já produz quase 8 milhões de toneladas de grãos. Quase 8 milhões de toneladas de grãos é previsão para 2024/2025, esta safra, seja milho, soja e outros grãos. O Maranhão, inclusive registro aqui o Deputado que me antecedeu quando falou da importância de reequipar a Aged, e eu registro aqui a decisão do Governo Brandão de trabalhar também nesse sentido da prevenção. Nós temos um patrimônio nacional de quase 10 milhões de bovinos, quase 100 mil bubalinos. Isto é realmente um grande criatório nacional, esse nosso Estado. Nós falávamos sobre a região sul do Maranhão. Eu vejo o sofrimento do povo da Baixada nessa 014, na restauração, pela consistência dessa estrada, pelas condições, e o Governo do Estado buscando apoio do Governo Federal, e tem encontrado, pela competência, pela determinação do Governador Brandão, encontrou o apoio no Ministério das Cidades, portanto, no Governo Federal, para restaurar a 014. E a gente imagina, Senhores Deputados, que, há pouco tempo, nós estávamos em uma briga aqui, e eu registro aqui a nossa questão da 006, a maior MA deste Estado, que vai inclusive até Alto Parnaíba, graças ao Governo Federal foi federalizada uma parte. Vimos agora, há poucos dias, uma parceria entre os grandes produtores daquela região, da Serra do Penitente e tantas outras áreas de produção. Esta produção que já se espalha por toda aquela região sul e já vem para região leste. Já estamos produzindo grãos em alta escala na região do Azeitão, na região de Pastos Bons, São João dos Patos, Passagem Franca, Buriti Bravo, entrando inclusive para região do litoral, gerando riqueza para o nosso Estado. E por que que eu vim, nesta manhã, Senhores Deputados, falar sobre o nosso Estado do Maranhão. É porque eu quero registrar aqui a postura de alguns Secretários de Estado que têm feito uma abertura de relacionamento e de informações para esta Casa. Nós, que temos a incumbência de representar o povo do Maranhão, precisamos ter essas informações. Agora no dia 12, registre-se, recebemos aqui, na Sala das Comissões, a Comissão Maranhão 2050, capitaneada pelo Secretário de Planejamento, Vinícius Ferro, que nos trouxe as informações das ações que serão executadas agora, de 25 e 26, em que serão aplicados recursos. E nós, de certa forma, ficamos sempre no aguardo, a expectativa do Deputado, que representa o povo, é sempre saber o que há de melhor para o povo. Nós, eu acredito, nós, os 42

Deputados, não temos a vocação de quanto pior o Maranhão melhor, pelo contrário, eu sei que todos nós queremos melhoria. Amanhã, nós vamos receber aqui, na Comissão de Saúde, o Secretário de Estado da Saúde, que vai nos trazer apresentação dos últimos quadrimestres da saúde no nosso Estado. E isso é preciso que nós consigamos compreender da importância que é tudo isso, para que a gente possa também compreender e encontrar formas de mitigar esta dificuldade que o Maranhão continua, que nos inspirou, Senhores Deputados, a criar aqui a Frente Parlamentar de Combate à Pobreza, que vamos reiniciar os trabalhos agora. Amanhã, indo a uma visita ao Tribunal de Contas do Estado, está marcado para amanhã ao meio dia, os Deputados que tiverem tempo estão convidados para que nós possamos pegar, Senhores Deputados, o relatório do trabalho sério, correto, feito pelo Tribunal de Contas do Estado, analisando a aplicação correta ou não dos recursos públicos federais, estaduais e municipais. Nós precisamos da parceria do Tribunal de Contas e a Comissão de Educação, que temos a honra de com o apoio de Vossa Excelência presidir, e a Frente Parlamentar de Combate à Pobreza haverá de retomar estes estudos e avaliação daqueles índices. É com muita tristeza que eu vejo na mídia nacional a última pesquisa do IBGE, Senhores Deputados, que fala que o Maranhão continua, Deputado Florêncio, com a mais baixa per capita do País. É com muita tristeza que eu vejo o Distrito Federal disparado na frente, com a maior per capita do País. Eu me pergunto: Por quê? Eu vejo as locomotivas do Brasil puxando Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, todos estes Estados que têm uma renda maior que os nossos cidadãos brasileiros vivem, e nós vemos sempre o Maranhão com esta dificuldade de nós distribuirmos melhor esta renda, de nós gerarmos uma renda mais justa para aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar. E é com muita satisfação e com muita responsabilidade, que eu quero pedir o apoio de vocês à Comissão Permanente da Educação da Casa, para que nós possamos desenvolver neste ponto, que nós julgamos o ponto nevrálgico do problema do Maranhão, a Educação. Educação que nós ainda temos que marcar, Senhores Deputados, com muita tristeza e muito pesar, 22, 23, o IBGE ainda anuncia o Maranhão com quase 800 mil analfabetos. Analfabetos que nem sabem ler e nem escrever, quase um milhão de maranhenses nessa situação. Isso nos deixa, de certa forma, entristecido, mas nós também temos a animação, Senhores Deputados, de que, nos últimos anos, o Maranhão tem conseguido saltar destas dificuldades de analfabetismo, de desemprego, de mortalidade materna, de mortalidade infantil, enfim, estes índices ruins, que vêm sempre perseguindo o Maranhão, talvez pela própria natureza do seu povo, pela a dimensão deste Estado, as dificuldades que são para um governo, instalado aqui no Norte do Estado, na Ilha de São Luís, administrar questões lá na região distante de Tasso Fragoso, de Godofredo Viana, lá na outra fronteira, Carutapera, lá em Itinga, lá em Primeira Cruz, são realmente municípios distantes, e que nós precisamos de braços e mãos. E nisso eu quero cumprimentar o Projeto da Seplan, do Maranhão 2050, que fez de forma sistematizada um programa para aplicação de dois recursos. Falei, ainda agora há pouco, sobre a questão da saúde, que amanhã vamos conversar e trocar opiniões com o Secretário Tiago Fernandes sobre os trabalhos desenvolvidos, e vimos aqui e precisamos registrar o que é feito de bom também. O Governo inaugurando central de hemodiálise, nós temos acompanhado e, como médico, eu sou sensível a esse problema, o desenvolvimento do Maranhão nos últimos anos, na distribuição de centro de hemodiálise. A reestruturação do Maranhão, nos últimos anos, diga-se, de últimos governos, a reestruturação da saúde quando se construíram hospitais regionais para média e alta complexidade. O Governo Federal participando com as unidades de pronto-atendimento também nos maiores núcleos urbanos. E tudo isso nos faz acreditar que nós estamos avançando, mas nós precisamos avançar mais ainda.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO ARRUDA - Presidente Arnaldo?

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO - Deputado Ricardo Arruda.

O SENHOR DEPUTADO RICARDO ARRUDA (aparte) -



Presidente Arnaldo Melo, eu fico feliz de ouvir esse pronunciamento de V. Exa., do alto da sua extensa vida política, já tendo acompanhado vários momentos políticos históricos no Estado do Maranhão, então V. Exa. é um espectador privilegiado e uma pessoa que já tem essa vasta visão da história política e dos acontecimentos, tanto políticos quanto sociais do Maranhão. Apenas fazendo coro ao que V. Exa. já colocou, enfatizando os temas que V. Exa. tem trazido, é interessante observar, Presidente, que o Governo Carlos Brandão atua em várias áreas. Ele atua, por exemplo, incentivando que grandes empresas venham para o Maranhão. Cito como exemplo a Inpasa, investimento de mais de R\$ 2 milhões, 2,5 mil empregos gerados, mas, ao mesmo tempo, ele incentiva o Procaf para gerar renda para os nossos agricultores familiares, inclusive o Projeto foi premiado em Brasília, o prêmio de excelência em competitividade, ou seja, o reconhecimento nacional das iniciativas do Governador Carlos Brandão em prol da agricultura familiar. O Governo Carlos Brandão resgatou mais de um milhão de maranhenses da situação de pobreza extrema, são dados estatísticos que demonstram essa ascensão social das camadas mais vulneráveis da nossa população. E o Programa Maranhão Livre da Fome vai resgatar os outros 500 mil que estão ainda nessa condição. Se nós observarmos a infraestrutura, o Governador Carlos Brandão, como V. Exa. bem colocou, tem investido nas rodovias estratégicas e prioritárias para o Estado, a exemplo da MA-006, que V. Exa. conhece bem. Tem investido no turismo, por meio do Caminho dos Poetas, acesso a Araoca, toda aquela região, assim como investiu também, em Barreirinhas, para consolidar Barreirinhas como o destino turístico internacional que já é. Então, Presidente Arnaldo, se a gente for observar, todas as áreas em que o Governo precisa agir com responsabilidade, com firmeza e com determinação para resolver os problemas sociais, ele tem agido, incentivando os grandes empreendedores para que se instalem, dando condições para que os pequenos possam também produzir e se apropriar das riquezas do Maranhão, investindo em infraestrutura, investindo em turismo. Isso se observa em todos os cantos do Maranhão. Então, eu parabeno V. Exa. E eu tenho certeza, como eu falei, que do alto da sua experiência da sua vida pública, eu tenho certeza que V. Exa. é um espectador privilegiado do processo de desenvolvimento do Maranhão e sabe que o momento que o Maranhão atravessa é um momento virtuoso. E eu tenho certeza que muito mais ainda será feito por esse Estado. Parabéns, Presidente Arnaldo.

O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO - Eu agradeço as palavras V. Exa. e peço que a Mesa incorpore ao nosso pronunciamento. E confirmar, Senhores Deputados, que o Maranhão tem investido muito em infraestrutura, se não, vejamos. Neste momento, vou citar alguns problemas que nós temos seríssimos aqui. O Governador Brandão e o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, conseguiram atrair uma indústria de grande porte para o Maranhão, a Inpasa. O Deputado Ricardo Arruda citou essa indústria, que está agora funcionando nesses últimos dia de março e partirá para produzir, até o fim do próximo ano, quatrocentos milhões de litros de álcool hidratado. A gente pensa no que se vê nos ônibus, aí na publicação do sindicato que esta indústria vai gerar dois mil e quinhentos empregos maravilhosos para as pessoas que conseguirem esses empregos. Eu fico muito feliz, mas na mesma expectativa eu já fico a me perguntar como é que nós vamos transportar toda essa produção, Senhores Deputados, só neste aspecto aí de infraestrutura, e o Maranhão está trabalhando muito, a Secretaria de Infraestrutura registra, nesse momento, várias obras. Mas focando nessa questão da expectativa que eu falei maior, que a Frente de Combate à Pobreza descobre, que é o gargalo do Maranhão, que é a educação que tem que melhorar, para gerar conhecimento e, portanto, gerar emprego e oportunidade para as pessoas. Esta Inpasa, Senhores Deputados, com essa produção, precisa tirar do seu pátio, da fábrica todo esse produto, seja o álcool, seja o óleo, que vai produzir, sejam os insumos outros para as rações animais, precisa ser transportado. E por onde, vai ter que sair? Pela grande BR-135 para o Porto do Itaqui e para as outras cidades que vão consumir com a política que o Governador Brandão teve a felicidade de abrir a possibilidade deste álcool hidratado ser vendido direto para os portos. Isso é um grande salto para o consumidor

maranhense. Eu registro isso aqui. Mas o registro mais preocupante, quando eu fico feliz com essa oportunidade que o Governador Brandão e o Vice-presidente da República Geraldo Alckmin atraíram essa grande empresa para o Maranhão e agora também o Governador Brandão está trabalhando para trazer outra indústria de frigorífico de frangos e suínos, que vai gerar também uma grande quantidade de empregos, vem a questão de a infraestrutura: como transportar todo esse produto pela nossa BR-135. Meus caros colegas Deputados, conversando com alguns técnicos, eu fui informado que nós poderemos aumentar em 500 carretas na BR-135, daqui até 2026. Quem trafega nessa artéria federal, como nós Deputados fazemos, sabe a dificuldade que é, o risco, inclusive o custo para a manutenção dessa estrada. Imagine se nós ainda aumentarmos o volume de máquinas pesadas que vão transportar esse produto do Maranhão, daquela região mais distante, que é a região de Balsas. Deputado Carlos Lula.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS LULA (aparte) – Só um aparte, Deputado Arnaldo, eu acho brilhante a fala de V. Exa., e, muitas vezes, até recinto de falas como essa, mas são poucos os maranhenses com a capacidade de V. Exa. para poder fazê-la, de um olhar para o futuro do Estado e para as condições do Estado. Então, eu queria apenas acrescentar alguns pontos, para que a gente possa avaliar também, para poder construir essas soluções. E me parece, assim, sem dúvida, a gente tem um desafio de infraestrutura do Estado. A Empasa, com os 2.500 empregos por dia, vai precisar de 90 a 100 carretas de milho por dia, a capacidade de processamento dela. Então, vejamos o que isso impacta na malha viária que a gente tem hoje. A depender, portanto, tanto de atitude do Governo Estadual, mas também do Governo Federal. Quem precisa trafegar pela BR-135 sabe a dificuldade que a gente já tem hoje com o tráfego absurdo de carretas. Imagina o impacto de mais 500 carretas/dia, trafegando naquela via. Mas, mais do que isso, Deputado Arnaldo, é preciso a gente sempre voltar e entender as razões pelas quais V. Exa. aponta a educação como um problema do Estado. Sem dúvida é, é uma vergonha a gente ainda ter esse indicador terrível de número de analfabetos no Estado, quase 1 milhão de maranhenses que não sabem ler e escrever. Mas a gente tem que perguntar as razões, por que isso acontece. E aí a gente tem que voltar um pouquinho no tempo e se perguntar, assim, o que aconteceu para o Maranhão, que era uma das economias mais pujantes do Brasil, hoje ser o que é. Esses indicadores que nos envergonham, envergonham a todos, não quero aqui culpar A, B, C, D. Eu acho que é um drama que a gente tem hoje, e a gente precisa sempre se fazer essa pergunta. Então, é uma profunda desigualdade. A gente rompe, lá na metade do século XIX, com uma economia que dependia da mão de obra escrava, e a gente nunca conseguiu superar isso. Óbvio que, durante o século XX, a economia brasileira se desenvolve para o Sul e Sudeste, com um forte incentivo do Governo Federal; o Norte e o Nordeste enfrentam as consequências dessa política também. Mas a gente tem que pensar o Maranhão para o futuro perguntando: diante desse quadro... Só há 20 anos a gente universalizou o Ensino Médio no Estado! Para dizer que tem Ensino Médio em todas as cidades. Governador Zé Reinaldo ainda, é ontem, praticamente. É um problema histórico, um drama que a gente tem. Então, a gente tem que se perguntar para o futuro, sim, quais são os desafios para o futuro do Estado? Para desenvolver a economia do Estado, para melhorar a condição de renda das pessoas do Estado, para a gente trazer o que funciona para cá? A gente não vai trazer indústria de grande porte, porque a gente não tem nem mão de obra para isso. Mas o que é possível trazer dentro desse contexto para desenvolver o Maranhão? Essa é a pergunta que V. Exa. tem feito desde o início desta legislatura. É importante que seja feita, é necessário ela ser feita, porque a gente tem um desafio de educação, tem um desafio de infraestrutura, mas, mais do que isso, um desafio de fazer um desenho econômico adequado para o Estado do Maranhão, para saber, de fato, o que a gente tem condição de trazer, dadas condições que a gente tem hoje, obviamente, olhando para o futuro, mas com as condições de hoje. O que impacta para melhoria das condições sociais e econômicas do nosso estado. Esta pergunta que Vossa Excelência faz, ela é necessária todos nós fazermos, todos os dias, nos nossos mandatos.



O SENHOR DEPUTADO ARNALDO MELO - Senhor Deputado Carlos Lula, Vossa Excelência, como sempre é competente, Deputado e advogado estudioso que conhece bem a história do Maranhão e traz este aspecto gravíssimo, como disse antes, que é o gargalo do nosso estado, Senhores Deputados, dos índices de desenvolvimento humano que a Frente Parlamentar de Combate à Pobreza tem percebido, pelas informações de institutos, é a educação o ponto mais crítico. E na reunião com a Comissão Maranhão 2050, eu observei a preocupação do Governo, como foi também de Governos anteriores, registre-se aqui o avanço que teve no Governo de Flávio Dino, no Governo de Roseana lá atrás, cada um fez a sua parte, como disse Vossa Excelência. A Escola Digna, o avanço dos Centros Tecnológicos para IEMAs e agora foi questionado isso. O Governo está deslocando um volume considerável para reequipar os IEMAs e para reconstruí-los, para a Universidade Estadual, mas é preciso que a gente tenha a coragem de chamar aqui todos os entes federados para esta responsabilidade, porque como é um setor primordial, que é a educação, nós temos a esfera federal, que controla o recurso do Fundeb, arrecada do Estado e do município e depois os devolve, mas nós temos a aplicação, por meio do próprio recurso federal, pelo Governo Federal e a aplicação pelo Governo do Estado e aplicação pelos municípios, e aí é que a coisa complica. A Frente Parlamentar de Combate à Pobreza tenho observado inclusive, Senhores Deputados, que toda a pobreza, todas as mazelas do Maranhão culpam-se os Governos Estaduais. O Maranhão é o mais pobre. O Maranhão é o pior IDH, só se pensa no Governo Estadual. Mas nós estamos percebendo que tem muito problema do Governo Federal e V.Exas. sabem disso da aplicabilidade correta ou não dos Ministérios, aqui nos Estados do Brasil e também a aplicação correta ou não dos municípios. E nisso é importante que nós chamemos para a conversa, para mesa a Federação dos Municípios para que nós levemos o problema de cada município: obras inacabadas; recursos aplicados e reprovados no Tribunal de Contas, objeto da nossa conversa, amanhã, com o Tribunal de Contas. E são, muitas vezes, lá no extremo, lá na ponta, como se diz, num município mais distante que é preciso se acompanhar a educação, desde o primeiro momento em que a criança precisa ser alfabetizada para nós não chegarmos neste índice de quase 15% do povo maranhense ainda sem saber ler e sem escrever. Isso, segundo dados de 22 e 23. Mas nós precisamos focar nisso e é com certa animação, como disse antes, que eu vejo os secretários de estado virem aqui e amanhã, eu tenho certeza que nós vamos ter uma oportunidade grande aqui, vejo aqui a Presidente da Comissão de Saúde, Deputada Cláudia Coutinho, e que eu componho também esta Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, vamos ter uma oportunidade de vermos como foram ou como serão apresentados os últimos quadrimestres do Governo do Estado quanto à saúde do nosso Estado. Mas a educação, julgamos nós, o ponto nevrálgico de toda a situação do Maranhão. Ou nós fazemos uma força-tarefa - recurso federal, recurso do Estado e recurso dos municípios, para nós podermos recuperar o tempo perdido. Mas isso não vai acontecer em um estalar de dedos, nós sabemos que educação não se faz instantaneamente. E é preciso que a gente convoque todos os nossos Prefeitos, Secretário Municipais de Educação, Secretaria de Estado da Educação, e nós, que somos Deputados Estaduais, vigilantes, permanentemente acompanhando a aplicação desses recursos, sejam da esfera municipal, estadual ou federal, porque todos provêm dos nossos impostos. Às vezes, o município: não, esse recurso aqui é responsabilidade do município, Deputado Estadual não tem nada a ver. Temos sim, nós representamos o povo, principalmente nesse setor da educação. Nós precisamos, cada dia que passa, nos incluir nesse processo, que nós não encontraremos um caminho para levar conhecimento aos nossos jovens que estão aí sem saber ler, sem saber escrever. Isso, se nós não fizermos com as crianças no período mais tenro de idade, tirar as crianças do analfabetismo, tirar as crianças dessa situação, inclusive de subnutrição, que é um assunto muito sério, que precisa ser discutido nas escolas, Senhores Deputados, é grande o número de subnutrição no Maranhão. A região leste aqui, inclusive, tem índices horríveis. A gente pensa que a Baixada era pior, e não é, tem municípios da região leste aqui em que os índices de desnutrição

infantil são horríveis, são alarmantes, acima da média nacional. Por falar em criança, o índice de mortalidade materna do Maranhão ainda está muito alto: em torno de 80 por 100 mil mães, em torno de 14 a 15 óbitos infantis por 100 mil mulheres parturientes. Ainda são índices muito altos que nós precisamos continuar perseverando, nós precisamos continuar trabalhando. Resumo no nosso pronunciamento, como digo sempre com palavras de fé e de esperança. E agradecer ao mesmo tempo em que convoco os Secretários de Estado, para que venham trazer as informações a fim de que nós possamos, inclusive, encaminhar os nossos recursos de Emendas Parlamentares para ajudar os nossos municípios. Eu tenho certeza de que esse é o ideal, esse é o ponto que cada Deputado aqui quer neste ano para poder desenvolver não só apenas a educação, a saúde, mas, principalmente, aquelas políticas mais importantes do Governo do Estado. E acho que o Governo está fazendo muito pelo Maranhão. Muito obrigado, Senhores Deputado, pela atenção.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Agradeço ao Deputado Arnaldo Melo. Ainda registro a presença em Plenário do ex-Prefeito do Município de São Francisco do Brejão, Adão Carneiro, em solicitação ao Deputado Keké Teixeira. Seja muito bem-vindo a esta Casa. Passaremos ao Tempo dos Blocos. Tempo do Bloco Parlamentar Parlamento Forte. Deputado Rodrigo Lago. Algum inscrito? Partido Liberal, líder Deputado Aluizio Santos, por até nove minutos.

O SENHOR DEPUTADO ALUÍZIO SANTOS (sem revisão do orador) - Senhor Presidente Davi Brandão, Senhores e Senhoras Deputados, galeria, imprensa, hoje, eu venho aqui na Tribuna, primeiro, agradecendo a Deus por essa oportunidade, mas também para que a gente possa falar de nas nossas Indicações, Requerimentos. E a gente fez aqui Indicação para nossa cidade de Chapadinha, que é a nossa cidade, Deputado Segundo. V. Exa. bem conhece. É uma cidade polo, é uma cidade regional, é uma cidade de quase, Deputado Arnaldo Melo, quase cem mil habitantes. Todas aquelas cidades circunvizinhas vêm sempre para os bancos, buscar os recursos de saúde lá na cidade Chapadinha. E nós fizemos aí duas Indicações. E eu tenho certeza da sensibilidade do nosso Governador Carlos Brandão, sabendo daquela região do Baixo Parnaíba, que temos hoje quase 400 mil habitantes naquela região e nós não temos na cidade de Chapadinha, naquela cidade polo, uma instalação do IML, do ICRIM, porque todos esses recursos a gente tem que vir buscar aqui ainda na capital. E a gente fez essa Indicação. Tenho certeza de que o nosso Governador tem essa sensibilidade, tem esse conhecimento. Já tratei pessoalmente dessas demandas lá para a região do Baixo Parnaíba, e tenho certeza, Deputada Cláudia Coutinho, a gente sabe que a busca dessas políticas públicas somente na capital é desumano. E a gente sabe dessa necessidade. Nós estamos aqui fazendo essas Indicações para a instalação do IML e também do ICRIM, lá na cidade de Chapadinha para atender aquela região. Mas também nós fizemos aqui, estamos fazendo uma outra Indicação, que já foi protocolado nesta Casa, Deputado Davi, porque nós temos lá em Chapadinha uma UPA, que já teve uma vez... Foi construída na primeira gestão da Prefeita Belezinha, essa grande prefeita, e gerenciada ali, em meado de 2017, pelo Governo do Estado, meu querido Deputado Florencio. Depois, ela volta para o município. E tinha ali um aporte que era para ter sido atendido desde aquele período, ainda na gestão do meu querido Deputado, que era então Secretário, à época, Carlos Lula, de duzentos mil para ajudar. Porque é do conhecimento de todos que a Saúde é tripartite, Estado, Município e Governo Federal. E nós estamos atendendo em média trezentas e oitenta, até quinhentas pessoas diária na UPA de Chapadinha, atendendo mais dos treze municípios que compete ali à Regional de Chapadinha. Estamos atendendo em média vinte municípios. Se tornou um Socorrão da região do Baixo Parnaíba. E não há condição somente do município ou Governo Federal, com o recurso de pouco mais de cento e cinquenta mil do Governo Federal. E todo o aporte é do Governo Municipal, oriundo das parcerias fortes que nós temos com os nossos deputados federais. O Deputado Josimar de Maranhãozinho, que é esse grande municipalista e o Deputado Pastor Gil, que nos auxilia com Emenda



Parlamentar para que possa subsidiar esses atendimentos da UPA. E eu fiz uma Indicação aqui, e eu tenho certeza que o nosso Governador, sabendo desta importância desse atendimento de saúde, que ele possa sensibilizar e colocar para o município Chapadinha um aporte de R\$ 300 mil mensais, para que a gente possa ajudar custear aquela UPA e ampliar mais esses atendimentos e atender com mais qualidade os atendimentos que a gente já faz tão bem lá na nossa unidade. Tenho certeza da sensibilidade do nosso Governador e sei desta necessidade, porque, meu Deputado Arnaldo Melo, o senhor sabe que os municípios maranhenses, o maior gargalo é a saúde, assim também como o Estado, dos investimentos. Porque a gente sabe que a educação, os recursos, sempre se consegue manter a educação. E nós temos uma tabela SUS, que eu já tenho tratado disso com nossos Deputados Federais. Fiquei feliz agora com a fala do novo Ministro da Saúde sobre a questão das tabelas SUS. Porque eu acho que, enquanto não corrigir essa tabela SUS, não tem como nenhum município conseguir custear, meu querido Deputado Ricardo Arruda, a saúde municipal. Que o SUS é porta aberta, você não vai conseguir superar esse déficit que tem em cada município no quesito da saúde. Em Chapadinha, nós temos um déficit mensal de mais de R\$ 3,5 milhões na saúde. Se não tiver esses parceiros fortes, que são os Deputados Federais, com seus aportes de Emendas... Nós estamos aí, desde outubro do ano passado, com esse gargalo entre o Congresso, entre o Supremo Tribunal Federal, em relação a essas aportes de emendas; até agora, nós não temos o orçamento do Governo Federal aprovado, a previsão é para abril ainda. Portanto, este ano, metade de um ano, nós não vamos ter recurso de Deputados Federais, como é o caso de Chapadinha e tantas outras cidades do Maranhão, que possa estar dando esse auxílio importante para ajudar na saúde dos municípios. Se não tiver uma ação urgente do Governo do Estado, não só Chapadinha, não só outras cidades-polo, mas cidades médias, não vão ter condição de superar esse déficit que é a questão da saúde em cada município do Maranhão. Portanto, eu faço esse pedido e esse apelo aqui ao nosso Governador Carlos Brandão. Ontem, nós tivemos uma agenda com o Secretário Orleans – a quem eu quero aqui agradecer pela gentileza de nos atender, tanto a mim quanto a nossa querida Deputada Fabiana Vilar –, que nos atendeu. E nós levamos essa preocupação, não só da região do Baixo Parnaíba, mas também da região do Turi, que compreende ali a região de Zé Doca. E sei da luta que a Deputada Fabiana tem, sei da nossa luta que a gente tem, sei dessa grande parceria que a gente tem dos nossos Deputados Federais, mas é importante também que nós possamos trazer juntos, para unir essas forças, o nosso Governador Carlos Brandão, nesse sentido da saúde nesses municípios-polo, e, de modo especial, o município de Chapadinha, que carece muito dessas ajudas, desse aporte, porque se trata de uma cidade-polo, de um atendimento regionalizado que a gente tem lá em Chapadinha. Para o momento, seria isso. E eu agradeço a todos que tiveram a paciência de estar aqui a nos ouvir. Muito obrigado. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Agradeço ao Deputado Aluizio Santos. Convido o Deputado Osmar, por 5 minutos, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Maranhão.

O SENHOR DEPUTADO OSMAR FILHO (sem revisão do orador) - Exmo. Senhor Deputado Davi, que preside esta Sessão, demais membros da Mesa, colegas Deputados, Deputadas, galeria, distinta imprensa, servidores desta Casa e, de forma muito especial, a todos que acompanham esta Sessão, por meio da TV Assembleia. Senhor Presidente, o que me traz aqui à Tribuna é para externar e compartilhar com toda Assembleia, Audiência Pública que, ontem, eu participei com o querido Deputado Wellington do Curso, que presidiu os trabalhos, tratando de um tema importante, relevante para toda a sociedade, que é a agilidade na realização das perícias psicossociais em crianças que tenham sofrido, que tenham sido acometidas pelo crime de abuso sexual, praticados em sua maioria por pessoas próximas que deveriam dar total cuidado e proteção. Para se ter uma ideia, há casos em que as crianças têm que esperar seis meses para ter a sua perícia realizada, imaginem o caos e a confusão mental e o prejuízo que o futuro vai garantir a esta

criança por não ter, de forma imediata, ágil, a atenção devida, quando se depara com uma situação que, sem sombra de dúvida, será um trauma que irá carregar por toda sua vida. Nós sabemos que a gente tem dois extremos: de um lado temos o agressor, que tem que ser identificado, que tem que ser punido, processado, com todos os rigores da Lei, até para servir de exemplo à sociedade, tem que ser retirado do convívio social; e de um outro lado, temos as crianças que são abusadas, que precisam de um amparo, de um cuidado, de uma atenção garantida pelo Poder Público, para que, no futuro, este trauma que ela vai carregar possa ser amenizado, possa fazer com que ela consiga, superar jamais quem passar por isso vai conseguir superar, mas que ela consiga conviver na sociedade e ter uma vida digna, com tranquilidade. Isso passa por esta Perícia, daí a necessidade, e aqui eu chamo atenção do Governo do Estado, faço um apelo pela sensibilidade que nós sabemos que tem o Governador Carlos Brandão para esta situação, que foi trazida, aqui para a Assembleia Legislativa, por uma iniciativa dos conselheiros tutelares, preocupados com esta situação. Eu sempre, desde o início da minha trajetória política, sempre acompanhei os trabalhos dos Conselhos Tutelares, atuei de perto junto aos conselheiros, participei de várias lutas, de várias conquistas, e a gente sabe que isso é um processo contínuo, nós sabemos da importância e do papel fundamental que os conselheiros prestam à sociedade, garantindo e lutando pelas garantias e direitos das nossas crianças e adolescentes, lutando para que abusos não sejam cometidos. Então eu quero compartilhar, sensibilizar também a Assembleia Legislativa, para que a gente possa atuar junto ao Governo do Estado, eu sei que esse assunto já chegou, sem sombra de dúvidas, ao conhecimento do Governador Carlos Brandão, devido à urgência da realização de concurso público para contratar peritos a fim de que a gente possa ter uma quantidade maior de profissionais, então, que esse tempo de seis meses possa ser encurtado. Parabenizo a iniciativa dos conselheiros tutelares dos outros poderes que participaram da audiência, estavam presentes Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Governo do Estado, a perita geral do Estado do Maranhão, o Governo Municipal também, representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Foi uma discussão bastante esclarecedora e com encaminhamentos. A gente aqui está à disposição da luta, da causa dos conselheiros, porque a gente faz uma política de forma propositiva, sempre buscando dar a nossa contribuição para que as políticas públicas possam ser efetivas, possam acontecer sempre em favor das pessoas, para que elas possam ter uma melhor qualidade de vida, para que o serviço do Estado possa ser a contento, da forma que o cidadão espera e merece. Então eu tenho certeza de que o Governador Carlos Brandão, sensível da forma que é, e ele tem demonstrado isso em diversas áreas, vai dar atenção a esse clamor dos conselheiros e de toda sociedade, até porque o que a gente quer, de fato, é que as políticas públicas possam ser efetivas para que possa ter consciência, é um trabalho de conscientização em toda sociedade para que a gente possa erradicar, de uma vez por todas, os crimes de abuso, de importunação contra as nossas crianças e adolescentes. Muito obrigado, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Bloco Parlamentar Juntos Pelo Maranhão, o líder Deputado Florência Neto, inscrita a Deputada Mical por 15 minutos.

A SENHORA DEPUTADA MICAL DAMASCENO (sem revisão da oradora) - Senhor Presidente, nobres Deputados, mais uma vez, eu estou aqui na Tribuna, desta vez para falar numa visão do Evangelho, em uma visão cristã referente a tudo que eu for tratar aqui nesta Tribuna. Agradeço a Deus mais uma vez por estar aqui. Início minhas palavras, Senhores Deputados, com uma reflexão bíblica que todos conhecem, que diz assim: “*Se alguém de vocês estiver sem pecado, seja o primeiro a atirar pedra.*” Está escrito em João 8:7. E baseado nisso, eu, que nasci em berço cristão, sempre entendi que o evangelho é amor, o evangelho é perdão, o evangelho transforma a vida. E Jesus, quando veio a essa baixa Terra, ele veio com o propósito de salvar. Ele não veio para os bons. Ele veio para libertar aqueles que haviam se perdidos. Então, estamos em um mundo onde o julgamento humano muitas vezes é implacável. A sociedade, sem conhecer toda a história, aponta o dedo, condena sem dar espaço para o arrependimento e a transformação. E



eu quero aqui falar sobre o nosso colega Deputado Dalton Arruda. Por que eu vim falar? Porque sou realmente conhecedora de que Jesus pode transformar. E o Deputado Dalton Arruda tem sido alvo de julgamentos pelo seu passado. No entanto, até o momento, a Justiça não o condenou e, mais do que isso, ele mesmo reconhece os seus erros. Deu um novo rumo à sua vida e hoje construiu uma nova história ao lado da sua esposa Poliana. Eu não tenho amizade com eles e vim ter contato com eles há pouco tempo. E ela me relatando “Mical, o meu esposo é um bom homem, é um bom pai. Durante esses anos que eu convivo com ele, nunca ele fez algum ato de violência contra mim.” Então, se ele fosse, Deputado Wellington, um homem que permanecesse no erro, talvez não estivesse aqui falando com vocês. Mas ele está, talvez ele esteja nos escutando lá no gabinete, e isso nos ensina algo fundamental: enquanto há vida, há esperança. Assim é o Evangelho de Cristo. Só não tem mais jeito depois que morre, mas, enquanto há vida, há esperança. A pessoa pode ser transformada, a pessoa pode ser mudada, porque Jesus pode transformar. O Evangelho de Cristo não se baseia apenas em justiça, mas também em amor, perdão e transformação. Se Deus, em sua infinita misericórdia, concede ao homem a oportunidade de recomeçar, quem somos nós? Quem somos nós para negar essa chance? É por isso que eu trouxe essa discussão para esta Casa hoje. Claro, ninguém está acima da lei, mas, até que haja uma sentença, é preciso lembrar que nossa função não é apenas apontar falhas, mas também reconhecer quando há arrependimento e mudança genuína. Foi o que me testemunhou e relatou a senhora Poliana. Não podemos esquecer, Senhores Deputados, que depois da morte vem o juízo. Mas, enquanto há vida, como eu já falei, há esperança. Que possamos agir com justiça, mas sem nos esquecer da compaixão e do ensinamento maior de Cristo, o amor que restaura e transforma a vida. Muito obrigada, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO – Ainda inscrito pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Maranhão, Deputado Catulé Júnior, por 5 minutos.

O SENHOR DEPUTADO CATULÉ JUNIOR (sem revisão do orador) – Bom dia, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na tarde de ontem, eu recebi a visita do amigo Prefeito da cidade de Raposa, Eudes Barros. Quando estive na Secretaria de Turismo como Secretário de Estado, nós tivemos uma grande parceria a favor daquele município. Município importante, um município que agrega valor turístico ao polo São Luís como roteiro complementar, que tem vários atrativos, que tem uma atratividade singular. E lá nós fizemos a reforma, a manutenção do cais, fizemos a reforma do Centro de Atendimento ao Turista, nós implantamos um letreiro bonito na cidade da Raposa, nós fizemos a pavimentação de algumas ruas que têm o interesse turístico. E o Prefeito demonstrou uma grande preocupação em relação ao estado do cais daquela cidade, que, se não for o maior, é um dos maiores cartões postais turísticos da Raposa. E, de fato, nós também havíamos tido conhecimento através de matéria que foi veiculada pelo Jornal da Mirante, pelos noticiários da TV Mirante, e causa preocupação o estado do cais da Raposa: está bastante deteriorado sob a influência forte da maré. E eu faço um apelo aqui ao nosso Governador Carlos Brandão, nós fizemos uma Indicação ao Governador, e a gente sabe da sensibilidade que o nosso Governador tem com o turismo, com as matérias que são afeitas ao turismo, e nós fizemos essa Indicação ao Governador para que o Governo do Estado ajude aquele Município da Raposa, para que faça a recuperação desse equipamento que é um equipamento importante para o turismo do nosso Estado do Maranhão, para o turismo do polo São Luís e, claro e evidentemente, do próprio município de Raposa, que tem o nosso carinho, que tem o nosso apreço. E eu me coloquei, evidentemente, à disposição do Prefeito Eudes Barros, assim como de todos os munícipes do município de Raposa. Quero também aqui fazer uma referência ao dia de hoje, 19 de março, em que comemoramos o Dia de São José. São José, que é o protetor da família e patrono da minha querida e amada cidade de Caxias. Inclusive, São José, que foi o carpinteiro e, em sua homenagem, também nós passamos a comemorar, no dia 19 de março, o dia do artesão, esse segmento tão importante da economia criativa do nosso Estado, essa política pública tão importante para o turismo do Maranhão. E nós

temos orgulho também da nossa passagem como Secretário de Turismo; quando chegamos até a Setur, quando chegamos até a gestão do turismo do Maranhão, nós encontramos 40 artesãos em todo o Estado do Maranhão que estavam cadastrados, que estavam gozando de todos os seus direitos profissionais. E, através de um trabalho muito forte, de um trabalho muito dedicado da equipe da Secretaria de Turismo àquela época, nós, quando deixamos a Secretária, três anos e três meses depois, nós deixamos aquilo que era 40 artesãos cadastrados, nós deixamos mais de três mil artesãos por todo o Maranhão cadastrados, e, como eu disse, gozando de todos os seus direitos profissionais.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Inscritos pela Escala de Reserva, Deputado Wellington do Curso, por cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, demais membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Deputadas, internautas, telespectadores que acompanham por meio da TV Assembleia, nosso mais cordial bom dia. Ocupo, novamente, a Tribuna da Assembleia, nesta quarta-feira, para trazer alguns assuntos que eu havia... não tive tempo de mencioná-los. Primeiro, a Sessão Solene teremos amanhã, dia 20, a partir das 16h, fazendo justa homenagem a três pessoas do Estado do Maranhão, a três homens e mulheres Estado do Maranhão que têm dedicado a sua vida para o desenvolvimento do Estado, para o engrandecimento do Estado, que um deles é o nosso querido amigo da cidade de Imperatriz, que é o Takashi, candidato a Prefeito da cidade de Imperatriz, está sendo homenageado, amanhã, com o Título de Cidadão Maranhense. Segunda justa homenagem é nosso querido amigo da cidade de Açailândia, Paulo Lira, também foi candidato a Prefeito da cidade de Açailândia, está sendo também homenageado com Título de Cidadão Maranhense. E o terceiro Título da querida amiga Lariantelles, que é uma das nossas dirigentes do Partido Novo, que eu tenho um carinho, respeito e admiração, realiza um grande trabalho no Estado do Maranhão também, serviços prestados e relevantes ao Estado do Maranhão, sendo homenageada também amanhã, com o Título de Cidadão Maranhense. E aí eu convido cidadã, mulher, cidadã, cidadã maranhense, e aí convido todos que possam prestigiar também este evento, dia 20, amanhã, quinta-feira, às 16h, logo cedo pela manhã, às 8h, nós estaremos na cidade de Rosário, realizaremos uma Audiência Pública, na cidade de Rosário, em defesa da nomeação de todos os aprovados, no último concurso na cidade de Rosário. Nós já temos algumas ações, já fizemos algumas reuniões, reunião, inclusive com Ministério Público, e convidamos a todos da população de Rosário, a todos professores, servidores públicos, a imprensa, vereadores, o prefeito da cidade, Ministério Público, Defensoria, OAB, para que se façam presentes, nesta Audiência Pública, para tratar da nomeação dos aprovados no último concurso na cidade de Rosário, amanhã, a partir de 8h30, na Câmara Municipal de Rosário. Por último, faço registro da Audiência Pública realizada, ontem, na Assembleia Legislativa, com os conselheiros tutelares. E aí faço logo, de imediato, de início, uma referência elogiosa ao conselheiro tutelar Rodrigo, que foi o idealizador da Audiência Pública, parabenizá-lo pela sensibilidade, pela atenção, pelo trabalho em defesa das crianças do Estado do Maranhão, e também em defesa do trabalho realizado pelos conselheiros tutelares. Então, Rodrigo, está de parabéns, eu faço aqui registro da Audiência Pública, a Audiência Pública contou com a presença do Deputado Osmar Filho, com as Vereadoras de São Luís, Clara Gomes, e também da Vereadora Flávia Bertier, minha amiga Flávia Bertier, e também contou com a presença do Promotor Doutor Márcio Thadeu, de um juiz da 8.ª Vara da Criança, Dr. Romel, com Dr. Joaquim, defensor público, e também com representantes tanto do Governo do Estado como da Prefeitura de São Luís. Registro também para a perita Kelly, que trouxe bastantes esclarecimentos com relação à temática abordada: a necessidade de aumentar, de ampliar as vagas por meio de concurso público para peritos no Estado do Maranhão. Estamos fazendo, de forma oficial, ao Governo do Estado para que possa ampliar por meio de concurso público. Não queremos contratos temporários, não queremos seletivos, queremos concursos públicos para peritos e, principalmente, que dê



atenção às nossas crianças e adolescentes. Reclamações de que alguns laudos de algumas perícias demoram até seis meses, o que não é culpa dos peritos, mas da estrutura que nós temos, do quadro de efetivo que é reduzido, para que nós possamos ampliar esse quadro e prestar um serviço de qualidade e principalmente de atenção às nossas crianças. Como que uma criança que foi abusada sexualmente, faz-se a denúncia, faz para a delegacia, faz para o Conselho Tutelar e você tem um laudo que demora até seis meses para ser realizado?! E a dor e o sofrimento das crianças e adolescentes que são vulneráveis e não têm a quem recorrer, muitas vezes uma dor silenciosa de quem foi abusado. Faço, na manhã de hoje, um relato de uma criança de 6 anos, uma criança de apenas 6 anos, que colou suas partes íntimas com superbonder. Ao chegar à escola, a professora identificou. Só um minuto, Presidente, assunto muito importante. Uma criança de apenas 6 anos colou as suas partes íntimas com super bonder e, ao chegar à escola, com vontade de urinar, a professora identificou e perguntou o que estava acontecendo. Ela havia colado as partes íntimas com super bonder para não ser mais abusada pelo próprio pai. O pai abusava da criança de 6 anos e de uma adolescente de 14 anos. São maranhenses que moram em Pouso Alegre, no estado de Minas Gerais. Um verdadeiro absurdo! Um verdadeiro absurdo! Um monstro para fazer isso com a sua própria filha. E assim são vários outros relatos do dia a dia, na vida, do trabalho realizado por conselheiros tutelares no Estado do Maranhão. Uma grande quantidade de crianças e adolescentes são abusados sexualmente. Nós temos um recado, na manhã de hoje. Falamos, na Assembleia Legislativa, ontem, durante a Audiência Pública, e a nossa luta em defesa das crianças e dos adolescentes do Estado do Maranhão. Abusadores de crianças e adolescentes, vocês estão com os dias contados. Nós vamos fazer uma grande força-tarefa no Estado do Maranhão: Assembleia Legislativa, Poder Legislativo, Poder Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselheiros Tutelares, Sociedade Civil, nós não podemos permitir que nossas crianças e adolescentes sejam abusados. Abusadores estão com os dias contados. Precisamos de uma ampla mobilização da sociedade, divulgação, de conscientização. Que Deus possa confortar os corações e as famílias que são abusadas, as famílias que são ultrajadas, que são destruídas por conta das crianças e adolescentes que são abusados em São Luís, no Maranhão e no Brasil. Nossa luta permanente em defesa das crianças e dos adolescentes. Mais uma vez, Rodrigo, Conselheiro Tutelar Rodrigo, parabéns pela Audiência Pública, vamos apresentar algumas ações, inclusive na Assembleia Legislativa, com relatório para que possamos ter ações efetivas e não fique somente nas ações da audiência pública, mas ações efetivas para que possamos dar a resposta a nossas crianças e adolescentes e, principalmente, uma atenção total aos nossos conselheiros tutelares. Parabéns a todos conselheiros tutelares que participaram da audiência, tanto de São Luís como do interior do Estado, de Pindaré, de Zé Doca, de Santa Inês, de Porto Franco, de Caxias, de Coelho Neto, de Raposa, Paço do Lumiar. Todos os conselhos tutelares do Estado do Maranhão têm o nosso respeito e a nossa atenção. Abusadores não terão vez no Estado do Maranhão. Respeitem e deixem as nossas crianças em paz.

VI – EXPEDIENTE FINAL.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Nenhum inscrito.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO DAVI BRANDÃO - Leitura para matéria da inclusão nos termos do Regimento Interno. Determino a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de quinta-feira, 20 de março de 2025, das seguintes Proposições: Projeto de Resolução Legislativa em segundo turno nº 131/2024, de autoria Deputado Wellington do Curso; Projeto de Lei, em primeiro turno, nº 380/2024, de autoria da Deputada Cláudia Coutinho; Projeto de Resolução Legislativa, em primeiro turno, nº 004/2025, de autoria do Deputado Júnior Cascaria. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Ata da Décima Quinta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em dezoito de março de dois mil e vinte cinco.

Presidente, em exercício, Senhor Deputado Davi Brandão
Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Florêncio Neto
Segundo Secretário, Senhor Deputado Glalbert Cutrim

Às nove horas e trinta minutos, presentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Adelmo Soares, Aluizio Santos, Ana do Gás, Andreia Martins Rezende, Ariston, Arnaldo Melo, Carlos Lula, Catulé Júnior, Cláudia Coutinho, Cláudio Cunha, Dalton Arruda, Daniella, Davi Brandão, Doutor Yglésio, Edna Silva, Fabiana Vilar, Fernando Braide, Florêncio Neto, Francisco Nagib, Glalbert Cutrim, Guilherme Paz, Hemetério Webba, João Batista Segundo, Júlio Mendonça, Júnior Cascaria, Kekê Teixeira, Leandro Bello, Mical Damasceno, Neto Evangelista, Osmar Filho, Pará Figueiredo, Ricardo Arruda, Rodrigo Lago, Solange Almeida e Wellington do Curso. Ausentes os (as) Senhores (as) Deputados (as): Antônio Pereira, Doutora Vivianne, Iracema Vale (em missão oficial), Janaina, Junior França, Othelino Neto e Ricardo Rios. O Presidente Deputado Davi Brandão em nome do povo, invocando a proteção de Deus e a luz do Divino Espírito Santo, declarou aberta a Sessão, determinando a leitura do texto bíblico, da Ata da sessão anterior, que foi aprovada, e do Expediente, que foi encaminhado à publicação, constando neste: o Projeto de Lei nº 157/2025, de autoria da Deputada Fabiana Vilar; os Projetos de Lei nºs 158 a 161/2025, de autoria do Deputado Júlio Mendonça; os Projetos de Lei nºs 162 e 163/2025, de autoria do Deputado Dalton Arruda; o Projeto de Resolução Legislativa nº 018/2025, de autoria da Deputada Solange Almeida; o Projeto de Resolução Legislativa nº 019/2025, de autoria do Deputado Carlos Lula; o Projeto de Resolução Legislativa nº 020/2025, de autoria do Deputado Dalton Arruda; as Indicações nºs 342 e 343/2025, de autoria do Deputado Ariston; a Indicação nº 344/2025, de autoria do Deputado Pará Figueiredo; a Indicação nº 345/2025, de autoria do Deputado Júlio Mendonça; a Indicação nº 346/2025, de autoria do Deputado Guilherme Paz; as Indicações nºs 347 e 348/2025, de autoria do Deputado Júnior França; as Indicações nºs 349 e 350/2025, de autoria do Deputado Aluizio Santos e as Indicações nºs 351 e 352/2025, de autoria do Deputado Catulé Júnior. No horário destinado ao Pequeno Expediente, concedeu a palavra aos Deputados: Wellington do Curso, Carlos Lula, Rodrigo Lago, Júlio Mendonça, Fernando Braide, Daniella e Doutor Yglésio. Esgotado o tempo destinado a este turno dos trabalhos, o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia, anunciando: Em primeiro turno, tramitação ordinária, o Projeto de Resolução Legislativa nº 025/2024, de autoria do Deputado Davi Brandão, que concede a Medalha do Mérito Legislativo José Ribamar de Oliveira “Canhotoiro” ao Senhor José de Ribamar Araújo da Silveira Leite, com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – relator Deputado Neto Evangelista foi aprovado e encaminhado ao segundo turno. À deliberação do Plenário foram aprovados os Requerimentos nºs 71 a 85/2025, de autoria do Deputado Wellington do Curso, solicitando que sejam enviadas mensagens de congratulações aos Prefeitos e aos Presidentes de Câmaras, extensivo a população em geral, pelo aniversário de fundação dos seus Municípios. No primeiro horário do Grande Expediente pronunciou-se o Deputado Ricardo Arruda, com apartes dos Deputados Júlio Mendonça, Catulé Júnior, Doutor Yglésio e Arnaldo Melo. No tempo reservado aos Partidos e Blocos pronunciaram-se: pelo Bloco Parlamentar Parlamento Forte, o Deputado Rodrigo Lago e pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Maranhão, o Deputado Catulé Júnior. No Expediente Final não houve oradores inscritos. Nos termos do Regimento Interno, o Presidente determinou a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária: o Projeto de Lei nº 506/2024, de autoria do Poder Judiciário; o Projeto



de Lei nº 160/2024, de autoria do Deputado Davi Brandão; o Projeto de Lei nº 307/2024, de autoria da Deputada Cláudia Coutinho; o Projeto de Resolução Legislativa nº 026/2024, de autoria do Deputado Francisco Nagib e o Requerimento nº 089/2025, de autoria do Deputado Glalbert Cutrim. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a presente Ata, que lida e aprovada será devidamente assinada. Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, 18 de março de 2025. Deputado Davi Brandão - Presidente, em exercício, Deputado Florêncio Neto

- Primeiro Secretário, em exercício, Deputado Glalbert Cutrim - Segundo Secretário

SESSÃO SOLENE (COMEMORAÇÃO AO DIA DO CÍRCULO DE ORAÇÃO) REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2025 ÀS 15h.

MESA:

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA MICAL DAMASCENO

A SENHORA BALBINA GOMES

A SENHORA MARIA DOS PRAZERES

A SENHORA ALZENIRA LINHARES

A SENHORA SILMA MELINA

A SENHORA SÔNIA SALES

A SENHORA MÁRCIA SERPA

A SENHORA JARILDES

O SENHOR JOSÉ AUGUSTO

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA MICAL DAMASCENO – Em nome do povo e invocando a proteção de Deus e a luz do Divino Espírito Santo, declaro aberta a Sessão Solene convocada por meio do Requerimento n.º 042/2025, de autoria da que vos fala, Deputada Mical Damasceno, em comemoração ao Dia do Círculo de Oração. Vamos dar uma salva de palmas. Eita! Glória! É mulher aqui embaixo, é mulher em cima, está lotado o Plenário para a glória do Senhor Jesus. Eu quero aqui convidar, para fazer a composição da Mesa, a missionária Balbina Gomes da igreja O Brasil para Cristo. Uma salva de palmas para a missionária. Cadê a missionária? Ainda não chegou? Já chegou? Chegou. Bora, missionária, você faz parte aqui. A Presidente do Círculo de Oração da minha terra, Maria dos Prazeres. Uma salva de palma para a irmã Mocinha. Gente, essa aqui é a Presidente do Círculo de Oração Monte das Oliveiras lá em Viana. Há quantos anos, irmã Mocinha? 30 anos! Uma salva de palmas novamente. A missionária, pensa numa mulher, vocês vão ver hoje, eu a vi uma vez pregando lá na Área 6, a convite da nossa querida irmã Marcelina, nesse dia eu conheci a irmã Alzenira Linhares. Aí prega! Cadê a irmã Alzenira? Uma salva de palmas. Venha para cá. Vai ser a nossa pregadora. A pastora Silma Milena, o nome dessa igreja é diferente, mas é uma mulher serva do Senhor Jesus, quando ela abre a boca, nome da igreja é Yeshua Hamashia, serva de Deus. Cadê a pastora Silma? Já chegou? Ainda não chegou. A pastora também. Gente, essa mulher, eu tive a oportunidade de conhecê-la, ela ministra maravilhosamente, ela vai ter uma fala de uns 3 a 4 minutos. Pastora Sônia Sales, onde é que está? Da Igreja Batista Luz e Vida. Uma salva de palmas. Venha fazer parte aqui da nossa Mesa, minha querida. Também a nossa querida pastora Márcia Cerpa, da Igreja do Evangelho Quadrangular. Uma salva de palmas para nossas amadas. Eu quero também convidar a missionária que todos os anos está aqui comigo, ela é toda caladona, ela é uma missionária bem *zem*, missionária Jarildes, do Campo Vila Brasil. Salva de palmas para a serva de Deus. Então, são essas nossas amadas. Eu quero aqui convidar, para fazer a oração inicial e a leitura da palavra, a nossa querida missionária Jarildes. Com a oração e a leitura da Palavra, para a glória do Senhor Jesus.

A SENHORA MISSIONÁRIA JARILDES - Glória a Deus. Quero saudar minhas companheiras do Círculo de Oração com a paz do Senhor. Deputada Mical, obrigada pelo convite, toda Mesa. Vamos

fazer a leitura da palavra de Deus no Salmo 46: “Deus é o nosso refúgio e fortaleza. Socorro bem presente na angústia, pelo que não temeremos. Ainda que a terra se mude e ainda que os montes se transportem para o meio dos mares. Ainda que as águas rujam e se perturbem. Ainda que os montes se abalem pela sua braveza, há um rio cujas correntes alegram a cidade de Deus. O santuário das moradas do altíssimo. Deus está no meio dela, não será abalada, Deus a ajudará o ao romper da manhã. As nações se embraveceram, os reinos se moveram, ele levantou a sua voz e a terra se derreteu. O Senhor dos Exércitos está conosco. “O Deus de Jacó é o nosso refúgio. Vinde e contemplai as obras do Senhor, que desolações tem feito na terra. Ele faz cessar as guerras até o fim da terra, quebra o arco e corta a lança. Queima os carros no fogo. Aquietai-vos, e saber que eu sou Deus; serei exaltado entre as nações; ser exaltado sobre a terra. O Senhor dos Exércitos está conosco; o Deus de Jacó é o nosso refúgio”. Senhor, nosso Deus e nosso pai, queremos te agradecer, Senhor, por esta oportunidade de estar aqui, nesta tarde, para nos alegrar, Senhor, por este dia, o Dia do Círculo de Oração. Queremos te agradecer pela vida da Deputada Mical, que tem feito, que tem realizado esse trabalho nesta Casa. Senhor, nós estamos aqui para glorificar o teu nome. Nós estamos aqui, Senhor, para interceder por ela, para te pedir a tua misericórdia em favor da Mical, em favor das tuas servas. Guarda ela, Senhor, guarda a sua entrada e a sua saída, ó Deus, os projetos da tua filha, que sejam para glorificar o teu nome. Senhor da Glória, te pedimos por toda esta Casa, por todos os que trabalham nesta Casa. Ó Deus, recebe esse trabalho nesta tarde. Cada uma das tuas filhas que adentraram a este lugar, os que irão te louvar com alegria, recebe, meu Senhor. Fica conosco, em nome de Jesus. Amém. Agradeço a oportunidade.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA MICAL DAMASCENO - Minhas amadas, eu quero aqui fazer uma correção. Eu apresentei a missionária Balbina, minha querida missionária, a esposa do pastor José Gomes. A igreja é a Igreja Monte Horebe, eu tinha apresentado como Igreja Brasil para Cristo, mas é Assembleia de Deus Monte Horebe. Amém? Eu quero aqui também fazer um registro da pastora Larissa, da Igreja Ilha do Amor. Vamos dar uma salva de palmas. Cadê a pastora Larissa? Levante-se, pastora Larissa, serva de Deus. Eu quero também que as irmãs deem uma salva de palmas a esse nosso pastor e escritor também, pastor Moisés Bacelar. Cadê o pastor Moisés? Na verdade, tem vários pastores ali do lado, e eu quero chamar aqui uma pessoa muito especial, que todos os anos ele está aqui conosco. Além de pastor, ele é defensor público, é o pastor José Augusto Gabina. Cadê o pastor? Pastor José Augusto Gabina, pastor, venha para cá. Mais forte! Mais forte! Eu quero chamar também, para compor a Mesa, e eu quero que ela se direcione diretamente para a Tribuna para fazer uma oração. Eu quero apresentar aqui a missionária, mulher de Deus que tem uma mensagem, uma pregação maravilhosa, a missionária Fernanda Quispe. Salva de palmas para nossa querida missionária. Eu quero para nossa irmã fazer uma oração e eu vou aqui relatar com as nossas amadas, eu gosto de compartilhar. Eu tenho um carinho enorme pela Presidente desta Casa, a Presidente Iracema Vale, e ela tem passado muitas dificuldades, minhas amadas, na sua gestão. Nas outras gestões, eu acompanhei no meu primeiro mandato, eu não vi tanta perseguição, tanta confusão contra a pessoa trabalhando aqui à frente da Assembleia Legislativa. Eu não levo para essa questão da mulher, não levo, eu não sou muito dessa questão de mulher, as minhas irmãs têm visto o meu posicionamento, eu não levo, mas a questão é uma perseguição mesmo, que ela tem sofrido, por ser base do Governo, e está essa confusão. Eu quero que as minhas irmãs, juntamente com as que estão aqui embaixo, as que estão em cima e as que estão nos ouvindo lá fora, nós demos um recado para ela dizendo, e eu quero que minhas irmãs fiquem de pé, a minha irmã vai interceder agora para que Deus possa dar livramento a ela, e que todos os levantes de Satanás caiam por terra. Nós vamos dizer uma frase: “Deputada Iracema Vale, você estará sempre em nossas orações”. Então vamos lá. Deputada Iracema Vale, você sempre estará em nossas orações. Glória a Deus! Agora, vamos orar. Nesta tarde, eu quero cumprimentar a todos com a paz do Senhor Jesus. Querido Deus, pai celestial, estamos na tua



presença, Senhor, acreditamos que o Senhor é digno de toda honra e de toda glória, nos céus e na terra. Nesta tarde, queremos te apresentar, neste momento em que entoaremos louvores ao teu nome, eu quero te apresentar a vida da Deputada Mical, que o Senhor tem levantado para fazer a diferença, Senhor, nos nossos dias. Continua abençoando as nossas vidas, abençoando o Círculo de Oração, a todas as mulheres que estão presentes aqui neste lugar. Obrigada, Deus, porque nós sentimos a tua presença neste lugar. Em nome de Jesus, te agradecemos. Amém.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA MICAL DAMASCENO – Amém! Cadê o nosso amigo Willy? Antes de a gente iniciar uma série de corinhos, eu queria dizer que eu não as chamei para a Mesa porque não há espaço suficiente, as cadeiras são poucas, mas eu quero registrar aqui as nossas cantoras, pelas quais a gente tem o maior carinho, que nós convidamos: a cantora Lidiane Martins, uma salva de palmas; a nossa cantora Renata também, uma salva de palmas. A cantora Renata conta que, ao chegar ao Maranhão, depois que se apresentou aqui, as portas se abriram. Então, glória a Deus. Uma salva de palmas também para minha cantora querida Lília Brasil. Cadê a cantora Lília Brasil? Deus abençoe a esposa do pastor Alex. Então, vamos lá cantar esses corinhos de fogo. Depois que ela se apresentou aqui as portas se abriram. Então, glória a Deus. Uma salva de palmas também para minha cantora querida Lília Brasil. Cadê a cantora Lília Brasil? Deus abençoe a esposa do pastor Alex. Então, vamos lá cantar estes corinhos de fogo: *Quem é esse povo? Que povo é esse? Esse é o povo que vai morar no céu. Quem é esse povo? Que povo é esse? Esse é o povo que vai morar no céu. Vai morar. Vai morar. Ah, eu vou morar no céu. Vai morar, vai morar com Jesus lá no céu. Quem é esse povo? Que povo é esse? Nós queremos fazer o registro do meu amigo que é uma pessoa que trabalha conosco, que é da área jurídica, doutor Wellington, Wellington Amorim, que está ali dentro. Levanta aí, doutor. Esse servo de Deus. Quero também deixar aqui registrado as minhas companheiras, as minhas amigas também, que todos os anos estão aqui. E eu quero que elas se levantem, as mulheres do grupo de louvor Adoradoras da Última Hora. Levantem aí, minhas adoradoras. Bora, batem os tambores, rugem os tambores. Hoje é nosso dia. Vamos lá. Vila Brasil, missionária Jarilde, eu não tinha apresentado, aqui o pastor Melquisedeque, está lá dentro, da área 119. Deixa eu ver aqui, dirigente do Círculo de Oração Márcia de Jesus, da área 21. Cadê a nossa irmã? Deus abençoe. Pastor Luiz Pinangé, da área 70. Cadê o Pastor Luiz? Seja bem-vindo, meu pastor. Seja bem-vinda também a dirigente do Círculo de Oração Cícera Fernandes. Deus abençoe. Pastor Moisés Campelo, área 35. Dirigente do Círculo de Oração Maria Odete, área 09. Dirigente de Círculo de Oração Cleia, seja bem-vinda. Pastor Calixto e missionária Fernanda. Missionária Fernanda já foi apresentada. Vocês estão repetindo aqui. Pastora Érica Guimarães, da igreja Assembleia de Deus Ministério Madureira. Cadê a Pastora Érica? Ela chegou? Pastora Érica, sente-se aqui conosco. Pastor Marques da Assembleia de Deus Madureira, cadê o nosso Pastor Marques? Seja bem-vindo. Dirigente de Círculo de Oração irmã Eliete, da área 111, seja bem-vinda. Dirigente de Círculo de Oração Maria Esperança, da área 65. Eu também vi parece o pastor Tárkis Damaceno, Deus abençoe. Está aqui o nosso chefe de gabinete, que é pastor também, Pastor Fábio Rocha. A nossa cantora também está aí, Maria da Paz? Não veio? Depois a gente vai apresentando. Agora vamos ouvir aqui uma palavra de saudação com a nossa querida irmã Sônia Sales. Aí as irmãs podem estar glorificando o nome do Senhor Jesus. Nós não vamos ficar calados aqui, não. Vamos glorificar. É isso. Tio Sales, nosso irmão em Cristo também, nosso apoiador. Que Deus abençoe. Microfone é seu, minha querida irmã Sônia, três a quatro minutos, muito obrigada*

A SENHORA SÔNIA – Graça e paz em nome de Jesus Cristo. Amém. Eu quero agradecer a Deputada Mical pelo convite. E quando ela me fez o convite, ela disse você tem cinco minutos para falar sobre oração.” E eu disse: “Meu Deus, como é que eu vou me virar em cinco minutos para dizer tudo sobre oração?” O poder da oração foi o que ela me solicitou. E nós sabemos que este encontro anual aqui é exatamente para comemorar a oração. E a oração, amados, é uma necessidade na vida de todo cristão, mas infelizmente nem todos estão atentos a essa

verdade. A natureza humana não é propensa a oração. Isso é em virtude do senso de autossuficiência. E lá em Efésios, 6:18, diz o seguinte: *Com toda oração e súplica, orando em todo o tempo no Espírito e para isto vigiando com toda perseverança e súplica por todos os Santos.* 1º Timóteo, também, capítulo 2:1, diz: *Admoesto-te, pois, antes de tudo, que se façam deprecações, orações, intercessões e ações de graça por todos os homens.* Amém? Mas afinal de contas, alguém pode perguntar, mas o que é oração? Oração é o clamor a Deus. Oração é uma busca em contato com Deus. Oração é um diálogo, é religar-se com Deus. Isso que é oração. Oração é um momento único entre o ser criado, que somos nós, e o seu criador, que é Deus, que tem se tornado infelizmente, escasso hoje em dia. E eu fico feliz em saber que uma Parlamentar tem se preocupado por este momento quando nós nos conectamos com nosso Deus. Às vezes, estamos até na igreja, às vezes, participamos até de todos os cultos, todas as programações, mas o nosso espírito muitas vezes está longe do Senhor. Às vezes, até cantamos, mas nós não louvamos, até levantamos as mãos, mas não adoramos, damos até glória a Deus, aleluia, às vezes somente de boca para fora. O nosso espírito não está em sintonia com o Espírito de Deus. O nosso culto não passa, às vezes, do forro de uma casa. E eu faço uma pergunta a vocês que estão aqui neste auditório: como tem sido a sua intimidade com Deus? Por que se fala tanto de oração? Por que a gente vê a necessidade de orar, porque se todos nós orássemos todos os dias, a Igreja, a Câmara, o Parlamento seriam muito mais produtivos, seriam muito mais dinâmicos, seriam muito mais fortes. Porque orar é colocar-se nas mãos de Deus para que Ele cumpra a Sua vontade aqui na Terra. Não tente florear sua oração. Conte para Deus o que você está passando, o que você está sentindo. Não tente usar palavras bonitas, não há necessidade disso, que às vezes nem mesmo nós sabemos o significado. Converse com Deus com temor, com sinceridade no coração. Porque a palavra de Deus nos diz que nós não oramos como convém, mas o Espírito entende as nossas orações e as leva juntamente com as nossas lágrimas à presença do criador. Que tempo você tem tirado para orar? Está sem tempo. Seu trabalho não te dá descanso? Ore de madrugada, mas não fique sem esse contato íntimo com Deus, porque a oração é uma arma poderosa, a oração é a chave invisível que abre as portas, a oração é a mais sublime atitude de adoração, a oração é um meio de comunicação mais eficiente para se falar com Deus. Faça isso, tenha esse contato com Deus. Eu quero chamar minha cunhada só para a gente cantar estrofe de um hino que fala sobre oração. Obrigada, minha amada Parlamentar, que você continue fazendo este trabalho de colocar tudo nas mãos de Deus, nas mãos do criador.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA MICAL DAMASCENO - Missionária Sonia, serve do Senhor Jesus. Minha gente, eu quero também dar oportunidade para dar uma saudação a uma pessoa muito especial. Quando eu perdi a minha mãe, aos 16 anos, e ela sempre foi aquela pessoa que me aconselhou, sempre me orientou, eu compartilhei todos os meus problemas na minha vida. Quando eu estava na alegria, eu compartilhava com ela; quando eu estava na tristeza, eu compartilhava; até hoje, tudo da minha vida ela sabe, meu direito e meu avesso. Ela se chama irmã Ana Rosa Everton. Uma salva de palmas para essa serva de Deus. Vem, Ana! Te convidado aqui para você dar uma saudação. Antes que ela chegue, eu quero aqui registrar a presença da irmã Sílvia Helena, pastora Sílvia Helena, da Igreja Batista Nacional Altos do Calhau. Ao nosso irmão querido Gabriel Quirino, que é líder da banda Salmos, Deus abençoe. A pastora Idalina Costa, do Espírito Santo, Secretária de Missões e Secretária da Mulher. Cadê essa mulher, serve de Deus? Fique de pé para a gente dar uma salva de palmas. Deus abençoe ricamente. É uma alegria. É um prazer você estar aqui conosco, minha querida irmã Idalina. Também a pastora Andressa Almeida, Secretária Estadual de Missões da Igreja Quadrangular. Cadê a pastora? Fique de pé. Uma salva de palmas para ela. Deus abençoe. Então, vamos ouvir uma saudação aí de três minutos com a irmã Ana Rosa.

A SENHORA ANA ROSA - Nós cumprimentamos a todos com a gloriosa paz do Senhor Jesus. É um momento de alegria, de felicidade, de estarmos todos aqui reunidos para celebrarmos mais um ano do



Círculo de Oração no Parlamento. Hoje é o III Círculo de Oração no Parlamento. Agradecemos a Deus, que tem usado a Deputada Mical Damasceno, com seu Projeto de Lei, para tornar o círculo de oração patrimônio cultural imaterial do Estado do Maranhão. Quem se alegra com isso? Eu me alegro e dou glória a Deus. Queridos, ouvimos aqui sobre o que é oração, e o Apóstolo Paulo, quando escreveu aos tessalonicenses, disse: “*Orai sem cessar*”. Quando ele disse *orai sem cessar*, é orar em qualquer circunstância: na alegria, na dificuldade, quando você estiver recebendo bênção, quando estiver buscando bênção, em qualquer circunstância. Ore, busque ao Senhor. A fundadora do círculo de oração, Albertina Bezerra Barreto, movida pelo amor, pela situação, pela circunstância da sua filha que estava enferma, convidou as irmãs a orarem, a circularem os céus com as suas orações. Vamos circular os céus com as nossas orações? Foi o convite que ela fez. Eu creio que o céu continua sendo circulado com as nossas orações. O Círculo de Oração é o ministério de interseção. O pastor Pedro do Aldir Damasceno, aprendi com ele, quando ele diz: “Não há o que oração não resolva”. Eu aprendi isso com ele. Aquela oração que você não interrompe, que você não para, mas que você persiste, que você busca, que você insiste, batendo, batendo, batendo na porta, como aquela mulher que batia na porta do juiz. Aquilo significa perseverança, é aí que Deus derrama as bênçãos. Glória a Deus. E eu quero deixar aqui uma palavra para oferecer a todos os presentes, que está escrito na segunda carta de Paulo aos tessalonicenses, capítulo 5, versículo 23, quem quiser abrir sua Bíblia e ler, leia, e é importante aqui a palavra de Deus quando diz: “*E o mesmo Deus de paz vos santifique em tudo, e todo vosso espírito, e alma, e corpo sejam plenamente conservados, irrepreensíveis, para a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo, que é o nosso alvo*”. E que Deus em Cristo nos abençoe. A Deus seja a glória.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA MICAL DAMASCENO – Glória a Deus. Eu convido também, para uma palavra de três minutos, a pastora Márcia, representando a Igreja do Evangelho Quadrangular.

A SENHORA PASTORA MÁRCIA – Boa tarde, é uma honra estar nesta Casa linda e maravilhosa. E, quando eu estava na minha casa, o Senhor falou assim para mim: “Aquele lugar hoje é um lugar sobrenatural.” Glória Deus! E eu quero deixar aqui uma palavra de uma pessoa mais importante das nossas vidas, que é o Senhor Jesus Cristo, e que é o nosso exemplo de oração. E a gente sabe que lá na palavra de Deus, lá em Mateus, a Bíblia fala em Mateus, capítulo 26, versículo 36 ao 46, fala da oração que Jesus fez no Getsêmani. E aquela oração não foi uma oração comum, aquela oração foi uma oração de dor, foi uma oração de súplica, foi uma oração de interseção, quando Jesus falou assim: “Pai, se for possível, faça de mim esse cálice, mas, se não for, que se faça, se se cumpra a tua vontade.” Naquele momento, a minha vitória, a tua vitória, a nossa vitória, estava sendo conquistada. Naquele momento, Jesus estava falando com o Pai, e o pai não deu a resposta para Jesus na primeira oração, não deu a resposta para Jesus na segunda oração, mas na terceira oração o Senhor Pai deu a resposta para o seu filho. E, quando eu vejo essa oração de Jesus Cristo no Getsêmani, queridos e queridas, eu vejo o quanto a oração é importante para as nossas vidas aqui na Terra. Sem orar, não podemos conhecer a Deus; sem oração, não temos a resposta das nossas vitórias. Todas as vezes que nós oramos, o Senhor inclina os ouvidos para ouvir. E ele inclina os ouvidos não somente para ouvir, mas para atender as nossas orações, eu creio! E, por isso, nesta tarde, eu não poderia encerrar esta palavra sem orar. E eu queria convidá-las a ficar de pé, em nome de Jesus.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA MICAL DAMASCENO – Nós vamos aproveitar que vai ter um tempo para oração. E eu quero pedir às nossas irmãs que a gente ore neste momento de joelho. Ouviremos agora o louvor, com a nossa querida cantora Lidiane Martins. Neste momento, ouviremos o louvor com as Adoradoras da Última Hora. Enquanto as irmãs se organizam, eu quero aqui registrar a presença do pastor Jezaías e da missionária Maria. Pastor Jezaías é filho do meu amigo pastor José Gomes. Eu quero registrar também a presença da missionária Sinara Marques, da Assembleia de Deus Jardim Tropical, Deus abençoe. Eu quero registrar a presença da

cantora Inês Pantoja, cadê a cantora? Deus abençoe, cantora. Vamos dar uma salva de palmas para nossa querida cantora. Ela vai também ministrar o louvor. Registrando a presença da nossa querida irmã Fábiana, Vice-Prefeita de João Lisboa, cadê a nossa irmã? Uma salva de palmas para a nossa querida Vice-Prefeita, guerreira, serve de Deus. O meu amigo também, o Vice-Prefeito da cidade João do Paraíso, Renan Castro, salva de palmas para ele, outro guerreiro servo de Deus, do sul do Maranhão. Eu gostaria também de registrar a presença do pastor Erielton, da Igreja Batista do Farol, que é esposo da cantora Renata. Cadê o pastor Erielton? Deus abençoe. E são essas as apresentações. Maravilha! Vamos ouvir agora o louvor com a nossa querida missionária, a cantora Renata Henriques... Essa data, que eu quero aqui pedir para as nossas irmãs dirigentes de Círculo de Oração não deixarem que esta data passe sem ser comemorada. Aí nós passamos anos e anos, toda semana a gente se reúne por meio do Círculo de Oração, aí quando chega a data 6 de março, as irmãs esquecem, aí vão comemorar só o Dia Internacional da Mulher. Aqui, minhas amadas irmãs, vocês já viram a minha questão da forma como eu penso sobre o 8 de março. Mas algumas igrejas têm comemorado, a gente respeita a decisão. Mas essa data, minhas irmãs, é para ser lembrada, minhas irmãs. É muito forte para nós, é uma das colunas da igreja, não é verdade? É o poder de Deus por meio da oração. Com a cantora Renata Henriques. Eu quero aqui dar uma palavra de 2 minutos ao nosso querido pastor Gabina, ele também está representando o Dr. Gabriel, nosso amigo que é da Defensoria Pública. Então, uma palavra de 2 minutos, com nosso querido pastor Gabina. E, logo em seguida, a cantora Inês Pantoja.

O SENHOR PASTOR GABINA – Pronto. Eu saúdo a todos e a todas com a doce maravilhosa paz do Senhor Jesus Cristo. É com muita alegria que nós agradecemos o convite da Deputada Mical Damasceno, que sempre tem honrado a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, fazendo o convite. E, com essa parceria e em nome do Dr. Gabriel Furtado, aqui estamos representando esta instituição. Como pastor, eu quero dizer a vocês que vocês estão de parabéns. Todas as mulheres, que Deus continue abençoando cada uma na doce e maravilhosa graça do Senhor Jesus Cristo. Deixo I Timoteo, capítulo 2, versículo 1;2: *Antes de tudo recomendo que façam súplicas, orações, interseções e ações de graças por todos os homens, pelos reis e por todos que exercem autoridade, para que tenhamos uma vida tranquila, pacífica, com toda piedade e dignidade*. Nós estamos cumprindo hoje nesse terceiro círculo de oração parlamentar. Quantos podem da Glória! Obrigado, Deputada.

A SENHORA PRESIDENTE DEPUTADA MICAL DAMASCENO – Ouviremos uma saudação, com a nossa querida missionária Balbina, da Assembleia de Deus Monte Horebe. Agora acertamos, missionária. Queremos convidar a cantora Inês Pantoja, para sentar conosco.

A SENHORA BALBINA – Cumprimento a todos com a paz do Senhor. É momento de muita alegria. Estou muito feliz, primeira vez que participamos deste evento. A nossa parlamentar está de parabéns, que a senhora continue desse jeito, ainda melhor para o Senhor. Vamos orar por ela, para que este trabalho venha a ser bênção, como está sendo. Que muitas pessoas ainda vão chegar a este lugar, e eu creio, para a glória do nome do Senhor, e aqui vai ser um lugar onde vai ser pregada a palavra de Deus, e aqueles que vêm ouvir, visitar este lugar vão se converter! E o nome do Senhor vai ser glorificado mais uma vez neste lugar! Parabéns, em nome de Jesus.

A SENHORA PRESIDENTE DEPUTADA MICAL DAMASCENO – Obrigada, missionária Balbina, glória a Deus! Ouviremos agora a cantora Inês Pantoja. Vamos ouvir uma saudação, de 2 minutos, com a nossa pastora Silvia. Quem está feliz? Aleluia!

A SENHORA SÍLVIA – Quero cumprimentá-los nesta tarde, com a graça e a paz do Senhor Jesus, amém, e agradecer a nossa querida irmã e Deputada Mical Damasceno, que o Senhor tem confiado uma obra extraordinária. E celebrar esta data e estar aqui com esse propósito, que é orar, que é clamar, que é invocar o nome do Senhor, que é o poderoso legislador, não tem preço. Aleluia! Eu quero compartilhar com a amada Igreja, porque este não é outro lugar, mas é a porta do céu, você já sentiu a presença de Deus nesse lugar? Glória a Deus! Verdadeiramente,



o Senhor está aqui. Eu já pude sentir a sua presença, chorar, adorar, porque Ele é digno do nosso louvor e da nossa adoração, amém? Há um cântico que diz o seguinte: que a melhor oração é amar, (canta louvor). Aleluia! Glória Deus! Eu quero registrar a minha palavra, por meio da palavra do nosso Deus, que está registrada em Isaías 55, versículo 6, quando o Senhor diz para nós, para mim e para você: *Buscai ao Senhor enquanto se pode achar, invocai-o enquanto está perto*. Amém? Quais são as implicações nesta busca? Quais são as implicações para buscar ao Senhor? Implica que nós somos pecadores, redimidos, mas pecadores. Aleluia! Somos pecadores, amados, e Ele é Santo. E diante da Sua santidade, diante da Sua grandeza, diante da Sua beleza, diante do Seu poder, o que me cabe, o que te cabe? É nos arrepender. O que nos cabe é aproveitar a oportunidade, porque há um uma expressão que nos dá a ideia de que há uma validade no tempo, diz enquanto se pode achar. Então, chegará um tempo em que alguém vai clamar, e o Senhor não ouvirá. O Senhor não estará, os sinais nos mostram que Jesus está às portas a sua Igreja será levada da terra, (falando em línguas). É essa a Tua esperança, eu aguardo a volta do meu Senhor. Então, o arrependimento nos leva para um caminho de mudança, um caminho de transformação, aleluia, invocai-o enquanto ele está perto. Amém! Aleluia. Quando buscamos ao Senhor, nossa atitude deve ser de fé, nossa atitude deve ser de confiança nossa atitude deve ser de adoração nossa atitude deve ser de louvor, reconhecendo quem Ele é e quem nós somos. Aleluia! Bendito é o Senhor, Ele tem poder para perdoar os nossos pecados. E Jesus nos deixou esta palavra para que saibais que o filho do homem tem na Terra poder para perdoar os pecados. Que Glória é este momento, que Glória é esse dia que Glória é esta oportunidade, onde nesta Casa, se invoca, se busca um Senhor das nossas vidas. Aleluia! O Salmo 45-18 diz: perto está o Senhor de todos os que o invocam, amém! Que o Senhor esteja perto de ti. Que o Senhor responda à tua oração. Obrigada! Deus abençoe!

A SENHORA PRESIDENTE DEPUTADA MICAL DAMASCENO - Deus abençoe, obrigada, Pastora Sílvia! Neste momento, nós ouviremos a palavra com a nossa querida irmã Alzenira Linhares. Ela que vai ministrar ao Senhor Jesus falando sobre a oração, nestes dez minutos.

A SENHORA ALZENIRA LINHARES – Canta. Paz do Senhor. Tudo bem com vocês? A voz não está muito boa resultado do retiro, mas é uma honra estar aqui com os irmãos, pela primeira vez, a convite da nossa irmã e Deputada Mical Damasceno, que o Senhor abençoe poderosamente e use, neste tempo, para glória em nome Dele. É um prazer estar aqui com as irmãs, uma grande satisfação vendo as pessoas queridas, que está aqui Missionária Fernanda Vaz de Jesus, minha amiga Ligilda cantora, que Deus abençoe a todos! É uma honra estar com os irmãos. E falar de oração é falar da nossa vida com Deus. E eu quero compartilhar com os irmãos um texto que se encontra em Filipenses 4- 6, estava falando para a Pastora ali da Quadrangular e disse: Vocês já falaram tudo e eu vou falar o quê? Filipenses 4, 6, Amém! “Não estejais inquietos por coisa alguma, antes as vossas petições sejam em tudo conhecidas diante de Deus pela oração e súplicas, com ação de graças”. (Faz oração). Queridos, oração, nós sabemos que orar é o combustível que impulsiona o servo de Deus a permanecer firme. Só que nós sabemos que já foi falado aqui que a oração diálogo, com Deus é uma conversa e a Bíblia vai nos mostrar em Salmos 4: 3, que o Senhor separou para si aquele que é piedoso. O Senhor ouve quando eu clamo. A oração é um grande privilégio, a Bíblia diz em Hebreus que é um dos versículos mais lindos da Bíblia que nos fala da acessibilidade do nosso Deus. E ele mesmo o escrito aos Hebreus vai dizer isso. Ele nos dá aqui uma abertura que, às vezes, nós não temos a dimensão do que é essa abertura, quando ele diz: Chegemos, pois, com confiança diante do trono da graça. E quando eu leio esse versículo, eu me lembro de Ester, quando Ester mesmo debaixo de pena capital, Ester se levantou para interceder diante do Rei. Só que antes de Ester se levantar. Estela vai passar 3 dias em jejum e oração. Porque existe batalhas na nossa vida. Que o nosso status social não vai resolver, a nossa graduação não resolve, o nosso poder monetário não resolve. Mas para aquele que tem acesso ao Pai, para aquele que

conhece o caminho da oração, eu costumo dizer que não há porta fechada. E é isso que o escritor Hebreus está dizendo; cheguem com confiança. Esther, quando ela passa três dias em jejum e oração, Esther levanta diferente, porque quando a gente entra na presença Dele não dá para permanecer do mesmo jeito, independente da adversidade, que nós estamos vivenciando quando a gente chama Ele para nossa peleja, Ele entra e a vitória é garantida, quando a gente chama Ele, aleluia. Oração é isso irmãos. Nós podíamos passar a noite aqui usando os vernáculos do português, dizendo que é oração, mas eu vi nesta tarde na simplicidade te dizer aquilo que a Bíblia já está dizendo; oração é você se achegar a um Pai que te ama, oração é você se achegar a um Deus que peleja por ti, um Deus que te ouve, um Deus que se inclina para ouvir o que você fala. isso é oração. Existem tantas distrações para nós não orarmos e algumas semanas atrás, eu estava orando pela madrugada lá na minha sala e o Senhor falou algo comigo muito forte. Ele diz o seguinte: A gente faz congresso, a gente faz conferência, isso não é errado. Isso é bom! Mas os nossos pais e isso não é saudosíssimo não, porque a Bíblia diz que Jesus é o mesmo ontem, hoje e eternamente. Os nossos pais, antigamente, mesmo na sua simplicidade, eles oravam, quando chegava no culto cantava fermento oração havia batismo com Espírito Santo, havia renovo, havia graça de Deus. Oração, irmãos, além de conversa é intimidade com Ele, é você desejar a presença D’Ele, é não barganhar com Ele, isso é oração, irmãos! E nós precisamos voltar para o secreto foi cantado aqui o poder da mulher que ora, a mulher que ora, a mulher que tem vida com Deus é diferente. Escute, eu vou falar, a mulher que tem vida com Deus, irmãos, ela não anda desesperada, porque a Bíblia diz que quando Ester passa três dias, Ester levanta e ela não levanta cabisbaixa, porque a oração te impulsiona. Aleluia. A Bíblia diz que Ester levanta e coloca as vestes de rainha. Quando Ester se levantou daquela oração Ester estava dizendo: Eu estou pronta para o combate, porque mulher que ora quando ela ora ela está dizendo: Eu já coloquei a minha confiança Naquele que não perde batalha. E a Bíblia diz em Salmos 24: Que o Nazareno é valente na guerra; quando Ele entra Ele entra a vencedor. Aleluia. Quando ela levanta ela vai para diante do Rei, e a Bíblia vai dizer: Que o Rei estende o Cetro para Ester. Este Cetro sinaliza misericórdia. Ester merecia a morte, mas, naquele momento, porque ela orou, porque ela confiou em Deus, ela não confiou na sua posição de rainha, ela colocou a sua confiança em Deus. É por isso que a Bíblia vai dizer: não andeis inquietos por coisa alguma. Qual é o mal do século? Ansiedade. Qual é o mal do século? Depressão, mas eu vim te dizer: A Bíblia continua sendo a Bíblia, porque, primeiro, de Pedro capítulo 5 versículos 7 vai dizer o seguinte: “lançando sobre ele toda vossa ansiedade, porque ele tem cuidado de voz o nosso desta mudança, e o acesso continua o mesmo, o céu está aberto neste lugar. E ele está dizendo é tempo de voltarmos para o secreto. Eu costumo dizer a irmão, se o mar se abre quando o povo clama. Oh! Aleluia! É a Bíblia que diz, a Bíblia diz o seguinte: Tiago vai dizer Tiago 5,16 - muito podem ser os efeitos na oração de um? De um, de um, aqui tem mais de um, aqui tem mais dois e nós não somos justificados pelas nossas obras. A Bíblia vai dizer aleluia em romanos capítulo oito: - quem tentará a acusação contra os escolhidos de Deus se é ele quem justifica, nós somos justificados por ele. Em vinte e três tem uma mensagem nesta noite, nesta tarde, aliás, é tempo de nós voltarmos orar. É tempo de nós deixarmos um pouquinho as redes sociais, é o tempo de nós deixarmos as ostentações, é tempo de nós voltarmos para Mateus seis, seis – entra no teu quarto fecha a porta, orai em secreto, por quê? Porque se cultua, porque Deus está sinalizando para nós nos levantarmos para orar. Porque quando a gente levanta para ela o cenário vai mudar. A minha Bíblia vai dizer que Ana era estéril e Ana queria resolver na força do braço, Ana queria resolver do seu jeito, mas no dia que Ana entendeu que a batalha dela não era na força da língua, não, Ana desceu para o secreto, rasgou sua alma diante do Senhor dos Exércitos. Oh, meus irmãos. Nosso problema, olhe para mim, é que nós estamos orando querendo barganhar com Ele. Olhe para mim, quando tudo vai bem a gente às vezes esquece, e é uma luta. E a gente, quando o cerco aperta, a gente vai recorrer a Ele. A oração não é isso. Ele nos livra? Livra, mas a oração não é somente para Ele nos livrar, oração é porque desejamos a presença d’Ele. É porque



queremos ter intimidade mais com Ele. Oração é relacionamento, oração é totalidade. Tem gente que acha que porque ora uma hora, meia hora. Não, a Bíblia diz, é a Bíblia que diz que Deus se deixa ser achado é por aquele que se entrega na totalidade. Jeremias 29:13 está escrito: *Buscar-me-eis e me achareis, quando me buscardes de tudo o vosso coração.* É tempo de nós rasgarmos o nosso coração e voltar para a presença, é para a presença dele. Estou falando aqui: orar quando? É todo o tempo. É quando a porta está aberta, a gente ora, a gente parece que não conhece o poder que nós temos, mas a Bíblia nos ensina. Nós queremos ficar autossuficientes, olhe para mim, mas o Senhor está dizendo: dependa de mim porque eu faço por ti aquilo que ninguém pode fazer. Orai em todo tempo, orai sem cessar. Persevera em oração, e oração é dever. Jesus vai dizer em Lucas 18, oração é dever. Hoje, eu estou com vontade de orar, eu vou orar; hoje eu estou sem vontade, eu não vou orar. Não, é orando em todo o tempo. É orando em todo o tempo. E outra coisa, oração não é somente para Círculo de Oração, oração é para crente salvo que quer morar no céu. Oração é para quem deseja viver com Ele, oração é para quem deseja vivenciar milagre. Ei, não há cadeia que não se quebre, quando uma mulher, quando um homem de Deus se levanta para orar. Eu te provo na Bíblia, a Bíblia diz Mateus, capítulo 15, versículo 21: tinha uma mulher que foi ao encontro de Jesus, porque a sua filha estava miseravelmente endemoniada, mas aquela mulher recorreu àquele que tem a palavra de ordem, ela insistiu, ela persistiu. E Jesus disse para aquela mulher: Ó, mulher, grande a tua fé, vá e seja feito conforme tu desejas. A Bíblia diz que quando ela chegou em casa o demônio havia batido em retirada, porque quem ora tem autoridade. Levanta a tua mão, Círculo de Oração. Nesta tarde, receba a autoridade, tu vais chegar na tua casa e vai dizer (faz oração) Hoje estamos Muitos estão deixando de orar por medo de retaliação. Muitos estão recuando. Estão dizendo eu não vou mais orar porque eu já tenho orado dez anos, vinte anos, trinta anos e nada aconteceu, mas eu vim te dizer nesta tarde continuo orando porque fiel é aquele que fez a promessa e ele vai cumprir ora, ora mais uma vez, por que este lugar vai estar sendo marcado por milagre, eu estou liberando uma palavra nesta tarde abre a tua boca e ora, ora pelo Maranhão ora pelas autoridades ora tira o egoísmo da tua boca e começa a interceder. Sabe por que não teve morte não teve aniquilamento dos judeus porque tinha uma intercessora não somente uma rainha, tinha uma intercessora no palácio. Posso fazer algo?

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA MICAL DAMASCENO – Pode sim.

A SENHORA ALZENIRA LINHARES - Tem mulher de oração aqui? Agora, eu pergunto que é intercessora aqui? Se tem intercessora, por que é que o nosso estado ainda vive uma miséria muito grande? A nossa oração é para isso. Quem tem autoridade irmãos é a Igreja. Eu te provo na Bíblia, Atos dos Apóstolos capítulo 12, a Bíblia diz que Pedro foi preso, mas a Igreja fazia contínua oração a Pedro e perto da meia noite o anjo desceu na prisão, abriu as cadeias e Pedro saiu livre. Fica de pé comigo. (falando em línguas) Fique de pé comigo. É uma convocação nesta tarde. Oração é guerra. Oração é batalha, mas a gente não vai deixar de orar pode se levantar o príncipe da peça que for maior aquele está conosco, porque aquele que está no mundo. Sabe por que eu gosto dessa música? Temer por quê? Eu estou guardada, por um Deus que não perde. Sabe por que eu te levantei nesta tarde para você orar? Porque cadeias de medo vão cair por terra neste lugar. Cadeias de opressão vai bater em retirada. E Deus desta tarde vai estar restaurando a tua identidade e a tua autoridade, identidade de filha, autoridade de mulher de Deus, de mulher que ora, de mulher que tem chave, aleluia e a chave é a oração. Escute e eu encerro agora de verdade. Nós estamos nos tornando egoístas. A gente ora pela nossa família, pela nossa parentela e acabou. Oração vai além. Estes que estão aqui precisam de oração. A Bíblia diz para nós orarmos pelas autoridades porque aquilo que tu não podes resolver Deus resolve. Deus convoca sua noiva para voltar a orar porque nesta tarde ele quer abrir as prisões, ele quer libertar os encarcerados. E a pergunta que eu vos faço nesta tarde ele pode contar com você? Cadê a tua autoridade. Irmã eu estou com medo, ei quem está contigo é mais forte, quem está contigo mais forte, quem está

contigo mais forte, quem está contigo é mais forte. O nome dele é ...

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA MICAL DAMASCENO – Pastora, eu gostaria, neste momento, que a senhora orasse pelas autoridades, pelo Governador Carlos Brandão, pelos Deputados, por esta Casa, pelos servidores desta Casa. E eu quero aqui mencionar o nome aqui do nosso amigo senhor Bráulio Martins, que é Diretor da Mesa desta Casa; Aristeia Machado, a Chefe do Cerimonial, como todas as pessoas que trabalham com ela, que ajudam nesse trabalho. Porque todo esse momento, para que possa acontecer, a Aristeia está à frente, o doutor Bráulio está à frente, a senhora Sumika, que é Subdiretora da Mesa, também, todos ajudam, o senhor Bandeira, que está aqui. Todos estão aqui na nossa retaguarda, e os assessores do Plenário. A todos que Deus abençoe. A senhora apresenta aqui toda esta Casa como também o Governo do Estado e também do Brasil, o Presidente da República, todas as autoridades para a glória do Senhor Jesus.

A SENHORA ALZENIRA LINHARES (faz oração).

A SENHORA PRESIDENTE DEPUTADA MICAL DAMASCENO – Eita maravilha! Glória a Jesus! Glória a Jesus! Eu quero aqui convidar todas as irmãs que estão presentes aqui que são dirigentes do Círculo de Oração para ficar aqui à frente dessa tribuna, irmã Marcelina e todas nossas irmãs. Eu quero aqui pedir uma oração, uma interseção pela vida do meu pai, pastor Pedro Aldir Damasceno. Eu quero que nossas irmãs, dê o microfone para elas, para nossas irmãs orarem juntas em uma só oração, uma oração de dois minutos pela vida do meu pai. Enquanto pastor Pedro Aldir Damasceno, não sei se é do conhecimento de todas, meu pai sofreu AVC e, com uma semana depois, também teve trombose, então tudo uma coisa em cima da outra. E nós temos passado por situações, mas Deus tem ouvido as nossas orações. E quero aqui testemunhar para as nossas irmãs, que nós estávamos no início lá em Teresina, na recepção do hospital orando, mas, Deus só veio tratar, fazer o milagre por completo quando, depois, outras pessoas começaram a participar da oração e nós começamos a interceder não só pelo nosso pai, mas por outros paciente que estavam lá, e que seus familiares participaram do círculo de oração naquele momento. E Deus começou a fazer o milagre tanto na vida do meu pai como daquelas pessoas que nós estávamos apresentando em oração. Esse é o nosso Deus. Eu quero aqui registrar a presença do Pastor Paixão, da área 87, e da dirigente do Círculo de Oração irmã Raimunda. Venha caminhando para cá, irmã Raimunda. Eu não sei se a nossa querida irmã Cleidiana, que é conselheira tutelar, ainda está aqui. Já, foi. O irmão Mandela também, da área 57, registra a presença. As nossas irmãs dirigentes, cadê? A irmã Barcelina, fique aqui em frente. Cadê as outras irmãs dirigentes de Círculo de Oração? Podem ficar aqui na frente, e vamos o fazer essa oração aqui de dois minutos pela vida do meu pai, pastor Pedro Aldir Damasceno, e assim de muitos irmãos que estão doentes neste momento e que precisam ser curados. A irmã Mocinha pode também descer, e se for possível vamos fazer só para a gente lembrar a história que as irmãs fiquem aí bem juntinhas que dê para fazer um círculo. É muito interessante. Só as irmãs dirigentes de Círculo de Oração. Nós vamos ficar de pé, e as irmãs dirigentes façam um círculo. Eu quero agradecer ao pastor Moisés Louzeiro, que ele trouxe uma caravana do Maiobão. Uma salva de palmas para o nosso pastor Louzeiro. Mais forte. E, assim, a todos os irmãos que estavam à frente, trazendo caravanas para participar aqui deste momento lindo, desta Sessão Solene, a terceira edição. Obrigada, minhas amadas irmãs. Vamos dar uma salva de palmas para as nossas irmãs dirigentes de Círculo de Oração, essas mulheres guerreiras, porque não é fácil estar à frente de um trabalho tão árduo como é o trabalho do Círculo de Oração. E eu quero, antes da minha fala, dar oportunidade a nossa querida pastora Érica fazer uma oração me apresentando. As irmãs fiquem como estão. A pastora Érica é da Assembleia de Deus Madureira. Me apresentando em oração para eu dar uma fala a respeito aqui deste momento maravilhoso.

A SENHORA PASTORA ÉRICA - Cumprimento a todos e a todas, com a paz do Senhor. Louvo a Deus pela vida da Deputada Mical Damasceno e por este lindo projeto. Meu coração está muito feliz nesta



tarde, primeira vez nesse lugar. Vamos orar (faz oração).

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA MICAL DAMASCENO - Aqui, a presença da missionária Lourdes, esposa do Pastor Lima, da área 9. Deus abençoe. Muito feliz aqui com a presença de todos os amados. Minhas irmãs, é uma alegria, uma satisfação de ver aqui, mais uma vez, esse Plenário cheio de mulheres de Deus, homens também, presença ali do pastor Edivan, que também está nos dando essa honra. Eu não tenho palavras para me expressar diante desta graça que Deus tem nos dispensado, mas vocês sabem que eu sempre digo que nós viemos aqui não é algo de cunho político, mas é algo para adorar e glorificar o nome do Senhor Jesus, para dizer que aqui no Estado do Maranhão existem mulheres que oram, mulheres perseverantes, mulheres que têm recebido resposta mediante a oração. E isto eu me baseio em Jeremias capítulo 33:3, que me diz assim: “Clama a mim e responder-te-ei e anunciar-te-ei coisas grandes e firmes que não sabes.” E eu quero aqui cumprimentar todas minhas amadas. Aqui registrando a presença, cumprimentando a todas as dirigente em nome da nossa querida irmã Marcelina, assim, eu cumprimento todas as dirigentes. Em nome de todos os pastores que fazem parte aqui da capital, eu cumprimento a todos os pastores em nome do Pastor Melque. Cumprimento aqui a Mesa Diretora, a Mesa Diretora, não, a Mesa, cumprimentando, iniciando com a Pastora Érica, Pastora Silvia, a cantora Inês, a missionária Jarildes, a missionária Balbina, a nossa querida irmã Maria dos Prazeres, a missionária Alzenira, a pregadora, serva de Deus, a pastora Márcia, da igreja do Evangelho Quadrangular, e, assim, aos nossos irmãos e irmãs. Sejam todos contemplados. Que o poder de Deus e a glória do Senhor Jesus possam estar cada vez mais na vida de cada um. Hoje, mais uma vez, erguemos nossas vozes aqui em gratidão ao Deus todo poderoso pela honra e alegria de celebrarmos a 3ª edição do Círculo de Oração no Parlamento. Que oportunidade maravilhosa, minhas amada, de nós estarmos aqui. Porque antes nós não tínhamos esta oportunidade, doutora Luciana, serva de Deus, que sempre está aqui conosco. Esta não é apenas uma data em nosso calendário, é um marco de fé, perseverança e de mover de Deus em nossas vidas. Agradeço aqui a nossa Presidente Iracema Vale, que tem demonstrado sensibilidade e respeito ao evangelho, apoiando iniciativas que fortalecem a fé e a comunhão entre os cristãos. E agradeço, acima de tudo, a cada um de vocês aqui presentes, pois é na união que encontramos força. É nessa união, é na oração que encontramos resposta, e é na fé que seguimos firmes celebrando este legado maravilhoso, memorável que é o Círculo de Oração. Minhas irmãs e meus queridos irmãos, com a graça de Deus, retornamos a esta Casa Parlamentar para testemunhar a fidelidade do Senhor e celebrar os 83 anos do Círculo de Oração. É uma data nacional para a glória do Senhor. E ao olharmos para essa trajetória, não podemos esquecer das mulheres que foram instrumentos de Deus, nas mãos de Deus, para que esse movimento florescesse cada dia mais. Mulheres como Celina Albuquerque, como a irmã Maria de Nazaré, como a irmã Albertina Bezerra Barreto, cujas vidas foram exemplos de fé inabalável e dedicação no Reino de Deus. Cadê as mulheres de hoje? Elas estão aqui. E vamos levantar as mãos. O trabalho continua do Círculo de Oração. Vamos seguir firmes. Remontemos à história, minhas queridas irmãs. Em 2 de junho de 1911, a Celina, juntamente com a irmã Maria de Nazaré, convictas da promessa do Batismo no Espírito Santo, abriram as portas de suas casas para reuniões de oração. Ali, um pequeno grupo começou a buscar intensamente a presença de Deus, e essa chama não se apagou, essa chama não se apagou. Essa chama está aqui para a glória do Senhor. Mas só em 6 de março de 1942 que o Círculo de Oração foi oficialmente instituído por meio da irmã Albertina Bezerra Barreto, Membro da Assembleia de Deus na Congregação do Bairro Casa Amarela, em Recife. A irmã Albertina enfrentava uma das maiores provações de sua vida, a sua filha, a Zuleide, nasceu com deficiência que a impedia de falar e andar. Os médicos foram categóricos: a menina não viveria – disseram - não viveria além dos 8 anos. Mas quem tem fé... Quem tem fé aí? Mas quem tem fé... Quem aqui é resposta de oração levante as mãos? Quem tem fé não se rende ao impossível. Movida pelo Espírito Santo, a irmã Albertina convocou um grupo de irmãs para orarem juntas em favor da vida da menina e, assim, no dia 6

de março de 1942, aconteceu o primeiro encontro de Círculo de Oração para a glória do Senhor. Ela não recebeu a resposta imediatamente, mas não desistiram. Semanas após semanas, as nossas irmãs, das 9h às 16h, e hoje a gente vê muita pressa de muitas irmãs, não querem orar nem uma hora, e as irmãs se reuniram naquela época, das 9h da manhã até as 16h, para glorificar o nome do Senhor. Dobravam os seus joelhos em súplica, até que um milagre aconteceu. A criança começou a andar e articular suas primeiras palavras. A partir dessa experiência extraordinária, aquele pequeno grupo se tornou um movimento que atravessou décadas e nações, alcançando milhões de vida. E hoje, 13 de março de 2025, que não deu para nós comemorarmos no dia 6 porque foi aquela semana da folia. Na Assembleia Legislativa, nós estamos aqui comemorando, celebrando a grandiosidade desse legado de oração e milagres para a glória do Senhor Jesus. A mulher que ora é uma mulher fortalecida. Ela não depende das circunstâncias, mas da presença de Deus. Quando uma mulher dobra os seus joelhos, o inverno treme e o céu se move ao seu favor. A oração é a chave que abre as portas e desfaz cadeias. Que possamos seguir o exemplo da irmã Albertina e de tantas outras mulheres que, de joelho, mudaram a história. Que o Senhor nos fortaleça e nos ensine a perseverar, a perseverar em oração. Glória a Deus. A Deus seja a glória. Eu quero que as nossas irmãs, as cantoras fiquem aqui de pé. Depois do encerramento, elas vão continuar aqui louvando ao Senhor Jesus. Convido as nossas irmãs para nós todas ficarmos ali na rampa para nós tirarmos uma foto. Nós vamos esperar todas as irmãs para a gente fazer bonito para a glória do Senhor, porque essa foto vai ser espalhada nos quatro cantos do Maranhão. Enquanto as irmãs estão louvando, vamos sair para a rampa e vamos tirar uma foto. Depois nós vamos adentrar porque tem um *coffee break* para todos nós, porque nós merecemos também comer, porque o saco vazio não permanece de pé. Amém.

SESSÃO SOLENE REALIZADA DIA 13 DE MARÇO DE 2025
ÀS 11h30.

MESA:

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA
ANDREIA REZENDE

O SENHOR SECRETÁRIO SEBASTIÃO MADEIRA (Chefe da Casa Civil)

O SENHOR SECRETÁRIO THIAGO FERNANDES

O SENHOR DR. DIEGO JOSÉ DE ARAÚJO BRITO (Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia Regional do Maranhão)

O SENHOR DR. NATALINO SALGADO (Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia Regional do Maranhão)

A SENHORA JOYCE SANTOS LAGES (Superintendente do Hospital Universitário da UFMA)

A SENHORA JOILCE DE JESUS FONSECA DINIZ (Idealizadora do canal Conexão Renal)

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA ANDREIA MARTINS REZENDE - Em nome do povo e invocando a proteção de Deus e à luz do Divino Espírito Santo, declaro aberta a Sessão Solene convocada por meio do Requerimento n.º 51/2025, de autoria desta Deputada em homenagem ao Dia Mundial do Rim. Convido, para compor a Mesa, o Senhor Sebastião Madeira, Secretário de Estado, Chefe da Casa Civil, neste ato representando o Governador Carlos Brandão. Convido o Senhor Tiago Fernandes, Secretário de Estado da Saúde. Convido o Dr. Diego José de Araújo Brito, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Regional Maranhão. Convido, com muita honra, para compor esta Mesa, o Dr. Natalino Salgado, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Regional Maranhão, e ex-Reitor da UFMA. Convido, para compor a Mesa, a Senhora Joyce Santos Lages, Superintendente do Hospital Universitário da UFMA. Convido, para compor a Mesa, a Senhora Joilce de Jesus Fonseca Diniz, paciente renal, ativista, idealizadora do canal Conexão Renal. Gostaria de registrar carinhosamente a presença dos colegas Fernando Braide,



Leandro Bello, nossa Presidente da Comissão de Saúde, Deputada Cláudia Coutinho, o meu querido amigo Deputado Kekê Teixeira, a Deputada Fabiana Vilar e o Deputado Florêncio Neto. A todos vocês o meu agradecimento e o meu muito obrigada pela solidariedade em relação a esta Casa. Gostaria de registrar também a presença da doutora Marineia Vale, membro da mesa diretora do CRM Maranhão, neste ato representando o Conselho Regional de Medicina. Gostaria de registrar a presença da doutora Janeide Alves, médica-coordenadora da Nefropediatria do Hospital Universitário UFMA. Gostaria de registrar a presença do senhor professor Chocolate, diretor de projetos especiais da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFMA. Gostaria de registrar, com muito carinho, a presença do ex-Deputado Estadual Stênio Rezende, no caso meu marido. Neste momento, eu queria pedir que a Deputada Cláudia Coutinho assumisse, temporariamente, a Presidência para que eu possa fazer a minha fala.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA CLÁUDIA COUTINHO - Concedo a palavra à Deputada Andreia Martins Rezende, que fará uso. E quero também aqui parabenizá-la por esta Sessão Solene, Deputada.

A SENHORA DEPUTADA ANDREIA MARTINS REZENDE - Um bom dia a todos. É um prazer muito grande para esta Casa estar recebendo todos vocês, a importância tanto desta Sociedade Brasileira de Nefrologia Seção Maranhão, como a importância que cada um de vocês tem na vida individual dos pacientes que se tratam todos os dias. Quero cumprimentar toda esta Mesa, na pessoa da Presidente Deputada Cláudia Coutinho. Estendo esse cumprimento a todos os meus colegas que aqui estão e que com certeza são solidários nessa luta com a gente. Hoje estamos aqui para celebrar o Dia Mundial do Rim, um momento de reflexão e conscientização sobre a importância vital desse nosso órgão. Infelizmente, a doença renal se manifesta de forma silenciosa e pode afetar pessoas de todas as idades e condições. É neste momento que um dia como este se faz necessário, porque é preciso convocarmos a sociedade a todo esse trabalho de prevenção, que passa por uma alimentação adequada, que passa pela prática de atividade física, que passa pela realização de exames periódicos. Haja vista o lema da sociedade brasileira deste ano que fala sobre a necessidade de fazermos o exame de creatinina, é importante sabermos que a descoberta precoce do tratamento dessas doenças dá um tratamento mais eficaz e seguro. Precisamos conhecer não só a importância de cuidar de nossos rins, mas de cuidar de toda nossa saúde. Que possamos compartilhar conhecimento, incentivar a prevenção e principalmente apoiar aqueles que enfrentam os desafios diários de uma doença renal. E, aproveitando o ensejo da data, nós temos que falar do transplante, um tema que transforma vidas. Em meio aos desafios diários, minha querida amiga Joilce, que os pacientes renais crônicos sofrem, o transplante emerge como uma esperança, proporcionando uma vida com mais qualidade e possibilidades. Durante anos, os pacientes que passam pela diálise têm a sua vida social e profissional cheia de limitações, e o transplante surge, nesse contexto, como uma virada de página, como recomeço, que vai muito além do tratamento cirúrgico em si, mas que simboliza o resgate da autonomia, permitindo que os beneficiários dessa terapia tenham a possibilidade de viver plenamente. E é nesse momento que reconhecemos o papel essencial de vocês, profissionais de saúde, que, com dedicação, com conhecimento, acompanham cada etapa desse processo, garantindo que o transplante ocorra com segurança e excelência. Igualmente importante é homenagearmos o altruísmo dos doadores de órgãos e de suas famílias, cuja generosidade vem não apenas salvando vida, mas também trazendo esperança para todos nós. Este momento nos convida a refletir sobre a importância da conscientização e da prevenção, é também o momento de incentivo à doação de órgãos. Cada gesto de apoio e cada informação compartilhada pode contribuir para aumentar as taxas de transplantes e transformar o destino de muitas pessoas que aguardam por uma nova chance de viver. Meus amigos, fui procurada pela Joilce, que é minha amiga pessoal, pelo Dr. Natalino Salgado e pelo Dr. Flávio Barros, que eu estou vendo ali sentadinho, e me conclamaram a criar um Projeto de Lei que estimulasse ainda mais as campanhas de prevenção no Estado do Maranhão. E eu fiz o Projeto

de Lei, que foi o Projeto de Lei n.º 107/2025, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa e que, até ontem, Dr. Natalino Salgado, prezado Sebastião Madeira, ainda não era lei. Mas eu fiz uma Mensagem para o Governador, sensibilizei o Governador a respeito da causa, falei da importância do dia de hoje e da importância da presença de cada um de vocês aqui hoje, e ele sancionou o Projeto. Então, a partir de agora, nós temos uma Lei que institui a Semana Estadual do Rim, do Combate à Insuficiência Renal Crônica e do Paciente Transportado. Essa semana será justamente a segunda semana do mês de março, em que também se insere o Dia Mundial do Rim. Nós esperamos assim promover a prevenção, promover o diagnóstico, incentivar a doação de órgãos e melhorar muito mais a comunicação de vocês, nefrologistas, com o paciente, para que a gente consiga evitar muitos e muitos casos dessa doença. Uma doença que já afeta 10% da população, isso é um número muito grande. Uma doença que pode ser prevenida na grande maioria dela. Então, é o nosso trabalho, meus amigos, Deputado Fernando Braide, é o nosso trabalho, Deputada Fabiana Vilar, como Parlamentares, compartilhar a informação, trazermos à tona essa problemática e, principalmente, desmistificar a questão da doação de órgãos. Terminei agradecendo ao Doutor Natalino Salgado. Doutor Natalino, me perdoe, que eu vou agora testemunhar um pouco da sua idade. Doutor Natalino, que já era um ícone quando eu ainda fazia faculdade de Odontologia, que é um ícone no tratamento da doença renal crônica, que é um entusiasta do transplante aqui no nosso Maranhão. Doutor Natalino, ao senhor, meu muito obrigada. Meu muito obrigada ao paciente com deficiência, que também preciso cuidar muito bem do meu rim e sei da importância do seu trabalho e de todos os outros médicos que aqui estão. Quero também agradecer a um médico, que eu conheço muito, mas não de convívio. Eu conheço muito pelo olhar da Joilce, a minha amiga Joilce, que é Doutor Flávio Barros. Esse médico, que eu conheço como competente, como generoso, como humano e como amigo dos seus pacientes, a quem eu peço uma salva de palmas. Encerro dizendo: que este Dia Mundial do Rim inspire mudanças positivas em nossas vidas e na vida de todos ao nosso redor. Agradeço a presença de todos que aqui estão. Realmente, é um orgulho, para mim, estar hoje aqui promovendo esta Sessão Solene e comandando esta Sessão Solene, presidindo. Peço a todos vocês e a todo o povo do Maranhão que esteja ouvindo ou que, porventura, ainda vá ouvir esta mensagem que empreendam o compromisso em fazer a diferença na vida de todos aqueles que precisam desse milagre da medicina. Que a esperança e a solidariedade continuem guiando os nossos passos rumo a um futuro mais saudável para todos. O meu muito obrigada.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA CLÁUDIA COUTINHO - Agora eu devolvo a Presidência à Deputada Andreia Martins Rezende, autora do Requerimento de realização desta Sessão Solene. Quero parabenizá-la por conscientizar acerca de educação e saúde, hoje, neste dia tão importante, 13 de março, o Dia da Saúde do Rim. E quero aqui também dizer que, como enfermeira, sei da importância desse órgão Tanto como a hipertensão e a diabetes, ele tem que ter um olhar diferenciado, e a prevenção ainda é o melhor remédio. Muito obrigada.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA ANDREIA MARTINS REZENDE - Concedo a palavra ao Dr. Diego José de Araújo Brito, Presidente da Associação Brasileira de Nefrologia Regional do Maranhão.

O SENHOR DR. DIEGO JOSÉ DE ARAÚJO BRITO – Bom dia a todos. Exma. Deputada Andreia Rezende, Secretário Sebastião Madeira, Secretário Tiago e demais membros da Mesa. Dra. Joyce, Superintendente do Hospital Universitário; Professor Natalino Salgado Filho, nefrologista, médico, Ex-Reitor da Universidade, professor de medicina da Universidade Federal do Maranhão, entre tantos outros atributos que já foram listados; e Joilse, paciente renal, que tem levantado a bandeira dos pacientes renais, uma ativista que traz uma discussão muito importante para a sociedade. Demais gestores de saúde, demais Deputados aqui presentes, colegas médicos, profissionais de saúde, pacientes renais e familiares, senhoras e senhores presentes nesta Sessão Solene. É com grande honra e senso de responsabilidade que me

dirijo a esta Casa Legislativa no Dia Mundial do Rim em 2025. Essa data, que foi criada em 2006 pela Sociedade Internacional de Nefrologia e pela Fundação Internacional das Associações do Rim, tem o objetivo de conscientizar sobre a doença renal crônica, promovendo prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado. Neste momento histórico, reunimos profissionais de saúde, pacientes, familiares e gestores para debater estratégias que impactam diretamente na vida da população maranhense. A doença renal crônica, como já foi falado, é um grave problema de saúde pública, estima-se que cerca de 10% da população mundial tem algum grau de disfunção renal. Se trouxermos esses números para a população maranhense, seriam cerca de 700 mil maranhenses com algum grau de doença renal. Muitos pacientes só descobrem a doença em estágio avançado, necessitando de diálise de urgência. Esse atraso no diagnóstico gera superlotação hospitalar e reduz a qualidade de vida dos pacientes, além de impactar financeiramente o sistema de saúde. Os custos com terapia renal substitutiva são muito elevados, representando uma carga significativa para o Sistema Único de Saúde com bilhões investidos anualmente. Diante deste cenário, precisamos garantir que a saúde renal seja tratada como prioridade. Atenção primária em saúde tem um papel fundamental na identificação precoce dessa doença. Capacitar os profissionais da atenção básica é essencial, pois a simples dosagem da creatinina e a inclusão da taxa de filtração glomerular nos exames de rotina poderiam antecipar diagnósticos e evitar progressões graves. Esse é um passo básico e acessível para salvar muitas vidas. A criação de uma linha de cuidado estruturada para a doença renal crônica é imprescindível. Pacientes diagnosticados com alterações renais devem ter acesso a exames complementares, orientação nutricional, controle da pressão, controle do diabetes, além do encaminhamento para especialistas quando necessário. A falta dessa estrutura contribui para o avanço da doença, tornando o tratamento muito complexo e oneroso. A sociedade também precisa ser conscientizada sobre os fatores de risco. Campanhas educativas em escolas, locais de trabalhos, comunidades, são fundamentais para que as pessoas reconheçam sinais iniciais e busquem atendimento antes que a doença atinja os estágios avançados. Precisamos fomentar a educação em saúde e combater a desinformação, que, muitas vezes, impede adoção de medidas preventivas que são simples, mas muito eficazes. A assistência aos pacientes dialíticos também merece atenção. Hemodiálise é uma realidade para muitos maranhenses, e a ampliação dos centros de diálise é uma necessidade urgente. No entanto, mais do que abrir novas unidades, precisamos garantir que essas estruturas forneçam um atendimento integral, e aqui a gente faz um parêntese para parabenizar a iniciativa recente do Governo do Estado, na abertura de mais um novo centro de diálise no Estado do Maranhão, proporcionando tratamento para mais pacientes. Isso significa garantir acesso a cirurgias para a confecção de excesso vascular, tratamento adequado para o distúrbio mineral ósseo, fornecimento das medicações para tratamento da anemia, hiperfosfatemia, hiperparatireoidismo secundário, e encaminhamento para a fila do transplante renal. A diálise peritonial é um capítulo que tem muito preocupado a comunidade nefrológica maranhense, é uma modalidade frequentemente negligenciada, que precisa ser resgatada como uma opção viável para muitos pacientes, especialmente as crianças. Esse tratamento domiciliar melhora a qualidade de vida e reduz a necessidade de deslocamento para centros de hemodiálise, algo que é especialmente relevante no nosso Estado, extremamente grande do ponto de vista territorial e que ainda apresenta algumas dificuldades na infraestrutura de transporte. Peço a este Parlamento o apoio para fortalecer essa modalidade de tratamento e garantir que ela seja acessível a quem mais precisa dela. Um outro ponto que a gente precisa destacar é a nefropediatria. O número de crianças necessitando de terapia renal substitutiva cresce a cada ano, mas o atendimento especializado ainda é muito restrito. Muitas famílias enfrentam dificuldades imensas para garantir o tratamento necessário aos seus filhos, precisando, muitas vezes, deixar suas cidades e suas rotinas para buscar assistência. Precisamos descentralizar esses serviços e ampliar o suporte às famílias, garantindo que nenhuma criança fique sem um tratamento adequado. Hoje, no

Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, nós temos 23 crianças em diálise; dessas 23, só 2 são moradoras de São Luís, a origem é São Luís. Todas as outras 21 são provenientes de municípios do interior do Estado do Maranhão. Não podemos esquecer dos grupos sociais historicamente marginalizados, como os povos indígenas e os remanescentes de quilombo, que enfrentam barreiras ainda maiores no acesso à saúde. Muitas vezes, vivem em áreas remotas, com serviços médicos limitados, o que retarda o diagnóstico e dificulta o tratamento. Um levantamento realizado no Dia Mundial do Rim no ano de 2024, por pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão, do serviço de Nefrologia do Hospital Universitário, identificou que 26% de uma comunidade quilombola em Alcântara apresentaram filtração glomerular reduzida, ou seja, muito superior à estimativa de 10% da população, sendo que um paciente já precisou iniciar diálise em curto período. Precisamos de políticas direcionadas para atender essas populações vulneráveis e garantir a equidade do acesso à saúde. A Sociedade Brasileira de Nefrologia Regional do Maranhão se coloca à disposição para contribuir com a construção das políticas que sejam eficazes para melhorar a saúde renal em nosso Estado. Reunimos cerca de 90 médicos nefrologistas atuando em diversas regiões do Maranhão e estamos comprometidos em fortalecer a rede de atendimento. Aproveito aqui a oportunidade também para prestar as homenagens aos profissionais de saúde cujo trabalho, incansável, é essencial para os avanços que buscamos. Nossa gratidão em especial à Secretaria Estadual de Saúde, na figura do Deputado Tiago, como já citei, pela expansão dos serviços de diálise no interior do Estado, e também à Central Estadual de Transplante, aqui na figura do Coordenador Iago, que tem trabalhado de forma primorosa para aumentar o número de captações de órgãos no nosso Estado, possibilitando o transplante renal para mais pacientes. Também a nossa homenagem ao Hospital Universitário da UFMA, que – além de ser um centro formador de recursos humanos importante para o nosso Estado, que possibilitou a abertura de novos centros, com a formação de profissionais especializados – é referência no atendimento na assistência nefrológica no Maranhão. Destacamos aqui também, mais uma vez, o legado do nosso professor, o Professor Natalino Salgado Filho, pioneiro da nefrologia no Maranhão, responsável pela primeira sessão de diálise, lá em 1978, com rim de aço, e por também ter criado a Central de Transplantes no Estado, possibilitando a realização do 1º transplante renal há exatos 25 anos. Estamos comemorando 25 anos também do 1º transplante de rim no Estado do Maranhão. Professor Salgado, que é um respeitado intelectual, que integra diversas Academias de Medicina e de Letras pelo país. Por fim, quero me dirigir aos familiares e aos pacientes renais. Sei que a jornada de vocês não é fácil. Cada sessão de diálise, cada consulta, cada exame é uma batalha, para não dizer uma tortura. Mas vocês não estão sozinhos, a luta de vocês é a luta de toda família nefrológica. Precisamos garantir um tratamento digno e humanizado, que respeite suas necessidades e ofereça esperança de uma vida melhor. Em nome da Sociedade Brasileira de Nefrologia Regional Maranhão, apresento três pedidos que consideramos estratégicos para transformar a realidade da saúde renal no nosso Estado. Primeiro, ampliar o acesso à triagem da doença renal na atenção primária, priorizando pacientes de risco com a dosagem de um exame que muitas pessoas ainda não sabem que existe, mas ele existe, é um exame supersimples, barato, disponível no SUS, que é a creatinina. E precisamos também popularizar medidas para facilitar o acesso a esse teste. Este ano, a Sociedade Brasileira de Nefrologia disponibilizou 10 mil testes de creatinina para ser realizado num aparelho como este. É um aparelho simples, parecido um aparelho de glicemia capilar, que eu trouxe no meu bolso e que, se a gente tivesse a disponibilidade de disseminar esse equipamento nas unidades básicas de saúde, o paciente, em 30 segundos, ele poderia ter o resultado da creatinina. Bastaria um sangue na ponta do dedo, a máquina dá o resultado em 30 segundos e a taxa de filtração glomerular. A gente precisa utilizar métodos, metodologias que possam facilitar o acesso do paciente ao diagnóstico. Infelizmente, a realidade hoje é: paciente precisa marcar uma consulta, vai a uma consulta, o médico pede o exame, paciente vai marcar o exame, paciente vai executar o exame,



paciente volta para buscar o exame, paciente marca o retorno, paciente não consegue. Ele se perde nessa linha do tempo. Então, a gente precisa ter uma capacidade de poder diminuir esse tempo, essa peregrinação dos pacientes, e já temos metodologias que podem favorecer isso. Pedimos também que os laboratórios do Estado divulguem a taxa de infiltração glomerular nos resultados de creatinina, alertando para que valores abaixo de 60 sejam acionados, e os pacientes possam ser alertados para procurar uma avaliação especializada. Isso não traz custo nenhum ao laboratório, as fórmulas existem, eles podem lançar no próprio sistema do laboratório. O resultado está impresso abaixo do resultado da creatinina, isso facilita muito o diagnóstico dos pacientes. Alguns laboratórios no Estado já fornecem isso, mas não são todos. E, por fim, resgatar a diálise peritonial. Precisamos ressuscitar a diálise peritonial no Estado do Maranhão. Muitos pacientes, eles têm indicação, sem falar as crianças, que a primeira indicação para peritonial são os pacientes pediátricos, mas infelizmente a gente não tem a disponibilidade desse tratamento. Os últimos pacientes, pelo menos aqui na capital, do SUS, eles tiveram, foram comunicados, precisaram migrar para a hemodiálise, porque as poucas empresas, ou só duas empresas que trabalham, uma delas não tem mais interesse de fazer a entrega dos insumos no Maranhão e, infelizmente, os pacientes, eles estão sendo obrigados a mudar para a hemodiálise, porque não temos mais os insumos para continuar com o tratamento. Por fim, encerro minhas palavras aproveitando o verso de um dos nossos grandes poetas maranhenses, Ferreira Gullar, em que ele disse que *o sonho encheu a noite, extravasou para o meu dia, encheu minha vida e é dele que eu vou viver; porque o sonho não morre*. Então, o que nós desejamos: que o nosso sonho de uma nefrologia melhor e acessível aos nossos pacientes se transforme muito em breve em uma realidade. Muito obrigado.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA ANDREIA MARTINS REZENDE – Concedo a palavra à Senhora Joilce de Jesus Fonseca Muniz, paciente renal, ativista, idealizadora e criadora do Canal Conexão Renal e uma exímia cantora, para quem não sabe.

A SENHORA JOILCE DE JESUS FONSECA MUNIZ – Bom dia a todos! Quero cumprimentar toda a Mesa e agradecer pela oportunidade. Bom, eu me chamo Joilce Diniz, sou paciente renal crônica, há 13 anos em diálise, sou administradora, idealizadora e criadora do canal Conexão Renal no Instagram. Prezados Deputados, familiares, amigos e profissionais da saúde. Hoje, no Dia Mundial do Rim, reunimo-nos para refletir sobre a importância vital dos nossos rins e para compartilhar experiências que fortalecem nossa jornada de convivência com a doença renal crônica. Ser diagnosticado com doença renal crônica é um desafio que impacta profundamente nossas vidas e nossas famílias. No entanto, é fundamental lembrar que não estamos sozinhos nessa caminhada. A participação ativa no tratamento, o autocuidado e o apoio mútuo são essenciais para manter a nossa qualidade de vida. O tema deste ano, “Seus rins estão ok?”, enfatiza a importância de estarmos informados sobre a saúde dos nossos rins. Neste Dia Mundial do Rim, reforçamos a importância da conscientização e da educação sobre a doença renal. Ao compartilharmos nossas histórias e apoiarmos uns aos outros, construímos uma rede de suporte que nos fortalece e nos inspira a viver melhor. Para mim, é uma honra poder compartilhar de um assunto tão importante por meio do meu canal, levando informação. Hoje o nosso principal desafio é o conhecimento da sociedade sobre a doença renal e a doação de órgãos. Representar os pacientes hoje aqui nesta solenidade é motivo de alegria e gratidão, pois política pública bem construída salva vidas, e nós, pacientes, precisamos ser ouvidos. Hoje estamos aqui para celebrar conquistas, mas também para lembrar desafios. Quero agradecer à SBN que está nos dando um apoio muito importante no nosso Estado, está na luta conosco, os pacientes. Meus agradecimentos à Deputada Andrea Martins Rezende, por abraçar e apoiar a nossa causa, e assim esperamos dos demais Deputados que têm o poder de transformar a nossa realidade. Pedimos que priorizem a nefrologia, que a agenda da saúde do nosso Estado cuide da saúde dos seus pacientes, cuide dos futuros... Desculpa, estou nervosa. Enfim,

pedimos que priorize mais os nefrologistas na agenda da saúde do nosso Estado, porque um Estado que cuida da sua saúde cuida do seu futuro. Por fim, agradeço a todos. Obrigada. Obrigada à Deputada, mais uma vez. Eu estou muito feliz de poder estar aqui, fugindo aqui um pouco do meu discurso, porque um dia a senhora me mandou uma mensagem pedindo-me para ir ao seu gabinete, e ali nós sentamos e a gente conversou sobre tantas coisas, sobre tantas dificuldades que os pacientes renais enfrentam, principalmente aqueles que são dos interiores. Muito obrigada, porque ali eu entendi e vi que a senhora se interessou, abraçou a nossa causa. E eu tenho certeza de que, através desta Casa, junto com outros Deputados, ainda vamos ter muitas conquistas. Obrigada.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA ANDREIA MARTINS REZENDE – Concedo a palavra ao Doutor Natalino Salgado Filho, Ex-Reitor da UFMA e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia Regional Maranhão.

O SENHOR DR. NATALINO SALGADO – Quero dar meu boa-tarde a todos os presentes. E fazer a saudação inicial a nossa Deputada Andreia Martins Rezende, que gentilmente nos atendeu e prontamente agendou neste dia esta solenidade tão especial, esta Sessão Solene, para que nós pudéssemos aqui debater, discutir e colocar como propriedade a problemática da doença renal. Meus agradecimentos, Deputada, que preside também esta Sessão. Estendendo também o agradecimento a um amigo que também foi aluno da nossa universidade, do Hospital Universitário, Ex-Deputado Stênio Rezende, o meu abraço. Quero estender também meu agradecimento à Deputada Andreia, que também avançou nessa proposta de abraçar esta causa e com o Projeto de Lei que estende numa semana esse debate profícuo em defesa daqueles que mais precisam da nossa atenção e das políticas públicas em saúde, que são os pacientes da doença renal crônica. Cumprimentar o nosso Secretário de gabinete civil do Estado, que é o nosso Sebastião Madeira, colega, amigo também de profissão e que tem uma certa similaridade com a nefrologia, porque ele também se especializou no aparelho urinário, mas, algum tempo atrás, ele foi cirurgião urológico. Já faz tempo, não é, Sebastião? Quero cumprimentar também o Tiago Fernandes, que é Secretário de Saúde do Estado do Maranhão, muito presente e muito colaborativo, e sempre está o seu cargo à disposição, a secretaria, para essas discussões. Quero cumprimentar também a Joilce Diniz, pela sua disponibilidade de abraçar, ter a liderança, discutir e defender seus colegas, os pacientes que fazem hemodiálise, e essa política pública em relação, que a gente possa visualizar dias melhores para o paciente renal crônico, meus parabéns! Cumprimentar meu amigo Diretor clínico do Hospital Universitário, Professor hoje da Universidade, que, com muito orgulho, me substituiu na disciplina de nefrologia, depois que eu militei tantos anos na universidade, Doutor Diego Araújo Brito. Também meu abraço à Doutora Joyce Santos Lages, hoje Superintendente do Hospital Universitário. Cumprimentar também o Iago, que está aqui presente, que é o Diretor da Central de Captação de Órgãos do Estado do Maranhão e vem desempenhando um excelente trabalho. Quero cumprimentar também todos aqui que estão representando entidades médicas, como o CRM, a nossa colega Professora Marinéia. Abraçar meus colegas médicos nefrologistas, muitos que estão aqui foram meus alunos, muito me honra ver a capacidade e o profissionalismo com que vocês estão abraçando essa especialidade pela qual nós temos muito carinho. E um abraço especial aos outros profissionais da saúde e aos pacientes renais que vieram aqui nos prestigiar e estão ombreados nessa luta política de valorização dessa enfermidade tão presente aí na população em geral. Eu quero dizer, Deputada Andreia, que a o Brasil tem uma liderança mundial nesse objetivo de difusão da doença renal no Dia Mundial. E tem conseguido. Na atual diretoria, é muito presente essa capilaridade no nosso país, que tem dimensões continentais, e que precisa chegar até os rincões desse Brasil a ideia de que nós precisamos ter uma atenção melhor à doença renal crônica. Uma doença que está muito prevalente, o Diego discorreu aqui, mas nós temos hoje, no mundo, se aproximar, 850 milhões de pessoas que são acometidas de doença renal. E, no nosso país, essa prevalência tende a aumentar. Nós temos 10% da população, mas, se nós formos olhar a população de alto



risco, isso passa de 30%. E, com as doenças mais prevalentes, que já foram citadas aqui – que é a hipertensão, a diabetes, a obesidade –, e a longevidade da população mundial, só tende a crescer. Então, todas essas políticas e atenção que nós temos dado, é como se nós estivéssemos enxugando gelo. Então, ela precisa ser mais agressiva e precisa, entendeu, aperfeiçoar o que está sendo feito. Nós temos que reconhecer que nós somos um dos poucos países do mundo que tem um Sistema Único de Saúde, que completa agora 35 anos, este ano. Porque ele foi criado na Lei Orgânica da Saúde, Lei n.º 8.080/1990, mas se consagrou e se colocou em prática junto com a Constituição Federal de 88. De lá para cá, nós tivemos avanços fantásticos, de programa do sistema de saúde que atende à população, desde a urgência médica, atenção primária, Programa de Saúde da Família. Mas a nossa esperança maior agora, que se vislumbra, é que o Ministério da Saúde, e aí os Estados precisam ter uma participação ativa, e o que vislumbra é colocar em prática a atenção especializada em todos os níveis, mantendo uma hierarquização do sistema de saúde para humanizar o atendimento, e não quebrar as caminhadas dos nossos pacientes do diagnóstico até o tratamento especializado pelo nefrologista. E isso é possível com políticas públicas. Hoje, o Ministério da Saúde recebe o maior contingente de verba pública para atender, e está na Constituição que é um direito do cidadão, não só a educação, mas também a saúde. Eu completei, este ano, 51 anos como médico, como formado na Universidade Federal. Mas, quando eu resolvi e escolhi a profissão de médico, foi como uma opção de vida. Depois, a de professor, uma exigência da difusão do conhecimento para formar gerações e mudar a vida das pessoas. Mas a nefrologia é a maior inspiração da minha vida como profissão. Eu cheguei aqui em 1978, com o relato do Diego, nós conseguimos trazer o primeiro rim artificial e fazer a primeira hemodiálise. Não tinha técnico, não tinha enfermeiro, não tinha cirurgião vascular, mas nós conseguimos iniciar esse procedimento que salva vidas hoje. No ano de 1997, aliás já em 1980, eu, já como médico do Ministério da Saúde no Hospital Dutra, eu fundei a primeira residência médica no Maranhão, eu tive que fazer residência e ir para o Rio de Janeiro, mas eu precisava dar a oportunidade para os maranhenses. E foi o Hospital Dutra, que era do antigo Inamps, Sebastião, em 80, nós implantamos a primeira residência médica. Mas em 82 nós estávamos fundando, eu fui o fundador e primeiro Presidente da Regional do Maranhão, que eu consegui homologar no Congresso em 82, lá em Guarapari, com a presença de uns grandes fisiologistas e nefrologistas, inclusive o Barry Brenner, que estava visitando o Brasil pela primeira vez. Mas, em 1997, já como Diretor do Hospital Universitário, no ano de 2000, nós já estávamos montando o Laboratório de Biologia Molecular, descompatibilidade de genoma, e nós estávamos já inaugurando a primeira central de captação de órgão no Hospital Universitário do Estado do Maranhão. E, no dia 18 de março, agora, nós estamos completando 25 anos do primeiro transplante renal no Estado do Maranhão, doador vivo. Isso foi então no ano de 2000. Todos os senhores tão convidados para uma solenidade no Hospital Dutra, no auditório, organizado pela nossa Superintendente, em que nós vamos homenagear aqueles que participaram desse primeiro transplante no Estado do Maranhão, foi o transplante renal. De lá para cá, o Hospital Universitário, que saiu de um hospital que era de média complexidade, e ele puxou, para o serviço público, a inteligência da medicina do Estado do Maranhão e soergueu a referência na alta complexidade. E hoje, visualizando o transplante, o quanto cresceu, nós já atingimos a casa dos 800 transplantes de rim. O hospital hoje tem uma equipe maravilhosa, técnica, capacitada, dedicada, humanística. E já começamos transplante de fígado, muitos estão aqui, e aí estamos progredindo. Em breve, o hospital vai anunciar o 1º transplante de medula. Isso só se faz com parceria, com colaboração de muitas secretarias, municipal, estadual, governo. Então, ao longo dessa trajetória, nós não perdemos a capacidade de sonhar. A nefrologia, nossos pacientes renais, a terapia renal substitutiva, ela precisa de luta, como a Joice, como a liderança jovem do Diego, da sociedade, em consonância com o Poder Público, com representação do Estado, municipal, federal. Ontem mesmo, a sociedade brasileira, a nível

nacional, estava debatendo, no Congresso Nacional, a viabilidade dessa terapia, que pode comprometer a vida de muitos pacientes, que é o financiamento, que é a isenção de insumos, que a maioria desses produtos são importados. Então, a luta não é só para o bom atendimento, mas também no financiamento, porque nós temos pacientes que estão na fila da diálise, do diagnóstico, e nós não conseguimos fazer. Nós só temos 155 mil pessoas fazendo hemodiálise, mais do que isso já morreram no meio do caminho e não fizeram diagnóstico. E temos 36 mil pacientes na fila para fazer o transplante. Então, o problema é grave, é sério. E este momento, André, que nós nos regozijamos muito para esse momento, é justamente para estarmos ombreados nessa luta, porque nós estamos cuidando de vida, das pessoas, e nossa missão na terra é trabalhar pelo princípio, aquilo que aquele maior que nos permite tudo isso pregou quando habitou nesta Terra. Que Deus continue nos iluminando e que continuemos nessa luta para poder continuar valorizando a nossa profissão e a capacidade de fazer o bem e cuidar das pessoas. Muito obrigado.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA ANDREIA MARTINS REZENDE – Eu queria agradecer a presença também, que não foi citado ainda, do querido Deputado Catolé Júnior. E queria pedir licença para vocês, para agradecer uma presença que, para mim, é muito especial, que é a do meu filho, Heitor, acadêmico de medicina. Foi aluno do Doutor Diego e está aqui também como fruto dessa esperança, Doutor Natalino, que a gente ainda tem na humanidade, na sociedade, para todos nós alcançarmos essa vida plena que Deus nos prometeu. Vamos ouvir a palavra do querido Doutor Sebastião Madeira, Chefe da Casa Civil, neste ato representando o Governador Carlos Brandão.

O SENHOR SEBASTIÃO MADEIRA – Muito boa tarde a todas, a todos! Eu quero iniciar parabenizando a Deputada Andreia, por trazer luz e visibilidade para as doenças renais, especialmente para a insuficiência renal crônica, que só quem não tem alguém na família que sofre desse problema não sabe o sacrifício, não sabe o sofrimento dessas pessoas. Como nem todo mundo aqui é nefrologista, eu acho que poucos são, e como eu sou urologista, queria começar falando sobre o rim. Já vi uma frase, umas vezes, que disse que Deus foi tão sábio, que deu um coração para o ser humano, mas deu dois rins. Por quê? Todo o sangue de uma pessoa, a cada 5 minutos, ele é filtrado pelos dois rins. Como uma hora tem 60 minutos, em uma hora, o nosso sangue é filtrado 12 vezes e, nas 24 horas, 288 vezes, porque o rim, cada rim, tem 1 milhão de néfrons, que é a unidade de filtração do rim. Os dois rins têm 2 milhões de néfrons, e está provado: a necessidade mesmo é 1/4 disso aí, 500 mil néfrons. Mas, como a pessoa vai viver 50, 60, 100, meu pai já tem 99, está caminhando para os 100. O organismo, a natureza, já deu reserva para, ao longo da vida, um aglomerado nefrite ou qualquer outra doença renal que vá desativando uma parte dos néfrons, sempre tem reserva suficiente, tanto que a pessoa pode até doar um rim, que ainda vai viver em toda a sua plenitude. Quando esse processo de filtração é comprometido, o organismo começa a acumular substâncias que são nocivas, que, se não forem eliminadas, vai envenenando o organismo. É a ureia, é a creatinina, é o potássio. É tanto que os pacientes que têm insuficiência renal e não são tratados ou não passam por essa filtração artificial, eles terminam morrendo de parada cardíaca, pelo excesso de potássio no sangue, que não foi retirado pelos rins. Então, feito esse introito inicial sobre a função do rim, eu quero fazer também um breve histórico, já que eu estou representando aqui o Governador Carlos Brandão e seu governo. Há dez anos, quando Flávio Dino assumiu o governo do Maranhão, só fazia hemodiálise pelo Estado em São Luís e Presidente Dutra, que foi instalado pelo Governador Jackson Lago. Imperatriz, fazia pelo município, que a saúde era plena e já tinha, não sei se alguma outra cidade há dez anos já tinha também. Caxias tem há mais de dez anos. Então, era São Luís, pelo Estado, e Presidente Dutra pelo Estado; Imperatriz, pelo município e Caxias pelo município. Apenas quatro polos do Estado. Vocês imaginem uma pessoa em Alto Parnaíba, daqui a 1.200 km, com insuficiência renal: ou se mudava para Imperatriz, para Caxias ou para São Luís ou morria em pouco tempo. No Governo Flávio Dino, ele avançou de poucas máquinas e desses quatro



centros para 279 máquinas de hemodiálise e 1779 pacientes sendo assistidos. E isso nos 7 anos e 3 meses do governo Flávio. Governador Brandão, em 3 anos – 2022 (9 meses), 2023 e 2024 –, está chegando a 3.579 pessoas atendidas, o dobro ou um pouco mais, e 562 máquinas, um pouco mais do dobro de máquinas, num esforço gigantesco. E quero dar o crédito aqui, dividir o crédito do Governador Brandão com seu Secretário que está aqui; uma salva de palmas para ele, Dr. Tiago. Eu vejo às vezes, quanto são injustas as pessoas. Nós estamos com um problema na MA-014, eu vejo os vídeos, o povo esculhambando Brandão. Por quê? A estrada que liga o Nordeste com o Pará colapsou uma ponte, que é do Dnit, e todo o trânsito foi desviado para a MA-014, que é uma estrada estadual em uma região pantanosa e que não está dando conta mesmo. Eu vi uma moça, uma senhora, com sarcasmo, com ironia, disse: “Maranhão não tem saúde, não tem isso, não tem aquilo.” Eu vejo o quanto é injusto, que, só para atender aos pacientes renais em 3 anos, mais de que dobrou o número de máquinas e mais de que dobrou o gasto do Governo do Estado para acudir essas pessoas. Então o Governador Brandão tem o que mostrar. Seu antecessor, o Flávio Dino, avançou muito também, e ainda precisa de mais investimentos, porque a hemodiálise é paliativa, só para a pessoa continuar viva, o definitivo mesmo é o transplante, em que, por enquanto, ainda estamos engatinhando. Parece que no ano passado só foram feitos 10. Quantos? 62. Então já está melhor do que eu pensei. Mas tem quase 300 pessoas na fila, aguardando transplante, 209. Então, é preciso avançar muito, é preciso ter mais investimento. E, quando se ilumina essa questão, mérito da Deputada Andreia e dos nefrologistas, Doutor Flavio, que levaram a ela o problema. Então, quando se ilumina essa questão, é um caminho para a solução. Inclusive, eu quero destacar também que a Deputada Andreia entrou com um Projeto de Lei, que foi aprovado por esta Assembleia, criando a Semana Estadual do Rim. Foi sancionado, Deputada Andreia, ontem à noite, pelo Governador. Ele fez aquela assinatura virtual, porque ele está em São Paulo, mas já foi sancionado. Então, as coisas avançam dessa maneira, elevando o conhecimento da população, fazendo com que as pessoas saibam, até para não cometerem injustiça, como eu vi aquela moça dizendo que no Maranhão não tem saúde. Eu estive, há poucos dias, na Emserh com o Marcelo Duailibe, que faz um excepcional serviço, que a Emserh tem grande parte da saúde do Maranhão na palma da mão, e está lá: só a Emserh administra 2.500 leitos de hospital no Maranhão. Então, o Governo faz um esforço grande pela saúde. É tanto que, no passado, a meca da saúde do Maranhão era Teresina, e hoje não é mais, é o próprio Maranhão. Quando eu exercia a urologia, um dia, eu atendi um caminhoneiro que estava passando na Belém - Brasília e teve uma cólica renal, que é uma dor muito grande. Parou, deixou o caminhão lá na pista e foi lá, fez uma consulta comigo. Eu passei os remédios para passar a dor, alguma orientação, beber muita água, e disse: “Quando senhor chegar em Belém, o senhor entregue seu caminhão para a transportadora e procure um urologista”, e ele disse: “Conversa, doutor, eu vou é para Teresina!”. De Belém! Então, nós invertemos, porque hoje o Maranhão tem assistência médica, pode não ser ainda o ideal, mas avançou muito, e Governador Brandão tem feito investimentos vultosos, a bancada federal do Maranhão tem colocado muitos recursos também para o Maranhão, para os mutirões, para cirurgias de toda ordem, para ajudar o povo maranhense. Portanto, em nome do Governador Brandão, Deputada Andreia, eu agradeço a sua iniciativa; em nome do governo Brandão, nós agradecemos o esforço, a dedicação, o trabalho dos 90 nefrologistas que trabalham em todo o Maranhão e de todas as equipes, porque o médico não trabalha sozinho, ele tem toda uma estrutura de apoio, os enfermeiros e enfermeiras, os profissionais de enfermagem, os outros médicos, endocrinologistas, que tratam da diabetes, os oftalmologista, que trata das retinopatias, que vêm também por causa disso. E aqui, filho do Doutor Delmar, como é teu nome? O Alex. Doutor Delmar é um nefrologista, eu acho que iniciou aí com o doutor... foi contigo, não foi, que o Delmar começou trabalhando? Doutor Delmar, eu estudei com ele em Codó, fazendo o ginásio, e ele chegava primeiro de que eu e guardava logo meu lugar junto com ele, não deixava ninguém se sentar junto. Então, depois eu fui para Imperatriz, ele veio para cá e não nos encontramos mais. Eu

acho que uma única vez. Mas é um amigo, quero você leve um abraço para o Doutor Delmar, viu, Doutor Alex? E o Doutor Flávio, que foi colega do meu filho, também médico oftalmologista, em Araguaína, que eles fizeram o curso de medicina no Itepac, que moravam na mesma quitinete. E, depois, foram contemporâneos em São Paulo, quando ele fazia Residência de Oftalmologia e o Doutor Flávio fazia Residência de Nefrologia. Portanto, um abraço em todos em nome do Governador Carlos Brandão.

A SENHORA PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADA ANDREIA MARTINS REZENDE – Meus amigos, o que eu posso dizer é que eu estou deveras satisfeita com este evento, com esta solenidade que todos nós fizemos aqui hoje. A importância do rim na nossa vida, a importância de cuidarmos da saúde, a importância que vocês, como nefrologistas, têm na vida dos pacientes em que a doença já está instalada. E a importância em conseguirmos compartilhar com toda a sociedade a desmistificação da questão da doação de órgãos. Porque acho que foi o Doutor Madeira que disse ou Doutor Natalino: a diálise é apenas uma possibilidade de continuar mantendo a vida. O que realmente salva é o transplante, e o que salva mais ainda é a prevenção, para que a gente não chegue nessa etapa de precisar da diálise e do transplante. Agradeço demais a vocês e quero dizer que esta Casa está ombreada com vocês nefrologistas do Maranhão e com todos as outras pessoas que compartilham também dessa campanha, dessa bandeira. Estamos ombreados e queremos sim, junto com vocês, fazer mais e mais para que a gente possa diminuir esses números e para que a gente possa dar mais qualidade de vida àqueles pacientes já acometidos. Muito obrigada a todos, Doutor Natalino, o Tiago, Doutor Madeira, Doutor Diego, Doutora Joice, e o meu muito obrigada Joice, essa guerreira que está também na fila do transplante, a gente tem muita esperança de que ela consiga. Um abraço a todos vocês, fiquem todos com Deus. E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Solene.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGURIDADE SOCIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO

PARECER Nº 001/2025

RELATÓRIO:

Trata-se da análise de mérito do **Projeto de Lei Ordinária nº 534/2024**, de autoria do Órgão do Ministério Público do Estado do Maranhão, que autoriza o Ministério Público do Maranhão, por meio da Procuradoria-Geral da Justiça, a se filiar ao Colégio de Diretores de Escola e Centros de Estudo e aperfeiçoamento Funcional a realizar contribuições associativas para a entidade, e dá outras providências.

A exigência de autorização legislativa para a filiação do Ministério Público do Maranhão ao Colégio de Diretores de Escola e Centros de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP decorre diretamente do princípio da **legalidade administrativa**, que estabelece que a Administração Pública só pode atuar conforme previsão expressa em lei.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade (**Parecer nº 025/2025**), nos termos regimentais, vem agora a propositura de Lei Ordinária a esta Comissão Técnica Pertinente para que seja emitido o parecer quanto ao mérito, nos termos do Regimento Interno.

Em suma, o presente projeto de lei visa autorizar o Ministério Público do Estado do Maranhão, por meio da Procuradoria-Geral da Justiça, a se filiar ao colégio de Diretores de Escola e Centros de Estudo e aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil-CDEMP, e a realizar contribuições associativas para a entidade.

Ademais, fica ratificada a participação do Ministério Público do Maranhão, na qualidade de associado, no Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil-CDEMP, bem como as contribuições realizadas para essa finalidade, nos últimos **5 (cinco) anos**, até a data de publicação desta Lei.

Registra a Exposição de Motivos que acompanha a propositura de lei que a medida ora proposta visa propor a filiação e o pagamento



de contribuição associativa, tendo em vista que se vislumbrou a necessidade de lei ordinária autorizativa. Ocorre que, no âmbito do processo administrativo instaurado com essa finalidade, foi emitida, pelo MPMA, consulta ao **Tribunal de Contas do Estado do Maranhão-TCE/MA**, que no uso de suas competências constitucionais e legais, se manifestou pela necessidade de lei específica autorizando a nossa filiação à referida associação (cf. **Relatório de Instrução nº 73/2022/LIDER3-NUFIS I, voto do Relator e da Decisão PL TCE nº 97/2022, anexas**).

Portanto, o **Projeto de Lei nº 534/2024**, tem por objetivo conferir segurança jurídica à participação do Ministério Público do Maranhão no CDEMP, evitando questionamentos sobre a legalidade dos pagamentos associativos e garantindo o cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Outrossim, o **Colégio de Diretores de Escola e Centros de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil – CDMP**, é uma associação civil de âmbito nacional, sem fins econômicos, que congrega as Escolas e os Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil, a qual foi criada no ano de **1997**, que visa estabelecer maior intercâmbio científico entre os Ministérios Públicos de todo o Brasil (**art. 1º, Regimento Interno do CDEMP**), ou seja, prestigiando especialmente os princípios institucionais do **Ministério Público da unidade e da indivisibilidade**.

Dessa forma, a participação do Ministério Público do Maranhão no CDEMP não é uma mera opção administrativa, mas sim uma medida estratégica de fortalecimento institucional. O **Colégio de Diretores de Escola e Centros de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP)** é uma entidade de abrangência nacional, que promove intercâmbio acadêmico, capacitação técnica e aprimoramento funcional dos membros do Ministério Público em todo o país.

A qualificação contínua do corpo funcional do Ministério Público atende diretamente aos princípios da **eficiência** e da **indivisibilidade**, assegurando que a atuação ministerial ocorra de forma homogênea, qualificada e alinhada às melhores práticas institucionais.

A atuação do Colégio de Diretores de Escola e Centros de Estudo e aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil – CDMP, busca evidenciar a relevância para os serviços prestados pelo Ministério Público brasileiro à sociedade, do constante aperfeiçoamento funcional e do necessário aprimoramento profissional, assumindo especial significado a troca de experiências obtidas entre as escolas e os centros de estudos congêneres. Assim, a justificativa apresentada fundamenta adequadamente a pertinência da matéria.

Assim sendo, o projeto de lei sob exame, se apresenta plenamente justificado e adequado à ordem jurídica, atendendo aos requisitos de conveniência e oportunidade. Além de resguardar a segurança jurídica da filiação e dos pagamentos associativos, a proposta fortalece a atuação institucional do Ministério Público do Maranhão, garantindo que seus membros tenham acesso contínuo à qualificação e ao aprimoramento profissional, o que resulta em benefícios diretos para a sociedade.

Da análise da proposição, corroboramos o entendimento de que a mesma está em conformidade com os princípios norteadores da **Administração Pública**, em especial o **princípio constitucional da legalidade**, que estabelece que as ações de indivíduos e do Estado devem ser pautadas pela Lei, sendo um dos fundamentos do estado de direito. Dessa forma, a proposta de Lei é meritória.

VOTO DO RELATOR:

Ante o exposto, considerando que foram atendidos os pressupostos de conveniência e oportunidade, e que a medida atende aos anseios da sociedade, em consonância com o interesse público, votamos pela **aprovação integral, no mérito, do Projeto de Lei Ordinária nº 534/2024**.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da **Comissão de Administração Pública,**

Seguridade Social e Relações de Trabalho votam pela **aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 534/2024**, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 19 de março de 2025.

Presidente: Deputado Ricardo Arruda

Relatora: Deputado Florêncio Neto

Vota a favor:

Deputada Solange Almeida

Deputado Júnior França

Deputado Neto Evangelista

Vota contra:

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGURIDADE SOCIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO

PARECER Nº 002/ 2025

RELATÓRIO:

Trata-se da **análise de mérito** do **Projeto de Lei Complementar nº 008/2024**, de autoria do Poder Judiciário, que Altera o Parágrafo Único do Art. 60-E e o inciso IV do Art. 66, da Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de Dezembro de 1991, que Dispõe sobre o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade (Parecer nº 129/2025), nos termos regimentais, vem agora a propositura de Lei Complementar a esta Comissão Técnica Pertinente para que seja emitido o parecer quanto ao *mérito*, nos termos do Regimento Interno.

Em suma, o *Projeto de Lei Complementar, sob exame, tem por objetivo* alterar o parágrafo único do Art. 60-E, e o inciso IV do Art. 66, da Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de dezembro de 1991, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60 – E. (...)”

Parágrafo Único. O termo circunstanciado de ocorrência a que alude o art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, será lavrado por todos os integrantes dos órgãos a que se refere os incisos IV e V do art. 144 da Constituição Federal.” (NR)

“Art. 66 (...)”

Parágrafo único (...)

(...)

IV – a ordem de classificação no concurso público.” (NR)

Esclarece a Mensagem que encaminha a propositura de Lei Complementar, que a alteração ora proposta baseia-se na **eficiência e desafogamento** das delegacias de Polícia Civil, permitindo que se concentrem em casos mais complexos e mais graves, possibilitando à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiro Militar lavar o termo circunstanciado de ocorrência (TCO), atribuição que era somente dos delegados da Polícia Civil.

Outro ponto abordado na propositura de lei complementar sob exame, deve-se à necessidade de adequar o critério de desempate para todas as entrâncias, e não apenas para a inicial, como especifica o inciso IV, do art. 66, do condigo de divisão.

Portanto, trata-se apenas da supressão da expressão “nos casos de juízes iniciais”, a fim de que referido critério de desempate seja aplicado aos magistrados de todas as entrâncias.

Com efeito, a **eficiência pública** é o princípio constitucional da mais elevada importância para o **cumprimento da boa administração pública** e o zelo ao bem comum do povo. Diante de sua grande relevância e o que expomos acima, reconhecemos a necessidade e a conveniência do teor da propositura, não só à administração pública, mas à toda a sociedade maranhense.

Da análise da proposição, corroboramos o entendimento de que a mesma está em conformidade com os princípios constitucionais norteadores da Administração Pública, dentro os quais, podemos citar a



eficiência e a publicidade, que evidencia-se que, tanto os agentes quanto a administração, devem agir conforme os preceitos constitucionais.

Em virtude das considerações acima descritas, o Projeto de Lei Complementar deve prosperar em sede de análise de mérito legislativo.

VOTO DO RELATOR:

Pelo exposto, opino pela aprovação do presente **Projeto de Lei Complementar nº 008/2024**, considerando atendidos os pressupostos de conveniência e oportunidade, no âmbito da Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da **Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho votam pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 008/2024**, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES “DEPUTADO LÉO FRANKLIM”, em 19 de março de 2025.

Presidente: Deputado Ricardo Arruda

Relatora: Deputado Neto Evangelista

Vota a favor:

Deputado Florêncio Neto
Deputada Solange Almeida
Deputado Júnior França

Vota contra:

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
SEGURIDADE SOCIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO**

PARECER Nº 003 / 2025

RELATÓRIO:

Trata-se da **análise de mérito Projeto de Lei Ordinária nº 101/2025**, de autoria do Poder Executivo, que Altera o Anexo Único da Lei nº 12.343, de 8 de julho de 2024, que autoriza o Poder Executivo a realizar a afetação dos bens imóveis que especifica em favor do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu por sua aprovação na forma original (Parecer nº 033/2025), nos termos regimentais, vem agora a propositura de Lei Ordinária a esta Comissão Técnica Pertinente para que seja emitido o parecer quanto ao mérito, nos termos do Regimento Interno.

Em suma, o presente Projeto de Lei propõe a alteração da Lei nº 12.343, de 8 de julho de 2024, que regularizou a situação de 5 (cinco) bens imóveis, restando ainda 3 (três) imóveis pendentes de regularização documental, cuja afetação ao Poder Judiciário se faz necessária: Casa da Criança “Menino Jesus” situada à R. Inácio Xavier de Carvalho s/n, São Francisco, São Luís/MA; Juizado Especial de Transito, situada à R. do CEMA, s/n – Vila Palmeira (ao lado do DETRAN), São Luís/MA; e Fórum Desembargador Sarney Filho Costa, situada à Av. Prof. Carlos Cunha s/n – Calhau, São Luís/MA, com vistas, a assegurar as atividades judiciais em ambiente de trabalho adequado aos membros e servidores da instituição, oferecendo, outrossim, melhor atendimento à população, como bem esclarece a mensagem governamental que encaminha a propositura de lei.

Com efeito, afetação “é o instituto de direito administrativo mediante o qual o Estado, de maneira solene, declara que o bem é parte integrante do domínio público. É a destinação da coisa ao uso público”, conforme os dizeres administrativistas de José Cretella Júnior (CRETELLA JR, José. Curso de Direito Administrativo. 7. Ed. Rio de Janeiro, 1983).

Tem-se assim, que afetação é a atribuição a um bem público, de uma destinação específica, podendo ocorrer de modo **explícito ou implícito**. Entre os meios de afetação explícita estão a lei, **caso em espécie**, o ato administrativo e o registro de projeto de loteamento.

Como podemos observar, o Projeto de Lei sob exame está alinhado com os princípios da legalidade, interesse público e

cooperação entre órgãos, valendo destacar ainda que sua finalidade visa assegurar a continuidade das atividades judiciais em ambiente de trabalho adequado e regularmente legalizado aos membros e servidores da instituição, oferecendo, outrossim, melhor atendimento à população, conforme acima já mencionado.

Da análise da propositura, corroboramos o entendimento de que a mesma está em conformidade com os princípios constitucionais norteadores da Administração Pública, dentro os quais podemos citar a legalidade e eficiência, que se evidencia que, tanto os agentes quanto a administração, devem agir conforme os preceitos constitucionais.

Em virtude das considerações acima descritas, o Projeto de Lei Ordinária deve prosperar em sede de análise de mérito legislativo.

VOTO DA RELATORA:

Pelo exposto, opino pela aprovação do **Projeto de Lei Ordinária nº 101/2025**, considerando atendidos os pressupostos de conveniência e oportunidade, no âmbito da Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da **Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho votam pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 101/2025**, nos termos do voto da Relatora.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES “DEPUTADO LÉO FRANKLIM”, em 19 de março de 2025.

Presidente: Deputado Ricardo Arruda

Relatora: Deputada Solange Almeida

Vota a favor:

Deputado Florêncio Neto
Deputado Júnior França
Deputado Neto Evangelista

Vota contra:

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

PARECER Nº 003 /2025

RELATÓRIO:

Trata-se da análise de mérito do Projeto de Lei nº 409/2023, de autoria do Senhor Deputado Osmar Filho, que visa autorizar o pagamento via PIX - Pagamento Instantâneo, sistema autorizado pelo Banco Central, das passagens do Sistema Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Maranhão.

A matéria sob exame recebeu parecer favorável, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Parecer nº 082/2024), que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, vem agora o Projeto de Lei a esta Comissão para que seja emitido o parecer quanto ao mérito, nos termos do Regimento Interno.

Nos termos do art. 30, inciso II, alínea “e”, compete à Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle, se manifestar sobre o tema (**fiscalização**), objeto do presente Projeto de Lei.

O presente Projeto de Lei, prevê, em seus termos, que fica autorizado o pagamento por meio de PIX – pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil – das passagens do Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Maranhão – STRP.

Registra a justificativa do autor, que a presente propositura, visa à inclusão da opção de pagamento por meio de PIX - pagamento instantâneo autorizado pelo Banco Central do Brasil - das passagens do sistema de transporte público coletivo do Estado do Maranhão, o que inclui ônibus, balsa, e outras modalidades de transporte público estadual, administrados pelo Estado e/ou por concessionária.

O PIX é um meio eletrônico criado e autorizado pelo Banco Central do Brasil para pagamento e transferências bancárias em modo instantâneo, cujas transações podem ser feitas mediante o uso de celular



a qualquer hora do dia, a partir de contas bancárias.

Deste modo, entende-se que a Administração Pública deve se adequar ao avanço tecnológico das operações bancárias, principalmente para facilitar a vida do cidadão no pagamento de tarifas, assegurando-lhe agilidade, comodidade e segurança nessas transações.

A palavra mérito, em sentido político, significa que o Estado tem a função de atender aos interesses públicos, dentro dos limites da lei. O Estado tem como dimensões a oportunidade (elemento motivo) e a conveniência (elemento objeto), que compõem o mérito da Lei. E a discricionariedade é o meio para que essa função - de atender os interesses públicos específicos – possa ser exercida pela Administração.

“... Há conveniência sempre que o ato interessa, convém ou satisfaz ao interesse público. Há oportunidade quando o ato é praticado no momento adequado à satisfação do interesse público. São juízos subjetivos do agente competente sobre certos fatos e que levam essa autoridade a decidir de um ou outro modo(...)” (Cf. *Direito Administrativo*, 14ª edição, Saraiva, 2009, p.97).

Lançado em fevereiro de 2020 pelo Banco Central Brasileiro, o PIX na visão do então Diretor de Política Monetária do Comitê de Política Monetária, Reinaldo Le Grazie descrevia o sistema como um método de transação bancária eficiente, competitivo, seguro e inclusivo.

Através do PIX é possível realizar transferências financeiras de um modo rápido em qualquer horário e dia, inclusive durante a madrugada e também em feriados, dessa forma a ferramenta foi ano a ano ganhando a confiança dos brasileiros que passou a utilizar cada vez mais o sistema nas suas transações bancárias.

Podemos citar que o PIX tem como principais vantagens seu custo baixo que possibilita reduzir os custos de transações bancárias, beneficiando pequenos negócios e a sua disponibilidade já que pode ser feito 24 horas por dia.

Importante frisar também que o PIX é apontado como um sistema prático para seus usuários já que é exigido apenas um dispositivo digital para a realização das transações e também um sistema seguro já que a cada ano o Banco Central sempre estuda fórmulas para deixá-lo mais seguro para os usuários como por exemplo o pagamento instantâneo, como o limite de R\$ 1 mil para transações realizadas entre 20h e 6h.

Na visão do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE são oito os benefícios que as Micro ou Pequenas Empresas podem ter utilizado o sistema PIX nas suas transações sendo:

- Velocidade de disponibilização dos recursos na conta do receptor: os recursos são creditados em até 10 segundos, em 99% das transações.
- Custo baixo: Pix chega para reduzir custo de transação, beneficiando pequenos negócios;
- Disponibilidade: o Pix pode ser feito 24 horas por dia, em todos os dias do ano, incluindo sábados, domingos e feriados;
- Multiplicidade de casos de uso: o Pix atende a todo e qualquer pagamento ou transferência feita hoje no Brasil, incluindo transferências entre pessoas, entre empresas, quitação de faturas e pagamentos ao governo;
- Conveniência: o Pix pode ser usado com cadastramento de chave de número de aparelho celular, CPF ou leitura de um QR Code;
- Melhoria da gestão do fluxo de caixa da empresa;
- Pagamento da DAS (Simples Nacional) por meio do Pix. Acesse o passo a passo aqui;
- O potencial do Pix para o comércio eletrônico é de aumento da eficiência, recebimento imediato dos recursos, melhor gestão do estoque e agilidade no envio dos produtos.

Feito esse arrazoado vimos que o PIX é importante não só para os usuários, mas também para as empresas, pequenas, médias ou também de grande porte, haja vista os benefícios que o mesmo apresenta, nesse cenário o Projeto de Lei em análise visa levar as vantagens da ferramenta para os usuários e empresas do Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Maranhão.

Analisar o **mérito** de uma proposição consiste em verificar seu

grau de conveniência, oportunidade e de interesse público, ou seja, o momento dentro do Processo Legislativo em que se analisa o conteúdo da proposição, sem levar em consideração seus aspectos constitucionais, legais ou de ordem orçamentária.

Nesse sentido, não resta dúvida que o legislador está movido das melhores de suas intenções ao tentar introduzir o pagamento via PIX no Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Maranhão.

Em virtude dessas considerações, o Projeto de Lei deve prosperar em sede de análise de mérito, no âmbito desta Comissão Técnica Permanente.

VOTO DO RELATOR:

Pelo exposto, opinamos pela **aprovação do presente Projeto de Lei**, considerando atendidos os pressupostos de conveniência e oportunidade, bem como satisfeita a adequação financeira e orçamentária da proposição.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle** votam pela **aprovação do Projeto de Lei nº 409/2023**, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES “DEPUTADO LÉO FRANKLIM”, em 19 de março de 2025.

Presidente: Deputado Neto Evangelista

Relatora: Deputado Florêncio Neto

Vota a favor:

Deputado Ricardo Arruda

Deputado Rodrigo Lago

Deputado Catulé Júnior

Deputada Daniella

Vota contra:

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGURIDADE SOCIAL E RELAÇÕES DE TRABALHO

PARECER Nº 004 /2025

RELATÓRIO:

Trata-se da análise de mérito do Projeto de Lei nº 791/2023, de autoria do Senhor Deputado Leandro Bello, que “estabelece a capacitação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como critério de desempate em concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos e empregos públicos no âmbito do Estado do Maranhão.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu por sua aprovação na forma do texto original (Parecer nº 211/2024), nos termos regimentais, vem agora a propositura de Lei Ordinária a esta Comissão Técnica Pertinente para que seja emitido o parecer quanto ao mérito, nos termos do Regimento Interno.

A proposição em análise tem o condão de estabelece a capacitação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como critério de desempate em concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos e empregos públicos, no âmbito do Estado do Maranhão e deve ser comprovada através de certificado em curso de libras, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.

Registra a justificativa do autor, que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) tem transformado a realidade das pessoas com deficiência, estabelecendo muitas garantias e conquistas, entretanto ainda é preciso unir esforços na busca de garantir maior acessibilidade da pessoa surda ou deficiente auditiva, sobretudo no serviço público, exigindo a promoção, de regras específicas para alcançar esse fim.

Dessa forma, a presente proposta visa estimular a capacitação em Libras, de candidatos que queiram ingressar no serviço público estadual, uma vez que tal qualificação será vantajosa caso exista um empate na



vaga a qual concorre. Além disso, o servidor público com capacitação em Libras garantirá um atendimento mais eficaz à pessoa surda ou com deficiência auditiva que necessite de atendimento no serviço público.

Dessa feita, o presente Projeto de Lei vai ao encontro dos interesses da sociedade em relação à proteção e credibilidade da administração pública.

Em observância ao princípio do devido processo legislativo, além da análise de constitucionalidade, legalidade e juridicidade que é realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, **há análise de mérito a ser realizada pelas Comissões temáticas como a presente Comissão.**

Da análise da proposição, corroboramos o entendimento de que a mesma está em conformidade com os princípios constitucionais norteadores da Administração Pública, dentre os quais podemos citar a eficiência, da igualdade e da legalidade, que evidencia que, tanto os agentes quanto a Administração, devem agir conforme os preceitos constitucionais.

Em virtude das considerações acima descritas, o Projeto de Lei Ordinária deve prosperar em sede de análise de mérito legislativo.

VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 791/2023, podendo adentrar no ordenamento jurídico. É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho votam pela **aprovação do Projeto de Lei nº 791/2023**, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES “DEPUTADO LÉO FRANKLIM”, em 19 de março de 2025.

Presidente: Deputado Ricardo Arruda

Relatora: Deputada Solange Almeida

Vota a favor:

Deputado Florêncio Neto

Deputado Júnior França

Deputado Neto Evangelista

Vota contra:

ADITIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

RESENHA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 19/2024-AL. CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, CNPJ n.º 05.294.848/0001-94. **CONTRATADA:** NORTH STAR TAXI AEREO LTDA- EPP, CNPJ n.º 01.806.823/0001-71. **OBJETO:** **CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA** – Fica prorrogado o presente contrato por 12 (doze) meses, com início em 18 de abril de 2025 e término em 17 de abril de 2026. **PARÁGRAFO ÚNICO – DA CLÁUSULA RESOLUTIVA:** Com a superveniência de processo licitatório para a contratação deste mesmo objeto e a consequente assinatura de novo contrato com a empresa vencedora, fica este contrato automaticamente extinto. **CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR CONTRATUAL** – O valor total do contrato será mantido sob demanda, de acordo com a necessidade desta Casa Legislativa, levando em consideração o valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) por hora/vôo. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária:** 01101–Assembleia Legislativa. **Natureza Despesa:** 33.90.33.07- Locação de Aeronaves. **Fonte Recurso:** 1.5.00.101000 – Recursos não vinculados de impostos. **SUBAÇÃO:** 023481 – Manutenção. **BASE LEGAL:** artigo 107 da Lei 14.133/2021 e Processo Administrativo nº 0372/2025-ALEMA. **DATA**

DA ASSINATURA DO ADITIVO: 17/03/2025. **ASSINATURAS:** Deputada Iracema Vale – Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e Paulo Barros Nagem Assad, representante legal da empresa NORTH STAR TAXI AEREO LTDA- EPP. São Luís–MA, 20 de março de 2025. Bivar George Jansen Batista– Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão-ALEMA.

TERMO ADITIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

RESENHA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 043/2024-ALEMA. PARTES: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, inscrita no CNPJ N.º 05.294.848/0001-94 e a EMPRESA CATARINA PRODUÇÕES E COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 02.808.745/0001-07. **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ACRÉSCIMO CONTRATUAL** – Em decorrência do justificado aumento da demanda dos serviços contratados, fica acrescido ao presente contrato o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), equivalente ao valor de R\$ 978.343,42 (novecentos e setenta e oito mil, trezentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos). **CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR TOTAL** – Com a vigência deste Aditivo, o contrato passará de R\$3.913.373,70 (três milhões, novecentos e treze mil, trezentos e setenta e três reais e setenta centavos) para R\$ 4.891.717,12 (quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e dezessete reais e doze centavos). **CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – As despesas decorrentes do presente Aditivo, no corrente exercício financeiro, correrão à conta do recurso específico consignado no Orçamento da Assembleia Legislativa do Maranhão, cujo programa de trabalho é o seguinte: UNIDADE GESTORA: 010101 – Assembleia Legislativa; GESTÃO: 00001 Gestão Geral; FUNÇÃO: 01 Legislativa; SUBFUNÇÃO: 031 Ação Legislativa; PROGRAMA: 0621 Atuação Legislativa; NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39.23 – Festividades, homenagens e recepção; AÇÃO: 4450 – Gestão do programa; SUBAÇÃO: 023481 – Manutenção. **FONTE DE RECURSO:** 1.5.00.101000 Recursos não vinculados de impostos – Fonte 1500.1010000. **HISTÓRICO:** Objeto: Serviços de buffet para atender eventos institucionais da ALEMA, gerenciamento e fornecimento de alimentação da Creche Sementinha e Projeto Sol Nascente. Instrumento legal: ARP nº 010/2024 – Contrato nº 043/2024. Valor da ARP: R\$ 8.051.682,12 – valor do Contrato: R\$ 4.891.717,12. Informações complementares: valor correspondente ao Aditivo de 25% sem os valores dos lotes 01 e 02 (serviços de buffet na capital e no interior respectivamente), conforme cronograma de execução. UNIDADE GESTORA: 010101 – Assembleia Legislativa; GESTÃO: 00001 Gestão Geral; FUNÇÃO: 01 Legislativa; SUBFUNÇÃO: 031 Ação Legislativa; PROGRAMA: 0621 Atuação Legislativa; NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39.41 – Fornecimento de alimentação; **AÇÃO: 4450 – Gestão do programa;** SUBAÇÃO: 023481 – Manutenção. **FONTE DE RECURSO:** 1.5.00.101000. Recursos não vinculados de impostos – Fonte 1500.1010000. **HISTÓRICO:** Objeto: Serviços de buffet para atender eventos institucionais da ALEMA, gerenciamento e fornecimento de alimentação da Creche Sementinha e Projeto Sol Nascente. Instrumento legal: ARP nº 010/2024 – Contrato nº 043/2024. Valor da ARP: R\$8.051.682,12 – valor do Contrato: R\$4.891.717,12. Informações complementares: valor correspondente ao Aditivo de 25% sem o valor do lote 03 (gerenciamento e fornecimento de alimentação para Creche Sementinha), conforme cronograma de execução. UNIDADE GESTORA: 010101 – Assembleia Legislativa; GESTÃO: 00001 Gestão Geral; FUNÇÃO: 01 Legislativa; SUBFUNÇÃO: 031 Ação Legislativa; PROGRAMA: 0621 Atuação Legislativa; NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39.41 – Fornecimento de alimentação; **AÇÃO: 4450 – Gestão do programa;** SUBAÇÃO: 023481 – Manutenção; **FONTE DE RECURSO:** 1.5.00.101000. Recursos não vinculados de impostos – Fonte 1500.1010000. **HISTÓRICO:** Objeto: Serviços de buffet para atender eventos institucionais da ALEMA, gerenciamento e fornecimento de alimentação da Creche Sementinha e Projeto Sol



Nascente. Instrumento legal: ARP nº 010/2024 – Contrato nº 043/2024. Valor da ARP: R\$ 8.051.682,12 – valor do Contrato: R\$ 4.891.717,12. Informações complementares: valor correspondente ao Aditivo de 25% sem o valor do lote 04 (fornecimento de alimentação para o Projeto Sol Nascente), conforme cronograma de execução. **PARÁGRAFO ÚNICO: DAS NOTAS DE EMPENHO** – Para cobertura das despesas relativas à execução orçamentária referente ao exercício de 2025, foram emitidas pela Assembleia Legislativa as Notas de Empenho nº 2025NE000823, no valor de R\$413.689,80 (quatrocentos e treze mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos), 2025NE000824, no valor de R\$338.463,75 (trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) e R\$226.189,87 (duzentos e vinte e seis mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos), todas de 19/03/2025, à conta das respectivas dotações orçamentárias antes especificadas. **BASE LEGAL:** art. 65, I, “b” e §1º da Lei nº 8.666/1993 e Processo Administrativo nº 0029/2025-AL. **DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 20/03/2025. **ASSINATURA:** **CONTRATANTE** - Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – Deputada Iracema Vale -Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, inscrita no CPF sob o nº 406 473.663-04 e **CONTRATADA** - EMPRESA CATARINA PRODUÇÕES E COMUNICAÇÃO LTDA, representada neste ato por ELIZIANE GALVÃO CUNHA, CPF nº 747.362.053-34, São Luís -MA, 20 de março de 2025. **BIVAR GEORGE JANSEN BATISTA - Procurador-Geral da Assembleia Legislativa**

APOSTILAMENTO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

RESENHA DO TERCEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.º 66/2023-ALEMA. PARTES: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO e NANO AUTOMATION DO BRASIL LTDA. **OBJETO:** Emissão da Nota de Empenho nº 2025NE000716, de 27/02/2025, no valor de R\$ 388.535,00 (trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE GESTORA:** 010101 - Assembleia Legislativa; **GESTÃO:** 00001 - Gestão Geral; **FUNÇÃO:** 01 - Legislativa; **SUBFUNÇÃO:** 031 - Ação Legislativa; **PROGRAMA:** 0621 - Atuação Legislativa; **AÇÃO:** 4450 - Gestão do Programa; **SUBAÇÃO:** 023492 – Tecnologia da Informação; **NATUREZA DESPESA:** 44.90.52.33 Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto; **FONTE RECURSO:** 1.5.00.101000 Recursos não vinculados de impostos - Fonte 1500.1010000; **HISTÓRICO:** objeto: fornecimento de bens e execução de serviços de implantação de projetos e sistemas eletrônicos visando a modernização da infraestrutura tecnológica da ALEMA. Instrumento legal: CT N° 066/2023 - AL - 2º TA VIGÊNCIA: 21/12/24 A 20/12/2025. Informações Complementares: referente ao mês de março/2025. **BASE LEGAL:** artigo 65, §8º, Lei nº 8.666/93 e Processo Administrativo nº 0141/2025-AL. **DATA DA ASSINATURA DO APOSTILAMENTO:** 20/03/2025. **ASSINATURA:** Deputada Iracema Vale -Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. São Luís -MA, 20 de março de 2025. **BIVAR GEORGE JANSEN BATISTA - Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão-ALEMA.**

APOSTILAMENTO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

RESENHA DO SEGUNDO APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.º 22/2024-ALEMA. PARTES: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO e VIACOM NEXT GENERATION COMUNICAÇÃO LTDA. **OBJETO:** Tendo em vista a necessidade de cancelamento do empenho original 2024NE000324, no valor de R\$ 1.201,81 (um mil, duzentos e um reais e oitenta e um centavos), foi emitida, em 18.03.2025, a Nota de Empenho nº

2025NE000817, no valor de R\$ 1.201,81 (um mil, duzentos e um reais e oitenta e um centavos) para fazer face às despesas inerentes a este Contrato. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE GESTORA:** 010101- Assembleia Legislativa; **GESTÃO:** 00001- Gestão Geral; **FUNÇÃO:** 01- Legislativa; **SUBFUNÇÃO:** 031- Ação Legislativa; **PROGRAMA:** 0621 - Atuação Legislativa; **AÇÃO:** 4450 – Gestão do Programa; **SUBAÇÃO:** 023481 – Manutenção; **NATUREZA DESPESA:** 33.90.40.39 – Comunicação de dados (telefonia fixa sem pacote de dados); **FONTE RECURSO:** 1.5.00.101000 Recursos não vinculados de impostos - Fonte 1500.1010000; **HISTÓRICO:** objeto: contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de telefonia fixa comutada (STFC). Informações Complementares: saldo na NE 324 para correção da referência legal. **BASE LEGAL:** artigo 136, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Processo Administrativo nº 0045/2025-AL. **DATA DA ASSINATURA DO APOSTILAMENTO:** 20/03/2025. **ASSINATURA:** Deputada Iracema Vale -Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. São Luís -MA, 20 de março de 2025. **BIVAR GEORGE JANSEN BATISTA - Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão-ALEMA.**

RESENHA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 005/2025 - CPL/ALEMA. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 355419/2024. Pregão Eletrônico N° 004/2025 – CPL/ALEMA. OBJETO: Registro de preços visando aquisição de Gêneros Alimentícios. **VALOR TOTAL REGISTRATO:** R\$ 559.841,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e quarenta e um reais). **PARTES:** Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – ALEMA e a empresa DISTRIBUIDORA MONTE SINAI LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 46.294.208/0001-61. **PRAZO DE VALIDADE DA ATA:** A presente Ata terá validade de **01 (um) ano**, contados a partir de sua assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 20 de março de 2025. **FORO:** Fica eleito o Foro de São Luís/MA. **SIGNATÁRIOS:** Sr (a). Ricardo da Costa Silva Barbosa, Diretor Geral da ALEMA e o Sr (a). Rafael das Neves dos Santos, Representante Legal da Empresa.

DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

EMPRESA: DISTRIBUIDORA MONTE SINAI LTDA	
CNPJ: 46.294.208/0001-61	Telefone: (98) 98511-0421, 98162-0669, (21) 8810-3919
Endereço: Av. Bom Jesus nº 374, Mirinzal, CEP: 65.140-000, Presidente Juscelino/Maranhão.	E-mail: distribuidoramontesinaitda@gmail.com
Representante Legal: Rafael das Neves dos Santos	
RG: 029824182005 SSP/MA	
CPF: 031.391.283-12	

MATERIAL E/OU SERVIÇOS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP						
Lote 01						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	RS Total
1	Polpa de fruta de abacaxi, pura, sem mistura com água em embalagem de 1 kg	ACEROLIMA	Kg	400	R\$ 16,54	RS 6.616,00
2	Polpa de fruta de acerola, pura, sem mistura com água em embalagem de 1 kg	ACEROLIMA	Kg	400	R\$ 10,20	RS 4.080,00
3	Polpa de fruta de bacuri, pura, sem mistura com água em embalagem de 1 kg	ACEROLIMA	Kg	400	R\$ 23,14	RS 9.256,00



4	Polpa de fruta de cupuaçu, pura, sem mistura com água em embalagem de 1 kg	ACEROLIMA	Kg	400	RS 16,24	RS 6.496,00
5	Polpa de fruta de goiaba, pura, sem mistura com água em embalagem de 1 kg	ACEROLIMA	Kg	400	RS 11,48	RS 4.592,00
6	Polpa de fruta de graviola, pura, sem mistura com água em embalagem de 1 kg	ACEROLIMA	Kg	400	RS 14,23	RS 5.692,00
7	Polpa de fruta de caju, pura, sem mistura com água em embalagem de 1 kg	ACEROLIMA	Kg	400	RS 12,11	RS 4.844,00
8	Polpa de fruta de manga, pura, sem mistura com água em embalagem de 1 kg	ACEROLIMA	Kg	400	RS 11,18	RS 4.472,00
9	Polpa de fruta de maracujá, pura, sem mistura com água em embalagem de 1 kg	ACEROLIMA	Kg	400	RS 21,88	RS 8.752,00
10	Polpa de fruta de morango, pura, sem mistura com água em embalagem de 1 kg	ACEROLIMA	Kg	400	RS 23,35	RS 9.340,00
11	Polpa de fruta de uva, pura, sem mistura com água em embalagem de 1 kg	ACEROLIMA	Kg	400	RS 14,40	RS 5.760,00
Valor Total do Lote 01				RS 69.900,00		
Lote 02						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	RS Total
12	Leite – Tipo: em pó integral Apresentação: pó integral, solúvel, instantâneo; enriquecido com no mínimo vitaminas e minerais.	PIRACANJUBA	Pacote (200g)	6.000	RS 16,15	RS 96.900,00
13	Café Tipo: em pó, tradicional, torrado e moído. Embalagem a vácuo, procedente de grãos sãos, limpos e isentos de impureza.	PURO	Pacote (250g)	18.000	RS 17,22	RS 309.960,00
14	Açúcar Tipo Cristal Origem vegetal, puro e natural; a base de sacarose de cana de açúcar, textura em grânulos finos.	BLANCO	Pacote (1kg)	8.000	RS 8,77	RS 70.160,00

15	Adoçante – Tipo Sucralose. Apresentação líquida, uso individual.	ZERO CAL	Pacote (100 ml)	300	RS 16,32	RS 4.896,00
16	Chá em sachê para infusão	MARATA	Pacote	500	RS 16,05	RS 8.025,00
Valor Total do Lote 02					RS 489.941,00	
Valor Global (Lotes 01 e 02)					RS 559.841,00	

Valor Total Registrado: RS 559.841,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais).

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0625/2025-ALEMA

Acolho e adoto o parecer emitido pela PGA n° 117/2025, às (fls. 42/44), adjudico e homologo a despesa, reconhecendo a inexigibilidade de licitação, em favor da empresa ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 35.963.479/0001-46, no valor total de R\$ 4.490,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa reais), em conformidade com as orientações constantes no parecer da PGA e com base no art. 74, inciso III, alínea “, da Lei 14.133/21. Autorizo, ainda, o empenho no valor de R\$ 4.490,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa reais). À DFI e, em ato contínuo, à Comissão Permanente de Licitação.

São Luís- MA, 18 de março de 2025. Deputada Iracema Vale. Presidente da ALEMA.

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0626/2025-ALEMA

Acolho e adoto o parecer emitido pela PGA n° 116/2025, às (fls. 40/42), adjudico e homologo a despesa, reconhecendo a inexigibilidade de licitação, em favor da empresa ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 35.963.479/0001-46, no valor total de R\$ 4.490,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa reais), em conformidade com as orientações constantes no parecer da PGA e com base no art. 74, inciso III, alínea “”, da Lei 14.133/21. Autorizo, ainda, o empenho no valor de R\$ 4.490,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa reais). À DFI e, em ato contínuo, à Comissão Permanente de Licitação.

São Luís- MA, 18 de março de 2025. Deputada Iracema Vale. Presidente da ALEMA.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 321/2025

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Resolução Legislativa n° 654/2012, que regulamenta o art. da Lei n° 8.838, de 11 de julho de 2008 e, ainda, o constante do Processo n° 0945/2024-AL.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER o Adicional de Qualificação – AQ-III, conforme estabelece os Art. 24 e 25-A da Lei n° 8.838 de 11 de julho de 2008, alterado pela Lei n° 8.920 de 07 de janeiro de 2009 e com a redação da Lei n° 11.081 de 23 de julho de 2019, ao servidor JORGE ATTEM MANPETIT, matrícula n° 649699, Redator, deste Poder.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, respeitando o disposto no § 2º do Art. 25-A da Lei n° 11.081, de 23 de julho de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PALÁCIO MANUEL BECKMAN, em São Luís, 26 de fevereiro de 2025. Deputada **IRACEMA VALE** – Presidente, Deputado **DAVI BRANDÃO** - Primeiro Secretário, Deputado **GLALBERT CUTRIM** - Segundo Secretário



PORTARIA Nº 110/2025

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor JEFFERSON GONÇALO LUCENA, matrícula nº 2812923, da Função Gratificada FG-1 de Chefe do Núcleo de Almoxarifado deste Poder, devendo ser considerada a partir do dia 01 de março do ano em curso.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMpra-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 20 de março de 2025. Deputada **IRACEMA VALE** - Presidente

PORTARIA Nº 111/2025

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 2502250008 - AL,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora SARAH CANDIDA SANTOS DA SILVA, matrícula nº 2815538, para responder pela Função Gratificada FG-1 de Chefe do Núcleo de Almoxarifado, devendo ser considerada a partir do dia 01 de março do ano em curso.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMpra-SE.

GABINETE DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 20 de março de 2025. Deputada **IRACEMA VALE** - Presidente

SEI/GOVMA - 5573180 - Ofício SN

https://sei.ma.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_impri...

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

OFÍCIO Nº79/2025/SAF/SES

A Sua Excelência a Senhora

Iracema Cristina Vale Lima

Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão

Av. Jerônimo de Albuquerque, nº 7200

Nesta

Assunto: Comunicação de Transferência de Recurso Financeiro Fundo a Fundo.

Ex.ª Senhora Presidente,

A Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, neste ato representada pela Secretária Adjunta de Finanças, Srª. **Nuana Mara Fabiano Campos**, em cumprimento ao parágrafo único do art. 3º da Lei nº 9.364 de 19 de junho de 2012 e, parágrafo único do art. 1º da Portaria/SES/MA nº 74, de 25 de janeiro de 2018, vem **INFORMAR** esta Assembleia Legislativa do Maranhão, o repasse no valor de **R\$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais)**, através da Portaria/SES/MA nº 2340/2024, que estabelece a Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Bequimão/Maranhão, conforme especificações abaixo:

PORTARIA	OBJETO	DATA DA PUBLICAÇÃO
2340/2024	Estabelece a Transferência de recursos financeiros ao Fundo Municipal de Saúde de Bequimão - MA, destinados ao custeio para ação de Assistência à Saúde do Hospital Municipal de Bequimão Lidia Martins(CNES: 2726688)	03/12/2024

Sem mais para o momento, despedimo-nos renovando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

São Luís/MA, assinatura eletrônica

Nuana Mara Fabiano Campos
Secretária Adjunta de Finanças/SES

(Portaria/SES/MA nº 880 de 11 de dezembro de 2017 - Ato por delegação de competência)



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANUEL BECKMAN
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Sítio Rangedor - Calhau
Fone (98) 32693701 CEP.: 65071-750 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: diario@al.ma.gov.br

IRACEMA VALE
Presidente

RICARDO BARBOSA
Diretor Geral

BRÁULIO MARTINS
Diretoria Geral da Mesa

JURACI FILHO
Diretoria de Comunicação

FLÁVIO FREIRE
Núcleo de Suporte de Plenário

VITTOR CUBA
Núcleo de Diário Legislativo